

## LIBRO IV

### RELATORIO - SÍNTESE

#### II Estudos Estratégicos do Eixo Atlântico

### RELATÓRIO - SÍNTESE

#### II Estudos Estratégicos do Eixo Atlântico

Coordenadores

*Xosé Manuel Souto*

xmsouto@ono.com

*Antonio Figueiredo*

afigueiredo@quaternaire.pt

*Xan Bouzada*

bouzada@uvigo.es

*Xulio Pardellas*

xulio@uvigo.es

EQUIPO REDACTOR

II Estudos Estratéxicos do Eixo Atlántico

---

LIBRO IV

---

*Xan Bouzada Fernández*

*António Manuel Figueiredo*

*António Figueiredo*

*Esteban López Figueroa*

*Gonzalo Méndez Martínez*

*Xulio Pardellas*

*Xosé Manuel Souto González*

© 2005 *Copyright Eixo Atlántico, coordinadores e autores da publicación.*

ISBN:

Depósito legal:

Imprime: *Gráficas Planeta, S.L.*

Supervisión lingüística do galego: *Marta Souto González.*

---

---

**LIBRO I**

---

*Julio Alvarez Rodríguez*

*F.X. Armas*

*Rui Azevedo*

*Arturo Benito*

*Ana Campillo*

*Francesc Càrdenas*

*Manuel Correia Fernandes*

*Jorge Fente*

*Carlos Ferrás*

*Frederico Ferreira*

*Lois García*

*María A. Leboeiro*

*Santiago Lago*

*Xoán Leiceaga*

*Esteban López Figueroa*

*Ana Lorenzo*

*Abel Losada Álvarez*

*Raul Marques*

*Miguel Martínez*

*C. Macía*

*Gonzalo Méndez*

*Rosa Muñiz*

*Víctor Montes*

*Miguel Pazos Otón*

*Manuel Pérez Rúa*

*Román Rodríguez*

*Salvador Rueda*

*José A. Rio Fernandes*

*Josefa E. Salvador*

*D. Santomil*

*Xosé M. Souto*

*Xaime Subiela*

---

---

**LIBRO II**

---

*Xan M. Bouzada Fernández*

*M<sup>a</sup> Rita Moreira*

*Mercedes Fernández Gestido*

*Miguel Valverde*

*Isauro Gómez Tato*

*Enrique J. Varela Alvarez*

*Ana Paula Pereira Marques*

*Carlos Veiga Veloso*

*María do Pilar González*

---

**LIBRO III**

---

*Joana Almodóvar*

*Guillermo Manso*

*Daniel Bessa*

*Américo Mendes*

*Fernando González Laxe*

*Isabel Novo Conti*

*José Andrés Faiña*

*Carmen Padín*

*Inés Hora López*

*Xulio Pardellas*

*António Manuel Figueiredo*

*Xerardo Pereira*

*Isabel Leal*

*Patrícia Romeiro*

*Antonio García Lorenzo*

*António Sousa Silva*

---



**Introdução**

Ameaças e oportunidades ao desenvolvimento do sistema urbano do Eixo Atlântico.

*António Manuel Figueiredo* ..... 1

**Capítulo 1**

Sistema urbano sustentável.

*Xosé M. Souto González* ..... 9

**Capítulo 2**

As políticas sociais no sistema de cidades da Eurorrexión Galiza-Norte de Portugal.

*Xan Bouzada Fernández* ..... 59

**Capítulo 3**

Inovação e competitividade nas cidades do Eixo Atlântico e as suas áreas de influência.

*Antonio Figueirido, Xulio Pardellas* ..... 121

**Capítulo 4**

Estatísticas e cartografia temática de Galiza e Norte de Portugal.

*Esteban López Figueroa, Gonzalo Méndez Martínez, Xosé M. Souto González* ..... 159

---



**INTRODUÇÃO**

**AMEAÇAS E OPORTUNIDADES AO DESENVOLVIMENTO**

**DO SISTEMA URBANO DO EIXO ATLÂNTICO**

*Antonio Miguel Figueiredo*

Universidade do Porto. Quatenaire.

**PRINCIPAIS AMEAÇAS.**

A emergência de novas frentes de crescimento económico na economia global, dotadas de condições favoráveis para atingir ritmos de rápido crescimento económico (China e Índia, por exemplo), influencia decisivamente as correntes do investimento directo estrangeiro (IDE) e da deslocalização da produção em sectores chave da economia da Euro-região, penalizando a capacidade desta última de atrair novos fluxos de capital estrangeiro.

Os desafios e oportunidades que a organização da economia global coloca aos grupos empresariais mais internacionalizados da Galiza e do Norte de Portugal (vestuário e aglomerados de madeira, por exemplo) tendem a reduzir os laços de complementaridade desses grupos com o tecido de Pequenas e Médias Empresas (PME) característico dos sistemas produtivos locais, reduzindo potencialmente o potencial de organi-

zação e internacionalização que as estratégias de tais poderiam assegurar aos sistemas locais.

A completa liberalização dos mercados financeiros coloca ameaças particulares a regiões desprovidas de mercados bolsistas próprios e, sobretudo no caso das Cidades do Norte de Portugal, tende a reforçar o clima de centralização de funções estratégicas e de alto valor acrescentado operado na direcção das capitais e primeiras cidades. Tal tendência tende a destruir serviços tradicionais de maior valor acrescentado e a inibir a atracção de outro tipo de serviços directamente impulsionados pela flexibilidade e dimensão do sistema financeiro. A existência na Galiza de um sistema financeiro de base regional, crescentemente internacionalizado, minimiza essa tendência e favorece as cidades que o acolhem (Corunha, principalmente).

As estratégias de localização de novos empreendimentos de IDE no domínio das novas tecnologias de informação e comunicação tendem a definir os seus padrões de localização e parcerias nacionais e regionais segundo critérios de atractividade rigorosa, designadamente de rácios de dotação de capital humano por activo residente, dificilmente susceptíveis de serem assegurados a curto médio-prazo na Euro-região. Para além desses rácios exigentes, tais estratégias valoram a existência de massas de excelência humana em domínios vitais para a inovação nessas tecnologias também difíceis de formar a curto médio-prazo.

A crise do transporte aéreo na Europa e no mundo em geral tem dado origem a processos de reorganização e ganhos de eficiência nas grandes companhias de aviação penalizando a sua cobertura do sistema aeroportuário não principal dos países de acolhimento, só minimizado pela emergência de pequenas companhias de baixo custo, as quais oferecem

algumas oportunidades de conexão com o sistema aeroportuário europeu das grandes cidades.

Os apelos da economia global têm vindo a recentralizar alguns grupos empresariais de serviços de alto valor acrescentado (telecomunicações, informática, publicidade, imagem) remetendo-os para as grandes capitais europeias e penalizando a sua descentralização para cidades do tipo das do sistema urbano do Eixo Atlântico. As debilidades regionais em tecnologias específicas valorizadoras dos saberes-fazer regionais (vinho, aquacultura, têxteis, lacticínios) potenciam essa ameaça.

A instabilidade produzida pelos acontecimentos de 11 de Setembro nas correntes de fluxo turístico tende a penalizar destinos turísticos não consolidados, mesmo que atractivos do ponto de vista da segurança e afastamento das áreas de risco turístico.

O processo de construção europeia discute hoje um conjunto diversificado de agendas políticas (crescimento e competitividade da UE, justiça, aprofundamento do processo político, segurança, alargamento e desequilíbrios regionais) com grande grau de conflitualidade entre si em termos de afectação de recursos. A agenda política da coesão e o papel de sistemas urbanos como o do Eixo Atlântico na construção dessa coesão enfrenta adversários de respeito, exigindo rigor de programação, ambição de objectivos e sobretudo uma clarificação inadiável do seu papel no espaço comunitário.

A evolução da política científica e tecnológica da União Europeia tenderá a reforçar no futuro imediato as prioridades definidas para a evolução da fronteira tecnológica europeia numa lógica de concentração de fundos em domínios que garantam a recuperação tão rápida quanto o possível do gap tecnológico face aos Estados Unidos. Tal evolução tenderá

a atrair as equipas de investigação e desenvolvimento mais internacionalizadas para processos mais fortemente identificados com as prioridades europeias, dificultando a sua integração em prioridades de âmbito regional.

Paradoxalmente, o processo de alargamento reforçou consideravelmente o teor e magnitude dos desequilíbrios inter-regionais, as disparidades de taxas de desemprego, sem que as Administrações dos Estados-membros estejam plenamente sensibilizadas para as virtualidades da política regional, frequentemente encaradas como resquícios do Estado planificador.

O processo de alargamento colocou no centro do processo europeu áreas de degradação ambiental significativa, fortes concorrentes, em termos de captação de recursos, da valorização de outros domínios da política ambiental, tais como a conservação da natureza e valorização de áreas de paisagem protegida em que o sistema urbano do Eixo Atlântico tem interesse manifesto em valorizar.

As incidências e contexto do caso *Prestige* evidenciaram que zonas sensíveis do litoral como as que caracterizam a zona mais dinâmica do Eixo Atlântico estão hoje sujeitas a riscos não controlados, com resposta excessivamente dependente da coordenação de Administrações nacionais, nem sempre dotadas da conveniente capacidade de reacção.

A rápida difusão das novas ferramentas da sociedade da informação e conhecimento tem vindo a colocar questões sociais novas a regiões e cidades com défices de escolarização, gerando novas tipologias de exclusão, para as quais as políticas sociais não têm ainda consolidado um padrão de boas práticas de experimentação e inovação sociais.

A amplitude dos processos migratórios inter-continentais tende a colocar novos desafios às políticas sociais, de cidadania e de integração étnica, manifestando-se predominantemente nas cidades, não estando as principais aglomerações urbanas do Eixo Atlântico imunes a estas tendências. A tipologia de públicos-alvo diversifica-se e a coesão social das Cidades fica dependente da efectividade dessa nova geração de políticas sociais.

A evolução estruturalmente diferenciada das economias espanhola e portuguesa, sobretudo em termos de convergência da produtividade e consolidação das contas públicas e regimes de segurança social colocará à Euro-região e às cidades do Eixo Atlântico dificuldades particulares, criando condições para uma integração não equilibrada do espaço ibérico e agravando os desequilíbrios de dimensão entre as duas economias. A relevância dos factores nacionais para a evolução da performance das duas regiões continua a ser visível e a penalizar as regiões portuguesas em relação ao enquadramento mais positivo da economia espanhola.

A emergência na península ibérica de potentes infra-estruturas logísticas (Saragoça, Baelona, Madrid) coloca especiais ameaças à Euro-região, sobretudo do ponto de vista da tendência para os grupos empresariais aqui localizados deslocar actividades em busca da proximidade a tais centros logísticos, com repercussões na não fixação de serviços avançados de distribuição. As iniciativas em curso nesta matéria na Galiza, assegurando a extensão para o interior da área de influência do Porto de Vigo em matéria logística, minimizam esta ameaça e compensam parcialmente a total ausência de capacidade de concretização de uma infra-estrutura logística no Norte de Portugal.

## **PRINCIPAIS OPORTUNIDADES.**

As novas prioridades definidas para a programação de Fundos Estruturais no período de 2007 a 2013, configurando a combinação de objectivos de coesão, competitividade e de reforço da cooperação no interior da UE, favorecem a apresentação da Euro-região em termos de visibilidade, imagem diferenciadora e políticas de intervenção no sistema urbano do Eixo Atlântico. As cidades do Eixo, pela dinâmica de empreendimento que revelam, estão bem situadas para responder activamente a tais oportunidades de valorização das dinâmicas urbanas na programação de Fundos Estruturais.

Verifica-se hoje no mundo das políticas comunitárias a tendência para valorizar a cultura do empreendimento e da iniciativa e os territórios que apresentam níveis elevados de reprodução de tais capacidades. Tal tendência abre novas oportunidades de protagonismo e espaço de manobra a sistemas de cidades caracterizados por dinâmica endógena de “entrepreneurship”, mesmo que carenciada de qualificação.

A evolução das correntes internacionais de procura turística e das tendências de segmentação que a acompanham abrem espaços de oportunidade à emergência de um destino turístico combinando fundamentos da cultura europeia, símbolos consolidados do turismo cultural e um imenso potencial de turismo descoberta e natureza ainda não suficientemente divulgado e organizado.

O reposicionamento geo-estratégico da Europa no pós 11 de Setembro abre oportunidades de protagonismo institucional e diplomático a territórios dotados de capacidade integradora da multiculturalidade e cujas diásporas fundamentam laços de união inter-continental (América Latina e África, principalmente). As cidades do Eixo Atlântico, bem situadas



do ponto de vista desses critérios, podem configurar dinâmicas de internacionalização complementares das estratégias de cooperação normalmente lideradas pela diplomacia das respectivas Administrações Centrais. Estas Administrações revelam frequentemente incapacidade de mobilizar todas as parcelas dos territórios nacionais para a diplomacia da internacionalização.

O crescente protagonismo e número de participantes que o tema do policentrismo vem assumindo na discussão dos rumos do ordenamento espacial da UE alargada tenderá a favorecer a afirmação de espaços transnacionais de base urbana e regional na lógica do reforço do sistema de cooperação inter-Cidades. Esta oportunidade favorece o poder de “voz” de experiências de cooperação consolidadas, capazes de fornecer uma imagem mais empreendedora da periferia europeia atlântica.

O novo impulso de aprofundamento e monitorização da estratégia de Lisboa, que está eminente sobretudo com o impacto produzido pelo relatório *Kok*, tenderá a determinar por parte das autoridades nacionais uma maior atenção para a mobilização mais alargada de recursos e iniciativas para a inovação e competitividade. Tal tendência abre espaços de oportunidade à valorização de sistemas regionais de inovação numa lógica de valorização de clusters de actividades com relevância europeia (indústria alimentar, têxteis) e de empresas com potencial de acolhimento de núcleos de inovação tecnológica. A estratégia para a inovação e competitividade do sistema urbano do Eixo Atlântico tem aqui uma janela de oportunidade.

As mais recentes evoluções do progresso técnico e científico, promovendo o aparecimento de novas tecnologias específicas e transversais abrem novas oportunidades de valorização e qualificação de saberes-fazer industriais tradicionais, diversificando a tipologia de produtos exportáveis

com maior valor acrescentado a partir dessas fileiras em que o empreendimento empresarial está consolidado. Tais tendências configuram orientações prioritárias para os sistemas regionais de inovação de ambas as regiões, nas quais pontificam sectores relevantes carenciados de desenvolvimentos em termos de tecnologias específicas.

A celebração do Tratado de Valência em Outubro de 2002 entre os Governos Espanhol e Português abre novas oportunidades de reconhecimento jurídico e institucionalização para as formas de cooperação inter-municipal transfronteiriças (ver livro 1). Tal ratificação concede à experiência do Eixo um novo potencial de protagonismo e representatividade no processo de governança das políticas regionais e urbanas no plano comunitário e minimiza as assimetrias político-institucionais criadas pela inexistência de quadro regional em Portugal.

A rápida disseminação das tecnologias digitais e dos sistemas de informação geográfica e a sua progressiva aplicação nos processos de reorganização e modernização dos serviços municipais oferece novas oportunidades de visibilização e comunicação dos recursos para a cooperação no seio do sistema urbano do Eixo Atlântico. A existência em algumas cidades do Eixo Atlântico de massas críticas de competências em termos de linguagens WEB favorece o aproveitamento desta oportunidade.

## CAPÍTULO 1

### SISTEMA URBANO SUSTENTÁBEL

*Xosé M. Souto González*

Instituto de Estudos Vigueses. Universitat de València.

Un informe é un xénero de discurso que ten unhas regras moi estritas. Logo da súa argumentación debe conducir a unha toma de posición de quen escribe o informe para poder orientar na toma de posición a quen consulta o documento por el producido. En coherencia con estas pautas de traballo e co rigor metodolóxico que asumimos na introdución cómpre realizar en primeiro lugar unha síntese das principais características que apareceron no diagnóstico. Isto conducirá a unha diferenciación dos puntos fortes (*oportunidades e posibilidades*) e puntos fébeis (*ameazas e obstáculos*). Máis tarde debemos indicar qué tipo de medidas fará posíbel superar os puntos fébeis e aproveitar as oportunidades dende as potencialidades do sistema.

Considerando que as oportunidades e ameazas son o resultado da situación da eurrrexión e máis concretamente do sistema de cidades do Eixo Atlántico no conxunto xoeoconómico da Unión Europea e do seu ensarillamento no mercado global, consideramos que a súa descrição debe ser xenérica para os tres libros. Así na introdución do presente volume aparecen os trazos básicos que consideramos á hora de definir os puntos fortes e os obstáculos que impiden o desenvolvemento sustentábel.

Constituíndo o Eixo Atlántico **un sistema de cidades**, que aspira rexer a eurrrexión do noroeste peninsular, entendemos que é preciso definir o perfil de cada área urbana no desenvolvemento de cada aspecto temático. Por iso ao final deste capítulo definimos o perfil das cidades no conxunto do sistema, entendendo o concepto cidade como sinónimo de área urbana en sentido extenso, que ten a súa correspondencia administrativa con parte ou todo o municipio, como logo se precisará.

En consecuencia, o estudo realizado permite establecer un diagnóstico territorial sobre as diferentes partes nas que se estrutura o traballo, seguindo a lóxica seguinte:

O SISTEMA URBANO DO EIXO ATLÁNTICO NA POLÍTICA EUROPEA REXIONAL	
POTENCIALIDADES AMBIENTAIS E DEMOGRÁFICAS TRANSFORMACIÓNS DAS ACTIVIDADES	
INFRAESTRUTURAS TÉCNICAS DO TERRITORIO	SISTEMA PRODUTIVO DOS CONTORNOS URBANOS

O sistema urbano do Eixo Atlántico non se pode explicar sen facer referencia explícita a dous feitos sobranceiros:

1. A adhesión de España e Portugal á Comunidade Europea (Unión Europea despois de Masstricht),
2. A constitución da Comunidade de Traballo Galiza/Norte de Portugal e a incorporación do Pacto Intermunicipal do Eixo Atlántico á política rexional da U.E.

Consecuencia destas accións a eurorexión vai rexistrar un enorme inzamento dos seus intercambios comerciais. Así o ritmo de crecemento das exportacións de Galiza para o Norte de Portugal e pola súa parte dende o Norte de Portugal para Galiza son cada vez máis elevadas, destacando as exportacións do Norte de Portugal no sector téxtil e confección e Galiza nos produtos agrarios, pesqueiros e da industria alimentaria (véxase cadro 1)

**Cadro 1.** Intercambios comerciais entre Galiza e Norte de Portugal.

Ano	Exportacións Galiza		Exportacións Norte de Portugal	
	Millóns euros	% Inc	Millóns de euros	% Incremento
1994	268,8		193,7	
1995	319,5	18,9	225,7	16,6
1996	376,4	17,8	236,9	5,0
1997	443,5	17,8	290,1	22,5
1998	506,2	14,1	350,4	20,8
1999	619,1	22,3	437,2	24,8
2000	692,9	11,9	522,1	19,6

**Fonte:** IGE, Intercambios entre Galiza e Norte de Portugal.

Pola súa parte, a política dos fondos europeos, logo da reforma de 1999, privilexia o noroeste ibérico, en tanto que é unha das rexións

obxectivo 1. Isto repercute nunha serie de medidas financeiras, a través do FEDER e Fondo de Cohesión, que procuran integrar a antiga *Gallaecia* no dinamismo económico europeo. A isto hai que engadir que a iniciativa comunitaria Interreg desenvolveu o programa europeo máis importante na fronteira de España e Portugal<sup>1</sup>, así como outras que afectan á política social a través do FSE e que serán analizadas no libro 2.

Para o período 1994-1999 na Rexión Norte de Portugal o FEDER realizou un investimento de 31.766.595 euros, cunha finalidade principal no apoio á actividade produtiva, no reforzo do equipamento urbano e na dinamización do turismo. Pola súa parte, os Fondos de Cohesión aprobados para Galiza supoñían un total de 125.154.155 euros, dos que o 69% eran para a autovía das Rías Baixas, o ferrocarril Guillarei-Ourense e o acceso a Santiago de Compostela, representando un total de 12 proxectos.

Sen embargo as partidas europeas non só se destinaron a mellorar a infraestrutura de transporte, senón que como mostramos no cadro 2 existiron unha gran variedade de proxectos e territorios afectados por estas axudas europeas. No caso de Galiza o conxunto de accións programadas polos fondos europeos privilexiaban o eixo sexto, que corresponde coa enerxía e transporte (41,2%) en un segundo lugar o ambiente, contorno natural e recursos hídricos (17,3%) e logo as medidas encamiñadas a favorecer o emprego e a cualificación de recursos humanos (11,3%).

---

<sup>1</sup> Segundo as cifras oficiais da U.E. esta iniciativa contou con 807 millóns de euros, moi superior ás cantidades rexistradas en Alemania/República Checa (181) ou en Bulgaria/Grecia (170), así como notoriamente superior ao financiamento dos programas transfronteirizos de España con Francia (82) e con Marrocos (169).

No caso do Norte de Portugal, os fondos estruturais están determinados pola orientación do *Programa operacional rexional do Norte*, que fixa tres eixos fundamentais (cadro 3), subvencionados nun 58,6% polos fondos europeos. O eixo que posúe un maior financiamento é o denominado Intervencións das Administración Central e que se dirixe sobre todo ao fomento do emprego (69,5%), seguido polas medidas encamiñadas á mellora do ambiente e calidade territorial (24,7%). En calquera caso, outra das conclusións pertinentes nesta relación cos fondos europeos reside na necesidade de “artellar e complementar as tipoloxías de iniciativas a financiar no ámbito dos programas operacionais sectoriais”<sup>2</sup>.

Esta afirmación pode facerse extensiva a toda a euronrexión onde o Eixo Atlántico pode xogar un papel relevante neste labor coordinador. Entendemos que isto é básico nos orzamentos europeos, pois tanto en España como en Portugal as porcentaxes de investimento canalizado polas administracións centrais é moi importante; 69,5% no caso de Portugal no *Programa operacional rexional do Norte*, mentres que no caso de Galiza o Estado xestiona o 44,7% e a Comunidade Autónoma o 55,2%, o que mostra as diferenzas entre un Estado centralizado e outro determinado pola existencia de autonomías. Un aspecto fundamental na xestión dos programas do Eixo, pois os interlocutores corresponden con diferentes institucións. Neste sentido temos que subliñar que o Terceiro informe sobre cohesión económica e social sinala a intención de propór un novo instrumento xurídico de carácter transfronteirizo<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Páxina 156 do Informe do Programa Operacional Regional do Norte (de Portugal), aprobado en xullo de 2000 e con validez ata o ano 2006. ([www.qca.pt/on](http://www.qca.pt/on))

<sup>3</sup> *Terceiro Informe da U.E. sobre cohesión económica e social*, Febreiro, 2004.

**Cadro 2.** Proxectos do Fondo de Cohesión para Galiza.

Período 1993-1999. Proxectos e territorios		Período 2000-2006. Proxectos e territorios	
Transportes: 12	Autovía Rías Baixas + Ferrocarril Guillaréi-Ourense	Informe Prestige	Xestión residuos no litoral
Mellora praias: 24	Xove, Muros, A Coruña, Vilagarcía, Portonovo...	Saneamento dos concellos: 47	Lugo, Ourense, Ferrol, O Porriño, rural de Vigo
Cuberta vexetal. Restauración: 35	Caurel, Ancares, Lalín, Cotobade...	Xestión de residuos: 13	Ferrol, Ourense, Barbanza
Reforestación: 106	Diferentes montes	Abastecemento auga: 6	Rede arterial Santiago, Lugo
Saneamento: 21	Ría de Vigo		
Xestión residuos sólidos: 16	Lugo, Ourense, Narón, Viveiro		

Fonte: Ministerio de Economía e Facenda.

**Cadro 3:** Investimento dos Fondos Europeos nos eixos prioritarios de desenvolvemento rexional do Norte de Portugal (en miles de euros)

Eixos prioritarios	Total financiamento	Fondos Europeos	% Fondos Europeos
Eixo 1: Apoio a investimentos municipais e intermunicipais	1.444.727	813.154	56,3%
Eixo 2: Accións integradas de base territorial	267.593	195.993	73,2%
Eixo 3: Intervencións da Administración Central	3.228.239	1.708.452	52,9%

Fonte: Ministerio de Finanzas.



Sobre estes alicerces constitúese un sistema territorial que ten os seus vimios no funcionamento das cidades, como polos difusores dunha cultura económica que procura combinar o crecemento económico coa conservación dos valores patrimoniais. O seguinte diagnóstico territorial, demográfico e tecnolóxico pretende avaliar este sistema e procurar definir as orientacións para un futuro crecemento sustentábel:

DIAGNÓSTICO XEOGRÁFICO DO SISTEMA URBANO

RETOS E PRIORIDADES DA UNIÓN EUROPEA (febreiro 2004)  
Protexer recursos ambientais    Cualificar a poboación    Aplicar sistema de gobernanza

POSIBILIDADES XURÍDICAS DO EIXO ATLÁNTICO COMO ASOCIACIÓN  
Instrumento xurídico transfronteirizo    Competencias propias dos municipios  
Capacidade de interlocución con autoridades estatais e autonómicas

PROGRAMAS DE INNOVACIÓN TECNOLÓXICA  
Mobilidade e transporte    Sociedade da Información    Parques tecnolóxicos

XESTIÓN LOCAL E CRECemento SUSTENTABEL  
Aplicación sistemas información xeográfica    Modelo cidade sustentábel

ORIENTACIÓNS PARA A ACCIÓN NO PERIODO 2007-13

## I. DIAGNÓSTICO XEOGRÁFICO DO SISTEMA URBANO.

O territorio da eurrerxión aparece como unha paisaxe cunha potencialidade moi diversa. Por unha banda son os aspectos estéticos e de lecer: paisaxes turísticas, ecolóxicas, espazos agradábeis para a contemplación que supoñen un atractivo para as colectividades urbanas. Unha paisaxe onde se relaciona a cor verde, consecuencia do clima húmido e temperado cunha topografía accidentada que facilita a percepción de diferentes perfís, onde a auga dos “mil ríos” aparece nos diferentes currunchos do país. Igualmente hai espazos produtivos con forte potencialidade: as terras vitícolas do Douro, O Ribeiro, O Condado, As Rías Baixas, o viño verde... as terras gandeiras de Terra Chá ou das superficies máis

agrestes das serras orientais ou de Tras-Os-Montes, os espazos litorais dunha costa ampla e con numerosos entrantes e saíntes que favorece a actividade da acuicultura e a construción de refuxios de peiraos deportivos.

A política rexional europea móstrase preocupada pola perda de vitalidade dos territorios rurais e dos que fican nunha situación periférica. As rexións obxectivo 1 (Galiza e Norte de Portugal) continuarán dispoñendo de axudas económicas, aínda que a porcentaxe de menos do 75% da renda media da UE15 aumente como consecuencia da ampliación ata 25, e logo 27, países<sup>4</sup>. No mesmo informe indícase que a característica máis eficaz deste tipo de axudas estriba na capacidade de adaptarse ás necesidades dos territorios, identificando as cidades como centros de desenvolvemento económico. Nesta política territorial destacan os obxectivos de salvagarda do ambiente natural, pois é un patrimonio e un recurso que facilitará o desenvolvemento endóxico. Por iso cómpre identificar as características do territorio eurorrexional rexido polo sistema de cidades.

O territorio podémolo dividir esquematicamente en dúas grandes zonas, que á súa vez subdivídense en contornos paisaxísticos diferenciados, onde se sitúan as cidades-municipios do Eixo Atlántico.

A) As terras do litoral: ampla urbanización, elevada densidade, espallamento espontáneo da poboación:

1. Litoral Norte (As Mariñas)
2. Litoral do golfo Artabro (A Coruña-Ferrol)

---

<sup>4</sup> Así o explica o *Terceiro Informe da U.E. sobre cohesión económica e social* do ano 2004, que coloca no ano 2013 a nova medición estatística de acordo cos criterios da UE27.

---

3. A Costa da Morte.
4. As Rías Baixas: (Vilagarcía de Arousa, Pontevedra, Vigo)
5. O Baixo Miño-Val do Minho.
6. Litoral entre Minho e Cávado (Viana do Castelo)
7. Os vales do Cávado e Ave, “Minho central” (Braga-Guimarães)
8. Douro Litoral (Area Metropolitana do Porto)

B) As terras do interior, cunha perda demográfica importante nas últimas décadas, un proceso de avellentamento e perda de produtividade económica:

1. As serras septentrionais de Galiza.
2. A depresión meridiana de Galiza e as montañas occidentais (Santiago de Compostela)
3. A Terra Chá e o val do Miño (Lugo, Monforte)
4. As cuncas e depresións do interior (A Lima, Chaves-Verín, Ourense)
5. As serras orientais de Galiza.
6. Tras-Os- Montes (Bragança)
7. O Val do Douro (Peso da Régua, Vila Real)

Sobre este amplo e diverso territorio localízanse importantes **reservas ecolóxicas**, algunhas consideradas parques nacionais, outros parques naturais, paraxes naturais, monumentos naturais, así como humidaes, reservas de aves e lugares de interese europeo. En suma estamos ante un territorio de pouco máis de cincuenta mil quilómetros cadrados que

---

rexistra unha elevada potencialidade para o crecemento sustentábel dada a súa biodiversidade (véxase anexo 3 do Libro 1).

Un territorio que serve de sustento a unha poboación de máis de seis millóns de habitantes, cunha potencialidade diferente dende a perspectiva de desenvolvemento local, en tanto que aspiramos que dende as cidades poda xurdir un modelo de crecemento e desenvolvemento que permita a consolidación dun **sistema policéntrico**. Unha poboación que ten características diferentes segundo o espazo que ocupa, pois o proceso de avellentamento é moi forte nas zonas do interior, en especial en Galiza.

Para isto é preciso considerar que o poboamento tradicional da *Gallaecia* foi de cativos asentamentos, pero cunha concepción de espazo público, pois o hábitat organizábase de tal xeito que as mellores terras quedaban reservadas a unha función produtiva e existían propiedades comuais: a eira, os montes en man común. Máis tarde o avance da motorización e as normas urbanísticas favoreceron o espallamento lineal e illado do hábitat, que tanto estrago fai a un desenvolvemento sustentábel. Xunto a este proceso de escala grande (1/10.000 ou 1/25.000) aparece nunha escala máis pequena (1/500.000) un claro contraste entre o interior despoboado e vello e un litoral máis dinámico, pero con procesos de saturación demográfica, esgotamento dos recursos naturais e avellentamento demográfico nas concentracións urbanas, en especial en Galiza.

Os informes da Unión Europea clasifican o territorio humanizado en **tres grupos**:

- a) áreas *urbanas*, con edificación pechada, servizos, equipamentos. Son as denominadas grandes cidades do sistema do

Eixo, para diferenciar este concepto do de municipio, pola enorme extensión que pode chegar a alcanzar algún deles (p.e. Bragança, Chaves e Lugo);

- b) área *periurbana* de expansión urbana, onde se rexistra unha tensión sobre os usos do solo e o nivel de equipamentos é menor. Estamos así nas que denominamos (introdución e capítulo 1) áreas metropolitanas, teñan esta consideración administrativa ou non. Así nos casos de Braga, Santiago de Compostela, Vila Real ou Vigo, ademais da de Porto, é posíbel atopar espazos semellantes aos que se describen nesta categoría;
- c) áreas *rurais*, onde persisten as tradicións e costumes da cultura popular,

O sistema urbano do Eixo Atlántico ten o reto de dinamizar estes dous últimos espazos dende a perspectiva do desenvolvemento sustentábel. Son as zonas do interior, como se mostrou nas freguesías e parroquias de municipios como Lugo, Vila Real-Peso da Régua, ou en estudos anteriores con Monforte e Chaves.

En relación con isto cómpre deseñar unha política de cooperación entre as cidades para poder artellar un crecemento equilibrado, aproveitando iniciativas como **Urban**, que se centrará nas zonas urbanas periféricas con problemas. Subliñamos este obxectivo pois é unha das metas da política rexional europea, como se reflicte nos informes sobre cohesión.

O diagnóstico que foi realizado nos tres primeiros capítulos do libro primeiro permite albiscar un sistema urbano con dous eixos verticais: un parello á costa (dende Ferrol até Gaia) e outro interior, con rupturas da



A saturación do litoral da lugar a un **estrago de terras produtivas** e a un aumento inflacionista da construción de vivendas, que dan como resultado que a porcentaxe de vivendas baleiras sexa maior do 10% do parque inmobiliario, e que chega a superar o 27% no caso do concello de Lugo. Unha situación que se agravou nos anos noventa do século XX, pois algúns concellos, como Braga, incrementaron a oferta de vivendas baleiras nun 87% e no caso de Pontevedra o 116%. Como sinalamos na introdución deste mesmo libro o problema non radica na falta de solo urbanizábel, como se demostrou en España logo das medidas liberalizadoras de 1998, senón na ausencia de actividades económicas produtivas que dean lugar a beneficios e á falta de confianza empresarial. En definitiva, un proceso que *estraga os recursos* do solo produtivo e ambiental e que xera uns custos máis grandes nas obras de infraestrutura.

Este modelo ten a súa lóxica territorial en escalas diferentes. Así a poboación é máis *densa e espallada no litoral*, mentres que se *avellenta e concentra no interior*. Unha proba evidente é a comparación do concello de Narón e Monforte: mentres que o primeiro supera os 33.000 habitantes e o outro apenas chega a 20.000 a poboación dos centros urbanos no primeiro caso está diseminada en conxuntos de 3.000 a 5.000 persoas e no caso da cidade do Lemos supérase a cantidade de 15.000. Isto determina un claro contraste na funcionalidade urbana e na capacidade que poidan ter as pequenas cidades para asentar a poboación no interior.

En síntese, no sistema urbano do Eixo Atlántico dispoñemos dun diagnóstico territorial que nos presenta unhas posibilidades e obstáculos para desenvolver un modelo sustentábel e policéntrico, que vai ser privi-

lexiado pola Unión Europea e que condiciona a concesión dos fondos estruturais. O seguinte cadro resume esta situación.

Puntos fortes cara a un sistema policéntrico sustentábel	Obstáculos que dificultan un desenvolvemento sustentábel
Enorme variedade da paisaxe humanizada (cultura material e inmaterial). Importantes recursos naturais (pesca, agricultura, gandería). Unha densa rede de asentamentos demográficos. Biodiversidade e conxuntos naturais protexidos. Atracción pola paisaxe ambiental e cultural. Áreas urbanas con importante crecemento demográfico no Norte de Portugal. Complementariedade de actividades de poboación. Elevada densidade de poboación. Centros comarcais e pequenas cidades que actúan como polos de desenvolvemento do rural. Elevado número de freguesías e parroquias con aceptábel nivel de equipamento de ocio e cultural. Imaxe urbana onde se integran as pedras da historia e as augas da natureza. Posta en marcha de programas de rehabilitación dos centros históricos.	Expansión urbana incontrolada. Agresións aos ríos, bosques, montes (canterías). Insuficiente política cultural sobre identidades tradicionais. Desequilibrio interior/ litoral. Desconfianza na gobernanza local. Forte proceso de avellentamento nas cidades, en especial nos centros históricos. Localismo de escasa visibilidade en Europa. Despoboamento do interior rural, perda de paisaxe produtiva e de valor estético. Forte proceso de avellentamento no interior rural. Muda constante do hábitat polinuclear a outro espallado nas zonas periurbanas. Demanda de investimentos en infraestruturas polo espallamento. Baixo grao de instrución escolar nos niveis non obrigatorios. Escasa capacidade de atracción nas cidades do interior para asentar poboación. Moi escasa porcentaxe de vivendas construídas en protección oficial e case nulo mercado de aluguer. Escaso nivel de cumprimento do planeamento programado.

Os exemplos de **boas prácticas** do que estamos a analizar serían iniciativas que se teñen tomado por concellos para favorecer:

1. Imaxe positiva dos **centros históricos**: Pontevedra, Guimarães, Santiago de Compostela, Porto-Gaia, Bragança,



Chaves... integrando a auga e as pedras na imaxe urbana (p.e. urbanización do río Sarela en Santiago de Compostela, a integración do río Fervenza no centro histórico de Bragança, así como o río Támeiga no centro histórico de Chaves, co valor engadido do termalismo). En cambio falta por definir mellor a apertura de Vigo ao mar da súa ría, integrar o paseo fluvial sobre o Douro na trama urbana de Peso de Régua, así como potenciar as augas termais de Caldas de Moledo, e rehabilitar algúns barrios históricos, p.e. en Vila Nova de Gaia.

2. Integración das **variábeis ambientais** no planeamento estratéxico, como é o caso dos planos de Vigo e Pontevedra, que consideran medidas de actuación en relación coa área de influencia. En calquera caso aínda faltan municipios por completar unha rede saneamento básico, pese ao esforzo que se está a levar a cabo en concellos como Viana do Castelo ou Vila Real.
3. Creación de instrumentos de **urbanismo negociado**: p.e. substitución de antenas de televisión por sistemas subterráneos de cable no centro histórico de Guimarães. Prácticas de debate público do planeamento nas parroquias e nas asociacións cívicas antes de presentar un documento formal (p.e. Monforte). Non obstante, existen moitas posibilidades de desenvolver a práctica de gobernanza no planeamento no conxunto do Eixo Atlántico.
4. Creación de **empresas de vivenda e urbanización**, como é o caso da Empresa Municipal de Vivenda de Santiago (*EMUVISA*) ou a empresa municipal *Vila Real Social* que

xestiona a política de vivenda e transporte. Outro caso é a empresa mixta, Sociedade de Reabilitação do Porto (*Olho Vivo*) aprobada no mes de novembro, que se ocupa da xestión da rehabilitación do centro histórico de Porto.

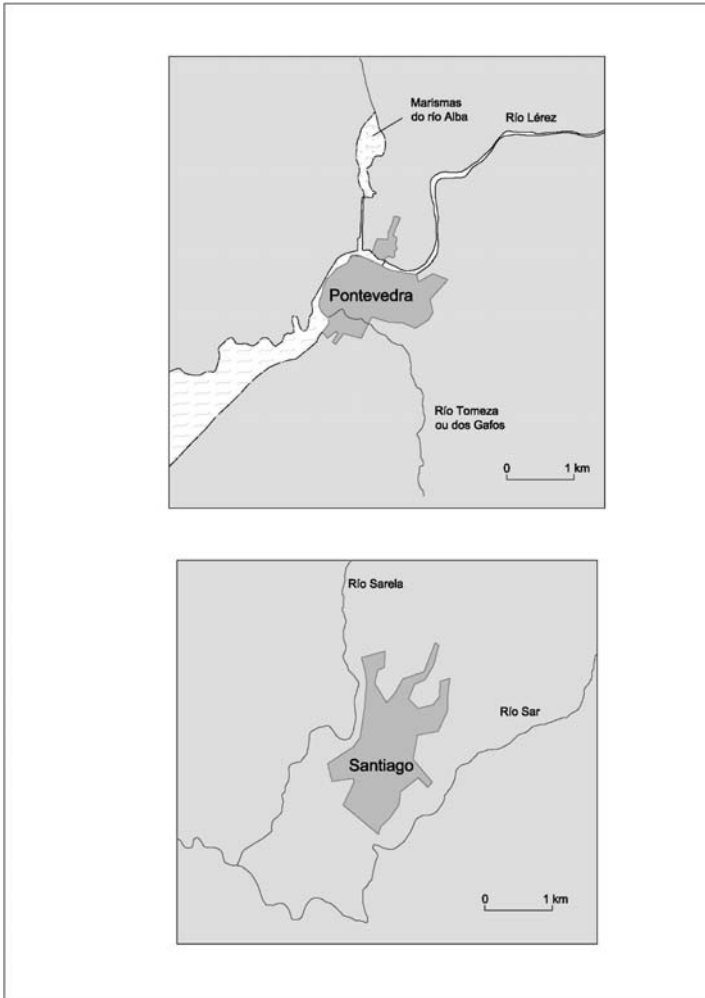
5. Capacidade das cidades do interior para **fixar poboación e evitar o despoboamento**: Bragança, Chaves respecto ao seu municipio, Vila Real respecto á rexión do Douro, as capitais lucense e ourensá respecto ás súas comarcas. En calquera caso esta capacidade de atracción necesita dun maior encaдрamento intermunicipal, para abordar unha política territorial que favoreza ao conxunto do sistema.

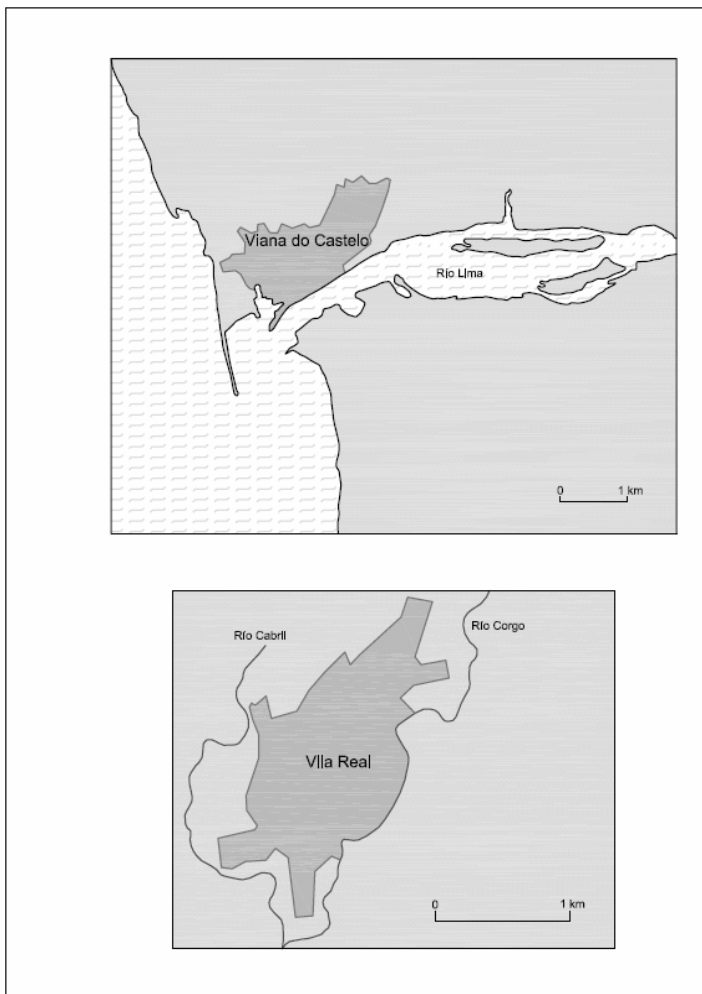
#### **Propostas de actuación:**

1. Integrar as augas (ríos, rías, regatos e fontes) na trama urbana construída. Conservar o patrimonio pétreo e a trama urbana histórica nos diferentes lugares das cidades, non só nos centros máis antigos. Figuras 2, 3, 4 e 5.

## Sistema urbano sustentábel

---





Os exemplos de Pontevedra, Santiago de Compostela, Viana do Castelo e Vila Real son ben expresivos do que supón unha política de integración das augas fluviais e mariñas na morfoloxía urbana. Esta actuación non debe ficar tan só nunha perspectiva morfolóxica, senón que debe condicionar unha **política ambiental do concello**, por exemplo con sendas peonís (caso de Compostela) ou actividades lúdicas e culturais sobre o propio río e beiras (caso de Pontevedra) e, por suposto, a súa recuperación hídrica (caso de Vila Real ou Viana do Castelo). Os ríos e rías son deste xeito fonte de vida, recurso produtivo e produto para a mercadoloxía territorial. Uns recursos que permiten desenvolver proxectos de ocio, como é o caso de *Aquaciencia* na lagoa de Doniños, impulsada polo Concello de Ferrol, ou os proxectos de termalismo en Ourense e Chaves, que teñen un enorme potencial no interior e no litoral (talasoterapia)

2. Utilizar mecanismos que permitan asumir o ordenamento territorial como práctica de **participación cidadá**, procurando integrar as metas estratéxicas no planeamento dos usos do solo (plano xeral ou plano director municipal). Construír espazos públicos cidadáns, onde sexa factíbel desenvolver a cidadanía e aumentar a autoestima respecto ao lugar onde se vive (véxase informe en anexo 2 do Libro 1). Así podemos exemplificar as boas prácticas de gobernanza en medidas que desenvolvan canles de seguimento sobre os acordos e compromisos tomados, para o que a Administración debe estar próxima aos problemas (política de descentralización) e favorecer a participación no planeamento dende a confección das metas e non só no período de alegacións. Para isto fai falta unha formación rigorosa, pois o planeamento non se improvisa, o que implica un programa de formación dos “líderes” do movemento aso-

ciativo en cuestións de urbanismo, pois este é un dos aspectos máis fébeis de cultura territorial no Eixo Atlántico, como se sinalou no capítulo 3.

3. Favorecer o **mercado de aluguer** para persoas mozas. Crear instrumentos de xestión pública da propiedade inmobiliaria a través de políticas activas de vivendas e non só de carácter asistencial. Utilizar as renovacións urbanas para colocar máis vivenda social no mercado. Utilizar instrumentos como nos casos de Porto e Santiago de Compostela para conxugar políticas de rehabilitación urbana e acceso a unha vivenda digna (capítulo 2)
  
4. Aumentar a **accesibilidade aos servizos urbanos** para a poboación que vive no contorno rural, de tal xeito que o contorno periurbano teña como punto de referencia á cidade. Desenvolver dende instancias urbanas programas de desenvolvemento rural local (véxase capítulo 1). O estudo dos casos de Lugo e Vila Real-Peso da Régua mostra que os factores endóxenos non son quen de xermolar un proxecto de desenvolvemento local se non existe unha axuda externa, ou sexa unha política institucional autónoma, estatal e europea cos orzamentos de seu. Necesidade de artellar un sistema urbano cohesionado e accesíbel para toda a poboación.

## II. MARCO XURÍDICO POLÍTICO QUE CONDICIONA O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA URBANO.

Está amplamente aceptada a idea de que o bo goberno e unha estrutura institucional eficaz constitúen unha importante fonte de competitividade rexional. Esta frase extraída do *III Informe sobre cohesión económica e social da U.E.* mostra a importancia que se lle concede á colaboración entre os poderes públicos e as redes sociais.

Na eurorrexión da *Gallaecia* existe unha longa tradición de funcionamento colectivo da gobernanza local. As freguesías e parroquias adoptaron diferentes estruturas de ordenamento territorial colectivo (montes comunais, espazos productivos comúns: muíños, eiras), sen esquecer as loitas que isto supuxo contra dos poderes caciquís, que provocaron máis dunha revolta en Galiza e Norte de Portugal. O elevado número de asociacións, que se analizou no segundo volume destes estudos, testemuña esta tradición societaria.

Estas fortalezas derivadas do proceso histórico conflúen no momento presenta coa acción dos estados de España e Portugal (Tratado de colaboración de outubro de 2002) e da propia Unión Europea que propón crear un novo instrumento xurídico que lles permita ás autoridades estatais, rexionais e locais resolver os problemas de xestión dos programas e proxectos interfronteirizos (*Terceiro informe*)

Por outra parte unha das prioridades da U.E. estriba na maior concentración dos seus programas operativos, para evitar a microdivisión local da actuación que dificulta o crecemento de toda o contorno circundante. Por iso o Eixo Atlántico aparece como un sistema estratéxico non só pola complementariedade das cidades, senón pola proxección destas cara ao contorno rural.

Puntos fortes cara a un sistema policéntrico sustentábel	Obstáculos que dificultan un desenvolvemento sustentábel
<p>Existencia de mancomunidades e asociación de municipios na <i>Gallaecia</i>. Experiencia en proxectos compartidos (p.e. proxecto Atlante, irmandades, Eixo Atlántico). Actitude de organización colectiva en aldeas e parroquias (montes comunais, eiras, muíños, festas). Maior mobilidade intermunicipal e coñecemento de prácticas institucionais doutros lugares. Proxectos de novas normativas (Lei grandes cidades en Galiza, ComUrb e GAM en Portugal) que facilitan o debate sobre o ordenamento local. Concienciación respecto da necesidade da práctica de gobernanza local e da cooperación supramunicipal. Posibilidades de desenvolvemento dos portos marítimos e na ordenación do espazo aéreo (xerarquía funcional portuaria sobre Ferrol-A Coruña, Vigo e Porto-Leixões) e aeroportuaria (Porto e Santiago de Compostela).</p>	<p>Organización municipal do século XIX para dar resposta aos problemas do século XXI. A comarcalización resultou un fracaso no caso de Galiza. Fortes críticas á lexitimidade democrática das GAM e ComUrb das leis portuguesas de 2003. Incoherencias entre asociacións de municipios e agrupacións administrativas de comarcas, Gam e ComUrb. Diferentes leis e normas xurídicas para Galiza e Norte de Portugal. Elevado localismo na identidade local. Desaxustes entre problemas funcionais e capacidade de resposta institucional (falta de orzamentos e competencias). Constatación empírica do deficiente funcionamento dos entes supramunicipais. Fébel participación social nos ámbitos decisorios urbanos. Escasa relación funcional co resto do espazo atlántico. Necesidade de xerarquizar o sistema de acceso ao exterior</p>

O Tratado hispano-portugués sobre cooperación transfronteiriza de outubro de 2002 insta aos concellos do Eixo e a esta mesma asociación a definir os seus obxectivos, estrutura xurídica e funcionamento no ámbito europeo. O tratado, como sucedera para o caso da Comunidade Transfronteiriza dos Pirineos (entre España e Francia), permite de conformidade cos artigos 5.2.c) e 9.2 e 10.3 e 10.4, crear grupos de traballo de cooperación transfronteiriza sen personalidade xurídica, pero que asuma o liderado territorial para a programación e xestión de estudos. Ademais o propio tratado permite a creación de organismos con personalidade xurídica de seu, o que constitúe unha oportunidade estratéxica



para o Eixo, que se sitúa entre un ámbito de convenio privado entre os concellos e unha institución pública (comisión ad hoc) dentro da Comunidade de Traballo Galiza-Norte de Portugal. En consecuencia, este informe recomenda a posta en práctica dun proceso político e xurídico que:

- a) Defina as competencias dun **organismo sen personalidade xurídica** que asuma o liderado dos estudos transfronteirizos entre Galiza e Norte de Portugal para impulsar o desenvolvemento endógeno, sustentábel e un crecemento urbano policéntrico. Unha estratexia a curto prazo que é compatíbel cunha segunda que;
- b) Prepare para os concellos a documentación necesaria para poder **adaptar os seus Estatutos á luz do Tratado de outubro de 2002** entre o Reino de España e a República de Portugal. Unha adaptación que pode concluír coa creación dunha figura transnacional de ámbito xurídico, pois se corre o risco de que as NUTs III que non son transfronteirizas (p.e. provincias da Coruña e Lugo e distritos de Grande Porto) poden perder a súa representatividade nunha organización deste xeito.

Os exemplos de **boas prácticas** do que estamos a analizar serían iniciativas que se tomaron por concellos para favorecer:

1. A integración en **ámbitos supramunicipais**. Así o estudo realizado en Vilagarcía de Arousa en maio de 1993, baixo a iniciativa dos técnicos e políticos locais, para evitar a segregación deste municipio da comarca do Salnés, segundo prevía o Plano de comarcas. Igualmente o funcionamento

das Universidades con diferentes campus universitarios en localidades do Eixo, como no caso da de Vigo con campus en Ourense, Pontevedra e Vigo, ou a de Tras-Os-Montes de Alto Douro con sedes en Vila Real, Bragança e Chaves.

2. A creación de **mancomunidades** con obxectivos específicos. Por exemplo no caso do Vale do Lima con Esposende e Barcelos para solventar o aterro sanitario do lixo, unha política fomentada dende Viana do Castelo. Igualmente dende Vigo ou Ferrol estase a promover unha política de mancomunidades para o transporte metropolitano e no caso de Pontevedra a área de desenvolvemento territorial supuxo un acordo entre esta cidade e tres municipios (Marín, Poio e Vilaboa). No espazo interior a política de concellos como Bragança (Terra Fría) ou Guimarães (Vale do Ave) manifesta unha potencialidade que cómpre potenciar.
3. A política de **descentralización municipal** ten unha maior tradición nas cidades portuguesas, polo recoñecemento xurídico das xuntas de freguesía. No Estatuto de Galiza tamén aparece no seu articulado esta posibilidade, aínda non desenvolvida. Os exemplos de boas prácticas sobre todo nos casos de municipios con grande superficie e con elevado número de freguesías permiten albiscar que é unha política coherente co desenvolvemento local. Pola súa parte en concellos de Galiza, como Vigo, existe unha concellaría de participación cidadá que comezou o labor de descentralización sobre a base territorial das antigas freguesías.

**Propostas de actuación:**

5. Proposta de desenvolver as competencias do Eixo Atlántico como comisión específica dentro da Comunidade de Traballo Galiza-Norte de Portugal ao abeiro das **posibilidades abertas polo Tratado Internacional** entre o Reino de España e a República de Portugal de outubro de 2002 en Valencia (véxase informe en Anexo 6 do Libro 1) e preparar a documentación precisa para crear un organismo con personalidade xurídica de seu.
6. Análise **da reordenación do mapa municipal** a partir das cidades do Eixo, as áreas funcionais existentes, o proceso histórico (asociacións de municipios) e a percepción sociolóxica das e dos veciños (véxase informe en Anexo 5 do Libro 1)
7. **Reordenación dos portos, aeroportos e ferrocarril de alta velocidade** que nos conecte con Europa. Facer unha proposta de xerarquía de portos exteriores que favorezan o comercio marítimo de cabotaxe co resto do espazo atlántico. Organizar os aeroportos da eुरorrexión nas demandas de voos de baixo custo e nos destinos rexional, continental e intercontinental.

Como se recomenda nos informes específicos (anexos 7 e 8 do Libro 1) parece necesario artellar un plano aeroportuario para o Eixo que considera dous grandes aeroportos intercontinentais (Santiago de Compostela e Porto) dous rexionais europeos (Vigo e A Coruña) e dous aeródromos locais (Bragança e Vila Real). Igualmente haberá que definir a política dos portos exteriores, finalizando as obras do exterior de Ferrol,

cunha situación estratéxica entre o Cantábrico e Atlántico, así como definir polo volume de carga que están mantendo actualmente a viabilidade dos portos da Coruña, Vilagarcía de Arousa, Marín, Vigo, Viana do Castelo e Leixoes-Porto. Igualmente o proxecto de porto exterior da Coruña obrigará a revisar a xerarquía portuaria do Eixo para un futuro inmediato.

Unha política portuaria que está asumida como un dos obxectivos básicos da Unión Europea, co obxectivo de diminuír o peso específico do transporte por estrada, consecuencia da elevada motorización de Europa, o que aínda é máis pronunciado no caso da euronrexión. Polo mesmo dende os concellos, así como especialmente dende unha asociación intermunicipal, é posíbel tomar medidas conducentes á xerarquización dos espazos portuarios marítimos.

8. Realizar actuacións conducentes á potenciación da **intermodalidade**: construción de estacións de autobuses e ferrocarrís integradas (capítulo 6), unir os aeroportos co ferrocarril e co centro da cidade a través de transporte público, conectar os portos co ferrocarril.

### III. OS RECURSOS E TECNOLOXÍA PARA O DESENVOLVEMENTO SUSTENTÁBEL NO EIXO ATLÁNTICO.

Durante os últimos 15 anos, dentro dos diferentes programas marco, a Unión Europea favoreceu a investigación aplicada co obxectivo de mellorar a calidade de vida dos seus cidadáns. Así, se tomamos o Quinto Programa Marco (o máis recente xa finalizado), observamos que se estruturou en 4 programas temáticos (Calidade de vida, Sociedade da Información, Crecemento Competitivo e Sustentábel e Enerxía, Medio Natural e Desenvolvemento Sustentábel). O segundo deles, denomina-

do xenericamente GROWTH, é o que nos interesa. Denominado “Promoting competitive and sustainable growth”, GROWTH adica 3 das súas 4 accións a aspectos relacionados co transporte e a mobilidade. Debemos diferenciar **dúas estratexias complementarias** no que se refire á mobilidade da poboación:

- a) creación dun **modelo de mobilidade urbana** sustentábel. Para isto fai falta estimular o uso do transporte público. Será importante aproveitar os proxectos europeos, como o STCC (Sistema Transporte Colectivo Combinado) que se está a aplicar en dúas cidades do Eixo (Ferrol e Porto) xunto co Consorcio de Transportes da Comunidade Autónoma de Madrid, Toulouse e Cartagena. Un programa que favorece a integración do transporte urbano e interurbano e á aplicación dun mesmo sistema tarifario. Un proxecto que se prevé estender a outras cidades de Galiza<sup>5</sup>
  
- b) desenvolver o **programa ARTS** (Actions on the Integration of Rural Transport Services) que se está a aplicar en oito países da U.E. e na eurrrexión aos pobos e concellos orientais de Ourense (Manzaneda - O Bolo - A Veiga). Trátase de aproveitar o transporte escolar para mobilizar as persoas de maior idade, que teñen problemas de desprazamento.

Entendemos que estas dúas medidas favorecerán a mobilidade da poboación e o seu acceso aos servizos urbanos, en especial aos equipamentos comerciais, sanitarios, culturais. Este proceso, xunto á mellora rexis-

---

<sup>5</sup> Así o confirman as declaracións do Director Xeral de Transporte da Xunta de Galicia (Valeriano Martínez) o día 28 de novembro de 2004 na Voz de Galicia.

trada na traza das infraestruturas básicas favorecerán a integración da eurrrexión no sistema de mobilidade europeo.

<b>Puntos fortes cara a un sistema policéntrico sustentábel</b>	<b>Obstáculos que dificultan un desenvolvemento sustentábel</b>
Aumento da conectividade por vías de alta capacidade. Rede viaria densa e que estrutura o territorio dende hai séculos. Renovación das estacións de tren e buses. Sistema portuario e aeroportuario que facilita o intercambio exterior. Integración das cidades do E.A. na rede de alta velocidade ferroviaria. Prácticas de proxectos europeos de mobilidade, tanto no medio urbano como rural. Expansión das NTIC entre a poboación, empresas e difusión dende as universidades. Concentración empresarial no transporte	Excesivo eco da opinión vulgar que reduce a mobilidade a un problema de infraestruturas. Falta de hábito no uso do transporte público e elevada motorización, que se relaciona co espallamento da poboación. Ausencia de planeamento estratéxico que saiba integrar modos de transporte diferentes. Aparición dunha fenda dixital entre persoas conectadas á rede telemática e outras que fican ao marxe. Escasa penetración das novas tecnoloxías nos fogares da eurrrexión. Poboación moi vella que desconfía das TIC. Excesivo localismo na demanda de novas infraestruturas.

## **URXENCIAS DE INFRAESTRUTURAS.**

Non obstante, aínda existen no sistema do Eixo Atlántico un conxunto de obras infraestruturais que son necesarias e urxentes para mellorar a calidade de vida por medio de accións que favorezan a intermodalidade nos desprazamentos de persoas e nos fluxos de mercadorías. Un resumo das obras máis importantes que deberían programarse a través dos Fondos de Cohesión son as seguintes:

**Cadro 4:** Obras de infraestruturas pendentes de conclusión no Eixo Atlántico.

Concello	Rede Viaria	Ferrocarril	Portos marítimos	Aeroportos
Braga	Mellor conexión a Barcelos-Esposende.	Conexión coa fronteira galega.		
Bragança	Acceso a Sana-bria e finalizar autovía A4.	Estudo de enlace co ferrocarril de Ourense-Zamora.		Agárdase que poida finalizar a ampliación no 2005.
Chaves	Finalizar A 24 ata Vila Real e conexión coa A-52 (Rías Baixas)			
Guimarães	Integrar os cintos de ronda coas novas autovías.			
Peso da Régua	Finalizar Auto-vía Viseu-Chaves e conexión con Amarante.	Falta mellorar infraestrutura desde Marco de Canaveses.	Unir o porto fluvial coa A-24.	
Porto	Necesita concluir todo o cinto de conexión metropolitana.	Necesidade de programar prazos construción metro e conexión con Alta Velocidade.	Conectar porto de Leixoes co ferrocarril de alta velocidade e co aeroporto.	Conexión dende aeroporto até centro cidade por metropolitano. Proxecto de voos de baixo custo.

*II Estudos Estratéxicos do Eixo Atlántico*

<b>Concello</b>	<b>Rede Viaria</b>	<b>Ferrocarril</b>	<b>Portos marítimos</b>	<b>Aeroportos</b>
Viana do Castelo	Finalizar IC1 e a conexión con Ponte de Lima por autovía.	Bó exemplo de intermodalidade entre estacións de tren e bus.	Unir porto co sistema de autoestradas.	
Vilanova de Gaia	Falta mellorar accesos á cidade.	Falta metro que conecte con Porto.	Ordenar o espazo litoral. Plano portuario.	
Vila Real	Finalizar conexión con Amarante e Chaves por autovías.			Estudo informativo do aeródromo.
A Coruña	Accesos á cidade desde autovías.	Construcción de tramos A.V. ata Santiago.	Estudo informativo da viabilidade do porto exterior.	Proxecto de vós de baixo custo.
Ferrol	Urxen os accesos ao porto exterior. Sen finalizar autovía até As Pontes e Vilalba.	Conexión co porto e mellorar vías con Monforte (porto seco)	Primeira Fase. Falta segunda fase e accesos a autoestrada e ferrocarril.	
Lugo	Falta conexión por Autoestrada a Santiago-Ourense.			
Monforte	Urxe accesos ao porto seco. Mellorar conexión a Lugo.	Mellorar estación de ferrocarril: museo ferroviario e centro comercial.		
Ourense	Falta conexión coa saída de Monforte.	Posibilidade de aproveitar trazo de proximidade.		



Sistema urbano sustentábel

Concello	Rede Viaria	Ferrocarril	Portos marítimos	Aeroportos
Pontevedra	Faltan cintos de ronda. Falta enlace coa A-52.	Rede de proximidade con Vigo-Vilagarcía.		
Santiago	Conexión a Noia por autovía.	Estación de intermodalidade.		Conexión co ferrocarril. Proxecto de vós de baixo custo.
Vigo	Nova autovía a O Porriño.	Aínda sen definir saída sur da cidade.	Plano portuario e relocalización de usos.	Proxecto de voos de baixo coste. Terminal de carga.
Vilagarcía de Arousa	Falta enlace coa A-9.	Tren proximidade a Vigo e Santiago.	Enlaces do porto coas autoestradas.	

O impacto sobre o espazo xeográfico destas infraestruturas, así como das estacións intermodais e os denominados portos secos pode ser considerable, en tanto que permitirán integrar a mobilidade e as infraestruturas de transporte no conxunto de ordenamento territorial. Neste sentido cómpre potenciar as políticas de I+D, especialmente a partir do labor das universidades, para avaliar os impactos ambientais da creación de novas infraestruturas de transporte, xerarquizar e ordenar os existentes e compensar a hipertrofia do transporte rodoviario.

Os exemplos de **boas prácticas** do que estamos a analizar serían iniciativas que se tomaron por concellos para favorecer:

1. A localización de **estacións integrais de autobuses e ferroviarias**, onde Viana do Castelo é un exemplo paradigmático. As oportunidades doutras cidades son evidentes, pois a distancia existente entre ambas estacións (p.e. Pontevedra, Vilagarcía de Arousa ou Ourense) é escasa e permitiría integrar con movementos peonais baixo teito as plataformas de ferrocarril e autobuses.
2. A extensión do sistema de **tarifación única** que existe na área metropolitana de Porto e que se está estudando na actualidade en Ferrol, para favorecer o intercambio de sistema de transporte e aumentar a porcentaxe de usuarios do servizo público.
3. Aproveitar e potenciar as posibilidades das **comunicacións marítimas de pasaxeiros**, tanto para uso cotián como turístico estival, tal como sucede nas Rías Baixas. Isto permitiría ampliar a oferta ao golfo Ártabro, Porto-Viana e polos vales fluviais, como xa se iniciou no ríos Douro e Sil. Unha potencialidade que aumentaría se estivese ligada a comunicación ferroviaria e marítima-fluvial, o que é factíbel.
4. A construción de **cintos de ronda** para diferenciar o tráfico de paso do tráfico local urbano. Unha práctica que se realizou na maioría das cidades do Eixo e que incide nunha maior seguridade viaria e menor presión sobre a circulación urbana.

5. As políticas de **peonalización nos centros históricos**, para poder reservar o patrimonio pétreo e a calidade ambiental dun espazo para o encontro e o paseo. As cidades recuperan así a dimensión de *civitas* e non só a de *urbs*.

**Propostas de actuación:**

9. Proposta de concluír a **accesibilidade externa** do Eixo e da conexión interurbana por estrada a través das obras indicadas no cadro 4.
10. Xerarquizar as **conexións aéreas** dende unha perspectiva eurorrexional.
11. Potenciar o **tráfico marítimo** de cabotaxe, utilizando e mellorando as infraestruturas actuais.
12. A **integración da rede ferroviaria no sistema urbano** das cidades: solución sur no caso de Vigo, creación de novas estacións con plataformas subterráneas que poidan crear un espazo comercial (p.e. en Monforte de Lemos), conexión das redes de proximidades co metro (caso da área metropolitana de Porto)
13. Aproveitar as **vías férreas como potencialidade turística** con trens turísticos na liña do Douro-Túa, Ribeira Sacra (Monforte, co espléndido Obradoiro do ferrocarril), o Cantábrico (dende Ferrol pola vía estreita), co Museo de Vilagarcía de Arousa. Iniciativas que implican unha xestión municipal coas empresas ferroviarias.

14. Potenciar os **portos secos** de Monforte de Lemos e Salvaterra-As Neves para o norte e centro da eurorrexión a través dunha boa política de accesos ferroviaria e por estrada que conecte estes centros loxísticos cos portos marítimos.
15. Creación dunha rede de **parques e polos empresariais** na eurorrexión, como os do Val do Lima nas liñas de actuación estratéxica dos gobernos de Portugal e Galiza.

A **sociedade da información** xerou no planeta unha profunda fenda entre as persoas e colectivos que teñen acceso ás fontes de información e os que están excluídos. É dicir, os dereitos universais corren risco de estar restrinxidos nunha dobre concepción: só poden participar da plena cidadanía os que teñen recursos económicos (consumidores) e os que teñen acceso aos produtos informativos (usuarios de internet). Por iso mesmo dende algúns poderes locais procúrase facer fronte a esta situación propiciándolles as ferramentas e habilidades necesarias aos seus cidadáns. Isto mesmo é o que sucede nos concellos do Eixo Atlántico, pero nunha situación periférica respecto ás grandes áreas urbanas de Europa central e occidental.

Os exemplos de **boas prácticas** do que estamos a analizar serían iniciativas que se tomaron por concellos para favorecer:

1. A **participación dos cidadáns** a través de locais abertos para utilización gratuíta de internet, como é o caso da Cámara Municipal de Porto na Avenida dos Aliados, ou a proposta de Guimarães de conectar intranet ás xuntas de freguesías coa Cámara Municipal.

2. A creación de **foros en internet** nos concellos de Vigo, Porto e A Coruña.
3. A difusión das **novas tecnoloxías** RDSI e ADSL nas cidades do Eixo, relacionando a investigación universitaria coa aplicación tecnolóxica nos municipios (capítulo 7).
4. Creación dun sistema de **xestión municipal** a través da rede informática (p.e. Bragança entre outros concellos, como se aprecia no capítulo 9)

#### **Propostas de actuación:**

16. Por unha banda facer un esforzo para **impulsar a creación das páxinas municipais** e impulsar o uso de software libre Linux e linguaxes tipo php co obxectivo de abaratar custos de mantemento. Igualmente debe buscarse unha imaxe corporativa e un bo posicionamento en Internet a partir da definición de dominios propios ben estruturados e xerarquizados, que sexan capaces de incluír a todos os departamentos, áreas e empresas municipais como subdominios propios. A páxina debe actualizarse e crear xornais dixitais e oficinas de comunicación virtual (véxase capítulo 8)
17. Por outra banda impulsar decididamente **a interactividade** e a comunicación co cidadán a través dos foros de debate, chats, referendos e enquisas que permitan pór en práctica canles de comunicación instantánea e directa entre administración e administrados. Facilitar o acceso a Internet a través da distribución de puntos de acceso gratuito por toda a xeografía municipal. Impulsar a administración virtual

en liña, con sistemas de pago electrónicos universais e tramitación de expedientes con sinatura electrónica. Nesta acción de difusión das novas tecnoloxías entre os cidadáns impulsárase o comercio electrónico promovendo as TIC entre as empresas locais e a definición de páxinas propias para ofertar os seus produtos a través de Internet, así como a alfabetización dixital das e dos cidadáns a través da educación e capacitación no uso das novas tecnoloxías.

#### **IV. ORIENTACIÓN PARA A TOMA DE DECISIÓNS.**

O estudo do planeamento urbano nas cidades do Eixo Atlántico manifestou que un dos problemas fundamentais reside na xestión do urbanismo, con importantes retrasos dos programas previstos. Esta falta de seguimento e avaliación do planeamento é, á vez, resultado da falta de cultura urbana racional e da participación cidadá, como da ausencia de instrumentos técnicos que permitan realizar este labor. No capítulo 9 indícase un camiño axeitado para implantar os sistemas de información xeográficos nos concellos do Eixo, seguindo un modelo que xa empezou nalgúns concellos.

A definición deste instrumento técnico está precedido da decisión de considerar as cidades como un espazo ecosistémico, ou sexa como o resultado da interacción de variábeis diversas (físicas, humanas) o que comporta a análise de diversos factores (causas técnicas, decisións intencionais). No capítulo 10 defínese un modelo de cidade compacta, complexa e sustentábel, para que poda desenvolver a súa potencialidade nun sistema que tamén debe reunir os mesmos requisitos. Este modelo teórico, eixo básico da política urbana europea, permite realizar esta análise DAFO.

## Sistema urbano sustentábel

Puntos fortes cara a un sistema policéntrico sustentábel	Obstáculos que dificultan un desenvolvemento sustentábel
Diversidade funcional das cidades do Eixo. Contornos rurais con alta potencialidade sustentábel. Incremento dos investimentos públicos en infraestruturas do ciclo do auga, enerxía e telecomunicacións. Aumento da sensibilidade pública sobre o desenvolvemento ecolóxico. Patrimonio histórico cultural sustentábel.	Un modelo de crecemento urbano arredor da propiedade inmobiliaria. Falta de formación educativa no uso das novas tecnoloxías da información. Excesivo localismo e falta de visión euro-rrexional. Necesidade dun maior compromiso co planeamento urbanístico. Escasa dimensión das oficinas de xestión municipal

Os exemplos de **boas prácticas** do que estamos a analizar serían iniciativas que se tomaron por concellos para favorecer:

1. A creación dunha **base de datos con referencia territorial** para xestionar o crecemento urbano e definir os volumes construtivos (p.e. Bragança, Ourense)
2. A creación de **observatorios urbanos estratéxicos** que permitan definir as prioridades na xestión urbana (p.e. A Coruña)
3. A creación de sistemas de **xestión** do ciclo da auga e da recollida do lixo dende unha perspectiva **supramunicipal** (p.e. Viana do Castelo e o Val do Lima)
4. O investimento municipal, reforzado polos Fondos de Cohesión europeos, en **infraestruturas**. Por exemplo, en Bragança pasaron do 10% para o 70% de rede de esgotamentos no última década do século XX.

5. Creación de **foros virtuais municipais** onde se formulan estratexias interurbanas (p.e. Vilagarcía de Arousa: integración das áreas do Salnés e Vigo-Pontevedra)
6. Creación de eixos de crecemento que ensarillen a dinámica edificatoria con novos recursos empresariais. Así no caso de Viana do Castelo coa construción dos parques empresariais en eixos de comunicación:a)para Ponte de Lima. (Lanheses) expansión urbana (Meadela), Vila Fría (ao sul) e Barroelas (tamén ao sur).

**Propostas de actuación:**

18. A avaliación das posibilidades de crecemento permite albiscaar unhas especializacións complementarias das cidades, así como descobre qué obstáculos aparecen no seu potencial de desenvolvemento local.

**Cadro 5:** Resume perfil cidades e actuacións positivas.

Cidade	Feblezas/obstáculos para desenvolvemento	Potencialidades	Perfil funcional e actuacións
Braga	Escasa innovación tecnolóxica. Pouco artellamento comarcal. Escasa especialización servizos a empresas.	Poboación nova e con gran dinamismo. Impacto universitario.	Cidade capital de servizos para o Minho. Peonalización centro positiva para a imaxe.
Guimarães	Crise sector textil. Espallamento da poboación nunha gran superficie. Saneamento do ciclo auga deficiente.	Descentralización poli-céntrica a través Xuntas de Freguesía. Identidade territorial da capital. Proxectos impacto: Atlante (Patrim. Human)	Capital histórica e monumental, centro industrial do AVE. Planeamento social territorial.



Sistema urbano sustentábel

Cidade	Feblezas/obstáculos para desenvolvemento	Potencialidades	Perfil funcional e actuacións
Bragança	Enorme superficie con gran número de asentamentos. Baixa densidade. Avellentamento e pouca accesibilidade externa (Portelo, Quintanilha, aeródromo)	Referencia de cidade ecolóxica e de integrar pedra+augas. Pulo do centro urbano comarcal.	Capital de servizos para Trás-Os-montes. Planeamento estratéxico ben definido.
Chaves	Illamente fronteirizo (escasa conectividade con Verín-Ourense por transporte público) Escaso dinamismo comarcal.	Programa Polis definido. Potencialidade turística (Chaves-Vidago). Innovación empresarial.	Centro loxístico fronteirizo. Centro turístico de termalismo. Necesita mellor accesibilidade externa dende Porto.
Porto	Escasa funcionalidade metropolitana Necesidades de rehabilitación no centro histórico. Problemas de mobilidade na área metropolitana.	Transporte intermodal logo da apertura metro. Gran accesibilidade exterior. Internet para veciños.	Cidade capital de servizos para o Norte de Portugal. Anovamento na Sociedade da Información.
Vila Nova de Gaia	Escasa integración das freguesías rurais na área metropolitana. Problemas de conectividade con Porto.	Gran dinamismo da área urbana. Proxección industrial. Poboación nova.	Capital complementaria de Porto. Imaxe do río Douro sobre as adegas. Valor crecente do espazo marítimo.
Viana do Castelo	Escaso dinamismo nas freguesías. Mala comunicación con Galiza.	Boa relación con Porto. Potencialidade como capital do val do Lima.	Calidade urbana no centro e capital comarcal (Val Lima) Cidade portuaria e de lecer.

*II Estudos Estratéxicos do Eixo Atlántico*

<b>Cidade</b>	<b>Feblezas/obstáculos para desenvolvemento</b>	<b>Potencialidades</b>	<b>Perfil funcional e actuacións</b>
Vila Real	Escasa cualificación laboral e nivel de ensino insuficiente. Mala accesibilidade exterior (falta acabar A4 con Porto)	Impacto da Universidade UTAD e administración do distrito.	Capital do Alto Douro. Polo de referencia no interior.
Peso da Régua	Escasa densidade demográfica e moito peso do sector rural.	Turismo fluvial no río Douro. Conexión co sector vinícola.	Centro de referencia para o turismo fluvial.
A Coruña	Problema de artellamento comarcal. Saturación parque empresarial e limitación de infraestructuras.	Desenvolvemento do Observatorio Estratéxico Imaxe de cidade moderna. Accesibilidade exterior.	Capital de servizos no Norte de Galiza. Renovación do borde litoral.
Ferrol	Crise industrial do sector marítimo. Estrangulamento da conexión porto-ferrocarril e autoestrada.	Porto exterior próximo a un corredor intencional. Mellora da conexión co exterior e na comarcal (estudo piloto)	Cidade industrial que diversifica actividades (porto exterior, gas, universidade)
Santiago	Excesiva dependencia do sector servicios (turismo, capital admtr., universidade)	Simbolismo da capital de Galiza. Bo nivel de accesibilidade exterior.	Cidade de servizos como referente de Galiza. Participación cidadán no planeamento territorio.
Pontevedra	Escaso dinamismo industrial. Falta de proxectos empresariais.	Cidade de servizos atractiva para o visitante. Peonalización e recuperación urbana	Cidade complementaria da área urbana das Rías Baixas. Centro de servizos.
Vigo	Falta de proxecto definido de cidade. Imaxe	Creación de entes supramunicipais	Capital industrial e de servizos

Sistema urbano sustentábel

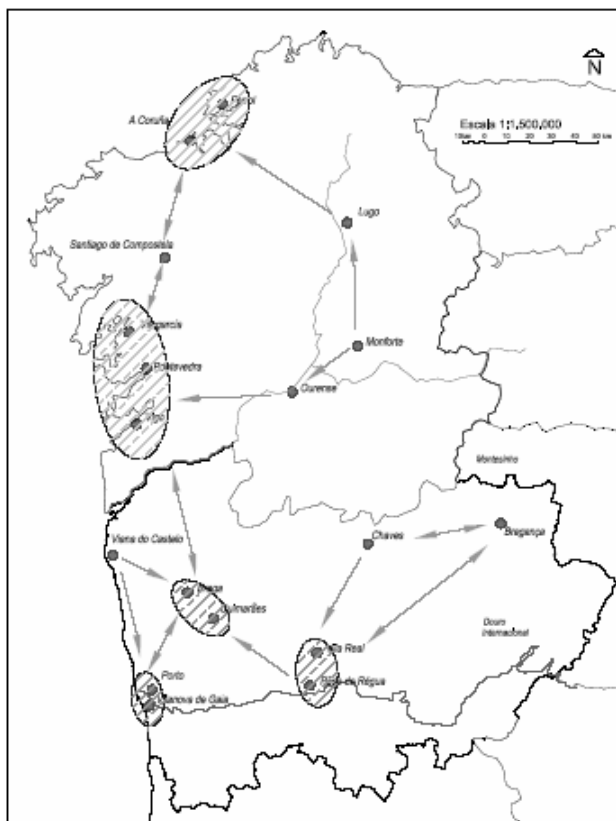
Cidade	Feblezas/obstáculos para desenvolvemento	Potencialidades	Perfil funcional e actuacións
	conflictiva de tres poderes (porto/concello/Zona Franca). Sen acabar proxecto emblemático (abrir Vigo ao mar)	(Manc) entidades de cohesión urbana (Fundación ProV Relación con N. Portugal	para antiga zona fronteiriza. Referente para o exterior.
Lugo	Poboación moi avellentada. Escaso dinamismo comarcal. Pouca diversidade de actividades innovadoras. Unhas parroquias rurais pouco conectadas coa capital.	Cidade histórica, servizos, ecolóxica. Boa conectividade co resto do Eixo.	Recuperación beiras do Miño. Relación entre planeamento e proxectos Definir posición ante rural.
Monforte	Escaso dinamismo demográfico. Non hai iniciativas empresariais. Excesivo peso do sector rural.	Potencialidade como centro comarcal da Ribeira Sacra. Iniciativa da Admstr. co Porto Seco.	Definición do Plano xeral de ordenamento. Conexión por autovía con Lugo e Chantada.
Ourense	Problemas de estrutura comarcal (Barbadás, Aguiar) Pouca innovación tecnolóxica nos sectores produtivos.	Recuperación do centro hco. Coa imaxe das Burgas. Referencia para Norte Portugal.	Definir imaxe de cidade de servizos dende identidade local. Mellorar intermodalidade.
Vilagarcía de Arousa	Periurbanización difusa. Problemas de ordenamento de usos do solo.	Centro comarcal de apoio a área urbana das Rías Baixas. Dinamismo do Salnés.	Boa comunicación da información territorial. Definir capacidade de cabeceira comarcal.

19. Desenvolver un sistema urbano complementario, onde se artellen espazos metropolitanos, centros de desenvolvemento comarcal e núcleos do interior que teñan capacidade para fixar a poboación local. A este respecto, como se recolle

no capítulo 3, deben considerarse as directrices territoriais de Galiza e Norte de Portugal, que están en fase de definición.

A figura 6 recolle esta proposta síntese do artellamento territorial para o sistema urbano do Eixo Atlántico na liña do desenvolvemento sustentábel e policéntrico europeo. Esta proposta permite reforzar a calidade de vida urbana desde a cohesión intra-rexional.

**Figura 6:** Mapa de áreas urbanas funcionais do Eixo.



20. **Integrar as diferentes figuras de planeamento** nunha imaxe didáctica do modelo de cidade e sistema urbano que se quere desenvolver. Por exemplo, relacionar o planeamento estratéxico, o urbanístico, a Axenda21, a auditoría urbana e os diferentes planeamentos sectoriais. Dar conta dos modelos de cidades no sistema do Eixo en relación coas directrices de ordenamento territorial previstas pola Xunta de Galicia para esta Comunidade Autónoma e polo goberno de Portugal para a Região Norte.

## V. XESTIÓN DAS ORIENTACIÓNS ESTRATÉXICAS.

Un informe estratéxico non ten a capacidade normativa do planeamento estratéxico, pero facilita a toma de decisións. En primeiro lugar debe clarificar a posibilidade de executar estas medidas dende as diferentes instancias administrativas, asumindo o reto enunciado pola Comisión Europea da necesidade de mellorar a eficacia na xestión das administracións públicas. Esta eficacia administrativa ten o seu xermolo e principio democrático básico na **iniciativa municipal**, como consecuencia das competencias dos concellos do Eixo, como se recorda no capítulo 4 e anexo 6 deste primeiro libro e na Carta Europea da Autonomía Local. En consecuencia, as orientacións para a xestión son instrumentos para poder programar conxuntamente infraestruturas e servizos que podan ser co-financiados polos Fondos Europeos.

Neste sentido os devanditos fondos son programados basicamente dende as administracións do Estado, contando coa colaboración das restantes administracións. No caso da Eurorrexión existe unha Comunidade de Traballo Galiza-Norte de Portugal que define as prioridades deste territorio, pero onde os niveis das competencias son diferentes, pois a Xunta de Galicia posúe capacidade legislativa e de execución como con-

secuencia do seu Estatuto de Autonomía, o que non sucede no caso do Norte de Portugal, onde a Comisión de Coordinación e Desenvolvemento só é un órgano de descentralización administrativo. Dentro da Comunidade de Traballo existe unha comisión específica para o desenvolvemento rexional dende as cidades (O Eixo Atlántico) que ademais está constituída como asociación de municipios galegos e portugueses como entidade de ámbito privado.

Como mantivemos ao longo destas conclusións entendemos que sería moi positivo desenvolver as posibilidades que concede o Tratado Internacional de Valencia, de outubro de 2002, para a **cooperación transfronteiriza interestatal**, así como aproveitar os enunciados da Comisión Europea no sentido de favorecer a creación de entidades supraestatais. Polo mesmo o Eixo Atlántico ten unha situación moi favorábel para converterse nunha asociación de municipios transfronteiriza con importante valor engadido para o desenvolvemento rexional.

Esta asunción de competencias permitiría desenvolver unha triple xestión de obxectivos estratéxicos:

- a) Potenciar a rede de colectivos e asociacións cívicas que favorecerían a **gobernanza** local. A este respecto existen exemplos de boas prácticas nalgúns concellos do Eixo, como se mostrou, que deben ser o guieiro da **construcción dun espacio público cidadán**, obxectivo de calquera política europea. *Construcción da Europa dos cidadáns.*
- b) Desenvolver **accións conxuntas** entre concellos do Eixo para desenvolver sinerxias de mellora na calidade do emprego, dos servicios e equipamentos públicos, das infraestruturas urbanas, non só entre os concellos do Eixo, senón tamén

sobre os municipios da área urbana funcional. *Complementariedade e sinerxias territoriais.*

- c) Constituírse en punto de referencia para a **xestión de planeamento territorial** euro-rexional.

A este respecto as Directrices de Ordenación do Territorio de Galiza e o Programa Operacional Rexional do Norte xa recollen a necesidade de potenciar accións integradas de carácter territorial, onde as cidades constitúen os puntos neuráxicos da difusión das pautas de crecemento. *Papel de liderazgo rexional.*

A construción da Europa dos cidadáns era o obxectivo inicial do Eixo Atlántico cando se constituí no ano 1992. A complementariedade das accións territoriais foi un elemento básico da definición desta asociación de municipios nos estatutos orixinais, como tamén logo da súa modificación. Todo isto leva a configurar ao Eixo como un ente que procura o liderado rexional a través de programas de políticas concretas. Por iso no cadro 6 seleccionamos aquelas medidas, que xunto coas que aparecerán nos libros segundo e terceiro, deben facilitar este labor que se asume como reto intermunicipal.

**Cadro 6.** Medidas prioritarias no desenvolvemento policéntrico e sustentábel do E.A.

Medidas actuación (número citado no texto anterior)	Promotores	Interlocutores	Fondos Europeos para co-financiar	Documentos dos E.E.
1 e 20. Modelo de desenvolvemento sustentábel.	Eixo Atlántico. Concellos, Axendas 21.	Xunta de Galicia CCDR Norte.	Fondos Cohesión. Auditoría urbana e implantación Axenda21.	Capítulo 10 e anexo 3
2. Goberno local no planeamento municipal.	Os concellos do EA.	O tecido social.	Urban. FEDER e FSE (acceso e igualdade)	Anexos 2,5 Capítulo 1
3. Goberno local: mellora urbana.	Os concellos do Eixo.	Xunta de Galicia. Goberno Portugal	Urban. FEDER. Estudo áreas urbanas con problemas	Capítulo 2
4. Aumentar a accesibilidade dos espazos rurais.	Eixo Atlántico Comunidade de Traballo.	Xunta de Galicia. Goberno de Portugal.	Aplicación programa ARTS (mobilidade no rural) nas periferias de Monforte, Peso da Régua, Chaves, Bragança, Vila Real)	Capítulo 6
5. Definir Eixo Atlántico como institución transfronteiriza.	Eixo Atlántico	Goberno Portugal e Goberno España (Tratado de outubro 2002)	Autoridade transfronteiriza europea. FEDER. INTERREG.	Anexo 6 e capítulo 4
6. Goberno local municipal.	Os concellos do EA.	Xunta de Galicia. Goberno Portugal.	FEDER. Interreg.	Capítulo 4 Anexo 6



Sistema urbano sustentábel

Medidas actuación (número citado no texto anterior)	Promotores	Interlocutores	Fondos Europeos para co-financiar	Documentos dos E.E.
6. Goberno local municipal.	Os concellos do EA.	Xunta de Galicia. Goberno Portugal.	FEDER. Interreg.	Capítulo 4 Anexo 6
7 e 8. Ordenar o transporte metropolitano.	Concellos do Eixometropolitanos.	Xunta de Galiza. Goberno de Portugal.	Fondo Cohesión. Aplicación ás cidades de Galiza (agás Monforte) e a Porto-Gaia, Braga-Guimarães, Viana do transporte combinado. (tren/bus)	Capítulo 6
9. Conexión co exterior por estradas.	Eixo Atlántico e Comunidade Tr.	Gobernos de España e Portugal.	FEDER. Conexión Peso-Vila Real-Chaves-A 52, Bragança- A52.	Introducción, capítulos 1 e 6
10. Xerarquía aeroportuaria.	Eixo Atlántico.	Gobernos de España e Portugal.	Definir Porto e Santiago de Compostela como centros intercontinentais.	Capítulo 5 e Anexo 8
11. Xerarquía portuaria.	Eixo Atlántico.	Gobernos de España e Portugal,	FEDER. Finalizar porto de Ferrol con accesos no 2005.	Capítulo 5 e Anexo 7

*II Estudos Estratéxicos do Eixo Atlántico*

Medidas actua- ción (número citado no texto anterior)	Promotores	Interlocutores	Fondos Europeos para co-financiar	Documentos dos E.E.
12. Conexión exterior ferroviaria e mellora da rede interior.	Eixo Atlántico, Comunidade de Traballo.	Gobernos de España e Portugal.	FEDER. Saída Sur de Vigo, Finalizar Eixo Ferrol-Gaia. Conexión coa Meseta. Mellora de Porto a Peso da Régua e Vila Real.	Capítulo 6 e Anexo 7
13, 14, 15. Recursos endóxeos para a sustentabilidade.	Eixo Atlántico,	Gobernos da Xunta de Galicia, Portugal, Confederación empresarios.	FEDER, Interreg,	Introducción e Capítulo 7
16. Implantación da Sociedade da Información.	Eixo Atlántico, CEER, concellos.	Xunta de Galicia CCDR Norte. Universidades.	FEDER e FSE Crear foros e puntos de intranet de acceso gratuíto.	Capítulos 7, 8
17. Implantación Sistemas de Información Municipal.	Eixo Atlántico. Concellos.	Xunta de Galicia CCDR Norte.	FEDER. Implantación S.I.X no 2005-06 a todos os concellos.	Capítulo 9
18 e 19. Crece- mento policéntrico equilibrado.	Comunidade Traballo+Eixo Atlántico (os concellos)	Xunta de Galicia CCDR do Norte de Portugal. Goberno de Portugal.	Desenvolver Directrices no 2005. FEDER. Interreg. Crece- mento sustentábel.	Capítulos 1, 2 e 3. Anexos 2, 3, 4, 5
20. Modelo de desenvolvemento sustentábel	Eixo Atlántico. Concellos, Axendas 21	Xunta de Galicia CCDR Norte	Fondos Cohesión. Auditoría urbana e implantación Axenda21	Capítulo 10 e anexo 3

A visibilidade do Eixo Atlántico manifestaríase deste xeito nunha triple acción, o que facilitaríaa a eficacia na xestión dos fondos europeos de desenvolvemento rexional e social. Igualmente teríaa capacidade de influír nas decisións dos gobernos estatais para priorizar os fondos de

cohesión sobre as principais infraestruturas rexionais, evitando o forte localismo da estrutura municipal. Como se indicou no inicio deste capítulo aínda a metade dos fondos europeos en Galiza e máis de dúas terceiras partes en Portugal son xestionados pola administración central en colaboración con outras institucións, entre as que un pacto intermunicipal ten unha relevancia máxima.

Como se deu conta no libro 1 destes segundo estudos estratéxicos, o territorio humanizado está sometido a unha presión constante entre os proxectos do poder institucional e os intereses das empresas particulares. A potencialidade dos recursos endóxeos desta vella rexión ibérica é moi grande e mostrou unha gran flexibilidade para adaptarse ás novas demandas do sistema produtivo. Estamos no intre de definir os novos retos e para isto hai que escoitar a voz do territorio, que non é outra que os desexos e anceios do pobo que vive e o transforma co seu labor cotián.



## CAPÍTULO 2

### AS POLÍTICAS SOCIAIS NO SISTEMA DE CIDADES DA EURORREXIÓN GALIZA-NORTE DE PORTUGAL

*Xan Bouzada Fernández*

Universidade de Vigo

De entre os tres libros do presente Estudo, o segundo libro é o que presenta unha maior diversidade interna incrementada pola autonomía analítica da que gozaron, máis alá dos evidentes requirimentos de coordinación, os diversos expertos que se encargaron de elaboralos. O libro inclúe sete diagnósticos diferentes que abordan outros tantos aspectos relativos ás políticas sociais e de xestión municipal nas que en maior ou menor medida se atopan implicadas todas as cidades do Eixo Atlántico.

Fique dito tamén aquí que o resumo conclusivo e propositivo do libro segundo será abordado, en congruencia co que vimos de afirmar, distribuído nas setes partes que o integran: Políticas culturais, Saúde, Educación e cidadanía, Asociacionismo, As políticas sociais para a igualdade, A Igualdade de oportunidades na perspectiva de xénero e a Xestión municipal.

Para cada un dos capítulos estableceuse un modelo semellante de presentación da información consistente en tres partes. En primeiro lugar inclúese unha introdución xenérica de carácter conclusivo, a continuación un diagnóstico tipo DAFO (Debilidades, Amezas, Fortalezas e Oportunidades) e en terceiro lugar achegouse un derradeiro apartado de propostas derivadas das análises efectuadas.

Debemos subliñar tamén que a condición de estudo *estratéxico* tentamos que se transparentase de xeito particular a través dos estudos de caso efectuados así como con base na realización de diversas entrevistas e recollidas de información a responsábeis municipais e expertos diversos que nos prestaron o seu apoio ao longo da realización das investigacións nas que derivaron os sete capítulos que aquí se inclúen.

### **As políticas culturais municipais no sistema de cidades da Eurorexión.**

#### **Conclusiones.**

O conxunto do traballo que presentamos móstranos a situación das políticas culturais no sistema de cidades do Eixo Atlántico permitíndonos constatar como este sector goza dunha considerable vitalidade nunha eurorexión que conta cun denso legado patrimonial, cultural e histórico. As características específicas da eurorexión como un territorio que conta cun denso legado patrimonial e cultural no que aconteceu un proceso de modernización relativamente tardío que está a

---

provocar un marco de oportunidade particularmente suxectivo nun momento de profundas mudanzas tanto no alcance coma no protagonismo dos procesos de comunicación (medios de comunicación, industria audiovisual, turismo, etc.) e da cultura (a industria audiovisual e mediática como industria cultural, o auxe do consumo cultural así como o das actividades de lecer vencelladas á cultura). Como derivación dese proceso e das profundas transformacións socioeconómicas da postmodernidade, a cultura acadou unha importancia económica cada vez maior, a cal devén estratéxica no contexto da sociedade da información e da cultura. Por outra banda, o incremento dos niveis educativos e da socialización no consumo de produtos culturais, propio das xeracións máis recentes, crea unha situación privilexiada tanto nas súas oportunidades como nos seus desafíos. Estas mesmas oportunidades constitúen sen dúbida tamén unha chamada de atención acerca da existencia de redefinir dende os actores públicos locais a responsabilidade política da defensa dos dereitos democráticos nese novo ámbito constituído pola *cidadanía cultural*, como un dos máis recentes espazos nos que a sociedade occidental deu en continuar o seu camiño en consonancia coa vella aspiración ilustrada igualitaria.

A análise efectuada sobre das políticas culturais municipais permitiunos observar a vitalidade dun ámbito de xestión que presenta unha estimábel variedade de modelos nos que resaltan aqueles que acadaron uns maiores niveis de integración e de complexidade. Certamente, moitas cidades do Eixo atópanse lonxe xa dunhas políticas simplemente orientadas ao desenvolvemento de programas de difusión e de apoio ao tecido socio-cultural, tendo apostado por experimentar fórmulas de maior complexidade e ambición para mellor avanzar na vella utopía factíbel do desenvolvemento cultural das súas comunidades. Neste senso pode observarse como algunhas cidades teñen xa unha clara conciencia de que a simple promoción estática de produtos culturais susceptíbeis da súa transmisión vía espectácu-

---

los, con ser unha parte importante do proceso, non é suficiente. Tamén entre nós, a precisa democratización do acceso e a contemplación das grandes obras culturais é un camiño para unha aspiración máis fonda de desenvolvemento cultural no camiño de acceso a unha cidadanía cultural. Neste senso, se algunhas experiencias como o Forum de Barcelona, ou máis recentemente, o deseño de actividades efectuado pola cidade irlandesa de Cork para celebrar a súa capitalidade cultural, representan un esforzo pleno de suxestións; Barcelona dende as novas esixencias dos ideais globais e Cork dende a apertura multicultural europea e a esixencia de reconstruír a cultura como un proceso que trascende o simple consumo de espectáculos culturais. Dentro do sistema de cidades da eurrrexión non podemos mantemos, nin debemos manernos alleos aos novos enfoques e aos novos desafíos aos que nos confronta o quefacer político cultural municipal. Certamente, a eurrrexión é substancia e casa última da grande metáfora da vella Europa no devalar da súa ruta Xacobeá. Nese senso, o desafío de reescribir o libro da historia, o patrimonio e a cultura, nun tempo de ambicións globais e nunha terra de profundas raíces, constitúe un desafío e un estímulo. En consonancia coas liñas orientadoras da Unión Europea o quefacer cultural ten neste tempo que asumir unha aposta de experimentación e transformación que abra para a cultura novas vías e que permita reinterpretar os vellos modos de coñecer e transmitir o coñecemento. Un quefacer cultural sensíbel e aberto tanto para atraer o apoio e a colaboración dos grandes actores privados coma parceiros e mecenas, como tamén hacia aqueles creadores e emprendedores máis fráxiles, pero que de cada vez con maior transparencia están a arrequecer o perfil cultural e urbano dunhas cidades, as nosas, que teñen a capacidade preciosa de poder conxugar unha fonda riqueza cultural e patrimonial cunha viva capacidade creativa e imaxinativa. O *patrimonio tanxible e intanxible* da eurrrexión constitúe un legado cultural precioso a facer valer na sociedade global da cultura e da comunicación.

---



A historia recente das nosas cidades ten marcado, no ámbito da concepción e o deseño de novos equipamentos, un fito histórico particularmente dinámico e fecundo. Nestas dúas últimas e intensas décadas, as políticas municipais de creación de equipamentos teñen transitado dende un esforzo municipal pola cobertura de necesidades culturais e socio-culturais básicas a todo un despreñar de concepción e deseño de novos espazos que, mesmo sen que sempre se vise recompensado cos resultados procurados, conseguiu en todo caso subliñar o feito relevante de que a eurorexión está a converterse cada vez con máis forza nunha unidade internamente dinámica na que os veciños do Norte de Portugal saben gozar dos espazos culturais das vilas galegas ao mesmo tempo que os galegos se deleitan co patrimonio, os programas culturais e as exposicións artísticas das cidades situadas máis alá do Miño. Quizais o camiño xa andado o que agora está a demandar é precisamente a pertinencia e a conveniencia de integrar esforzos e repensar os proxectos dende unha realidade obxetiva común na que debe mandar a procura de sinerxias e de complementariedades.

Tamén hai un camiño importante a andar no que atinxe ao desafío participativo de afondamento democrático que debe orientar unha política cultural nestes inicios do século XXI. Se o labor de implicación de axentes culturais nas dinámicas municipais ten transitado camiños algo distintos, case sempre favorábeis aos nosos veciños portugueses, xusto é recoñecer tamén que en Galiza se leva realizado un traballo estimábel de creación de novos públicos xeralmente moi sensíbel respecto da transcendencia da socialización nas prácticas culturais dos sectores infantís. De todos os xeitos existe un desafío común pendente na esixencia de promover modos máis decididos, e máis orixinais, de apoio a creadores e a novos emprendedores culturais.

Neste senso, a eurrrexión ten un potencial pouco explotado de traballo en común, de intercambio de experiencias, de maximización e racionalización de recursos culturais a todos os niveis que debe aspirar a aproveitar de xeito fluído tanto as oportunidades que derivan das novas orientacións políticoculturais da Unión Europea, como aquelas outras susceptíbeis de ser definidas e mobilizadas de xeito sinérxico entre as cidades da Eurrrexión.

Para precisar e darlles contido ás presentes conclusións incluiremos a continuación un cadro DAFO no que a través do afondamento nas Debilidades, Ameazas, Fortalezas e Oportunidades, relativas ás políticas culturais municipais que foron detectadas ao longo do estudo, pretendemos non só resumir as grandes liñas observadas senón tamén sentar algunhas bases suficientemente sólidas que nos permitan establecer un marco inicial de propostas a modo de colofón do presente capítulo deste IIº Estudo estratéxico.

<b>Fortalezas</b>	<b>Debilidades</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>- A eurrrexión defínese pola posesión dun rico patrimonio histórico e cultural.</li><li>- Obsérvase a instauración e a consolidación crecente de políticas culturais municipais.</li><li>- A tendencia resulta observable sobre de todo nas cidades máis grandes e naquelas de maior peso patrimonial e político.</li><li>- Sobre de todo soen consolidarse liñas de programación cultural e eventos de prestixio.</li><li>- No sistema de cidades do Eixo détéctase a existencia dun estimable dinamismo e orixinalidade no proceso de crea-</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Existe unha conciencia limitada acerca da grande potencialidade cultural da Eurrrexión.</li><li>- As políticas culturais municipais non sempre acadan un nivel satisfactorio de definición e integración.</li><li>- Unha debilidade comparativa do Norte de Portugal respecto de Galiza remite á ausencia duns actores culturais parapúblicos como son as caixas de aforros.</li><li>- Existe unha conciencia bastante xeralizada en cidades medias acerca das limitacións orzamentarias como eiva importante.</li></ul>

## As políticas no sistema de cidades da Eurorexión Galiza-Norte de Portugal

Fortalezas	Debilidades
<p>ción de novos equipamentos culturais que segue dúas liñas: 1) a procura dunha rede standarizada e suficiente de equipamentos a nivel de cidades medias e 2) a aposta pola concepción e construción de equipamentos-signo orixinais naquelas cidades máis grandes e de maior peso político.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- En xeral, existe unha clara sensibilidade a favor da descentralización de recursos equipamentais hacia as zonas rurais e barriais urbanas periféricas.</li> <li>- Algunhas cidades medias cabeceiras de comarca empezan a constituirse en referente da vida cultural do seu entorno.</li> <li>- As estratexias de comunicación e publicación das programacións culturais coídanse cada vez máis. Nas webs das cidades os contidos de cultura soen ser claros, útiles e actualizados.</li> <li>- A actividade cultural actual ten favorecido unha estimable creación de novos públicos tanto nas programacións como nos equipamentos socio-culturais.</li> <li>- Existen experiencias eficientes de creación de novos públicos entre sectores concretos como a infancia ou a familia.</li> <li>- O verán soe ser o tempo privilexiado para as actividades culturais.</li> <li>- Existe un interese crecente da poboación polas actividades culturais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Detéctase a existencia de déficits nos modelos de políticas culturais municipais así como fallas de integración e de coordinación de ámbitos e sectores.</li> <li>- Existen déficits equipamentais sobre de todo en cidades medias tanto de carácter central (culturais e artísticos) coma periféricos (socioculturais), ao tempo que de tipos diferentes: cines (Portugal), bibliotecas (Galiza), etc.</li> <li>- Ao mesmo tempo detéctanse tamén algúns vicios de “equipamentalismo” que provocaron a posta en funcionamento de proxectos pouco consistentes.</li> <li>- Existe un risco de concentración de recursos nos grandes núcleos urbanos que dificulta un modelo de rede a nivel de recursos.</li> <li>- Algunhas programacións e a liña de actividade dalgúns equipamentos adoecen de falta de coherencia.</li> <li>- Respecto dos museos obsérvanse fallas de integración na rede existente na eurorexión ao tempo que sería preciso revisar o modelo actual dos museos locais a nivel de concepto e contidos.</li> <li>- Os déficits actuais dalgúns políticas culturais municipais e de cooperación eurorexional limitan a posi-</li> </ul>

*II Estudos Estratéxicos do Eixo Atlántico*

<b>Fortalezas</b>	<b>Debilidades</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Constátase unha razoábel tendencia á diversificación das temáticas culturais e artísticas abordadas nas programacións e nas políticas de acción cultural.</li> <li>- Empeza a haber concellos que experimentan novas liñas de acción cultural alentando e apoiando a innovación, a experimentación e a formación e promoción dos creadores locais.</li> <li>- Constátase como en xeral os concellos tenden a xestionar con rigor e eficiencia os recursos asignados a cultura</li> <li>- Obsérvase a existencia xeralizada de liñas de apoio ás asociacións culturais</li> <li>- Apréciase un protagonismo crecente dos actores culturais privados e de novos emprendedores moi activos e innovadores.</li> <li>- Existe unha tendencia crecente a abrirse a novas liñas de acción cultural máis novidosas e vencelladas coas novas formas culturais “medias” e contemporáneas (Jazz, imaxe, deseño, etc.)</li> <li>- Empeza a haber experiencias positivas e orixinais susceptibles de ser transmitidas como boas prácticas entre as cidades do Eixo, tanto en programas como en modelos ou equipamentos.</li> <li>- Cada vez existe unha conciencia máis clara acerca do papel da cultura como factor vertebrador e potenciador do desenvolvemento urbano.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- bilidade de desenvolver estratexias de comunicación e imaxe de cidades que aproveiten sinerxias a nivel da eurorrexión.</li> <li>- A información cultural contida nas webs municipais non soe reflexar as iniciativas dos restantes actores culturais das cidades.</li> <li>- Detéctase a existencia dun risco de sobreprogramación en cidades medias durante certas datas relacionado cunha falla de coordinación dos programadores públicos e privados.</li> <li>- Resulta bastante xeralizada a afirmación de que hoxe se carece de persoal suficiente para xestionar axeitadamente os programas, servizos e iniciativas da área de cultura.</li> <li>- Detéctase nalgunhas cidades a falta de iniciativas orixinais e innovadoras así como a falla de vontade para apoiar a creadores con apostas de tipo experimental e de vangarda.</li> <li>- Salvo nalgunhas cidades (en particular do Norte de Portugal), soe detectarse un déficit de implicación e de comunicación participativa co tecido asociativo e cos micro-actores culturais.</li> <li>- Detéctase a existencia dunha sensibilidade crecente hacia a importancia turística e económica da cultura que,</li> </ul>

As políticas no sistema de cidades da Eurorexión Galiza-Norte de Portugal

Fortalezas	Debilidades
	<p>representando un indudable avance para as políticas culturais urbanas, prantexa riscos de relegamento das funcións tamén precisas de desenvolvemento cultural e de promoción da cidadanía. Nalgunhas cidades esta tendencia semella agudizada pola presenza de programacións de actores privados de formulación elevada, pero estática e contemplativa en detrimento de modos máis dialóxicos, implicativos, formativos e transformativos.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Un déficit importante en vías de resolución é o da ausencia de canles estables para o intercambio de “boas prácticas” no ámbito das políticas culturais locais dentro do sistema de cidades da eurorexión.</li> </ul>

Oportunidades	Ameazas
<ul style="list-style-type: none"> <li>- O ámbito cultural e as dinámicas de cooperación cultural entre países e actores é un cometido prioritario para a Unión Europea e de xeito particular nas áreas transfronteirizas.</li> <li>- O actualmente vixente programa Cultura 2000, fomenta a creación, a difusión e a importancia económica da cultura.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Os límites orzamentarios e de capacidade de contratación de persoal poden atoparse por baixo da relevancia estratéxicamente crecente do sector no contexto da <i>sociedade da cultura e da información</i>.</li> <li>- En ocasións, a escasa cooperación con entidades financeiras, e outras veces, o tipo de cooperación establecida con entidades financiadoras privadas poden</li> </ul>

Oportunidades	Ameazas
<ul style="list-style-type: none"> <li>- A U.E. presta unha atención e un apoio particular a aquelas accións que teñen un carácter innovador ou experimental así como a aqueles eventos especiais susceptibles de acadar unha proxección europea e internacional</li> <li>- A U.E. presta unha atención especial á industria audiovisual, a cal presenta unhas condicións de oportunidade moi favorables hoxe en Galiza, así como ás políticas de intercambios de xóvenes ou á creación de estruturas de cooperación estables tales coma os Focos de de Cooperación Cultural</li> <li>- Na euronrexión detéctase hoxe un fluxo prometedor de novos microempresarios culturais que actúan coma un viveiro suxerente e favorecedor de novas iniciativas e novos enfoques nas liñas de acción cultural.</li> <li>- Algunhas cidades empezan a descubrir a grande importancia estratéxica da cultura no seu papel de vertebrar internamente á comunidade así como na súa función de promover externamente a imaxe da cidade, apostando por modelos integrais e integradores de políticas culturais sensibles a estas dúas dimensións do que-facer cultural municipal.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- provocar sesgos nas liñas de acción cultural.</li> <li>- No caso de Galiza téñense detectado algunhas dificultades na co-ordenación de iniciativas entre os tres niveis da Administración: Xunta, deputacións e concellos.</li> <li>- A colaboración entre o sector público e os microempresarios culturais e comunicacionais limita as posibilidades de aproveitar socialmente os rendementos da dimensión económica da cultura nun contexto no que é preciso primar o apoio aos axentes culturais e comunicacionais innovadores.</li> <li>- Respecto das liñas de apoio á rede asociativa cultural de tipo tradicional é mester controlar os riscos de rotinización e dependencia.</li> <li>- Existe un risco de prevalencia das políticas culturais monotemáticas centradas en liñas de programación de espectáculos artísticos para ser consumidos por públicos consolidados renunciando a aperturas e experimentacións.</li> </ul>

Oportunidades	Ameazas
<ul style="list-style-type: none"><li>- Empezan a ser detectadas experiencias de <i>boas prácticas</i> hoxe en aspectos diversos tales como no deseño de modelos de políticas culturais, nos contidos das programacións, no relativo á complexización integradora dos programas e eventos, no relativo ás liñas de concepción equipamental ou mesmo no que atinxe ao tipo de estratexias de apoio e traballo cos actores culturais locais.</li></ul>	

### Propostas.

Con carácter orientativo, e sempre pendentes dun debate e unha elaboración posterior que as concrete, apuntamos as seguintes liñas propositivas:

- Cumpriría sensibilizar aos actores políticos acerca da particular potencialidade que ten o patrimonio cultural da Eurorexión de cara a ser activado no contexto da nova *economía simbólica dos lugares e os territorios* no marco dunha economía crecentemente orientada de cara ao *consumo cultural e o turismo*.
- De utilidade será toda estratexia orientada a sensibilizar aos actores políticos dos diferentes niveis da Administración acerca da particular transcendencia que ten hoxe o gasto en cultura nas cidades como investimento do que derivan beneficios diversos tanto a nivel cualitativo de desenvolvemento democrático como en termos económicos en virtude dos seus múltiples efectos sobre o emprego, o turismo e a calidade de vida urbana.

- Para un mellor coñecemento das potencialidades do sector resultaría útil transparentar a nivel eurorrexional as virtualidades e as utilidades derivadas das boas prácticas seguidas até o momento en varias cidades relativas ao rigor e a creatividade no ámbito das políticas culturais municipais.
- O afondamento no coñecemento das políticas culturais municipais actualmente existentes e a súa análise permitiría tamén avanzar liñas de acción sensibles aos desequilibrios detectables entre os grandes núcleos urbanos e as cidades medias, subliñando os niveis de complementariedade, tanto como avanzar no tratamento de casuísticas emerxentes tales coma as relativas ás políticas sociais e culturais nos ámbitos metropolitanos.
- Os déficits de dotacións en recursos humanos detectados recomendan a promoción de iniciativas que permitan adecuar a competencia dos técnicos responsables das áreas municipais de cultura, (en particular no ámbito da súa formación permanente e reciclaxe profesional) aos novos requerimentos dunha sociedade que vive profundas transformacións, tanto como de cara á súa sensibilización acerca das potencialidades que o marco eurorrexional presenta a nivel das políticas culturais municipais.
- A análise das diferencias internas existentes nas políticas culturais urbanas eurorrexionais permite constatar a situación de relativa desvantaxe que afecta neste intre ás zonas portuguesas no que respecta á ausencia duns actores privilexiados do tipo que representan as *caixas de aforros* así como á escasa implicación doutras institucións financeiras. Esta situación requiriría unha aposta eurorrexional orientada a promover parceirados nas súas programacións culturais con este tipo de actores en todo o territorio eurorrexional aínda que isto se fixese dun xeito escalonado e gradual.



- Particular transcendencia presenta a abordaxe eficiente dende o nivel eurorexional dun ámbito tan delicado como é o das políticas de creación de equipamentos. Neste aspecto dende o Eixo debería alentarse dende o punto de vista consultivo, e de consello, dinámicas de coordinación de iniciativas que contemplasen de modo sinérxico e complementario a xestión e a potenciación dos recursos culturais eurorexionais. Neste senso, existen equipamentos coma os museos que ao contar cunha tipoloxía moi heteroxénea presentan un particular desafío para maximizar, integrar e complementar recursos a ser activados en aras dun beneficio común. Neste sector, entre outros, as *redes de institucións* poden e deben desempeñar un papel crecente.
  - Outro ámbito de grande potencialidade cuxa coordinación interna debe contribuír a enxugar o *déficit de cooperación existente entre os estados no eido da cultura* é o das programacións e o deseño de eventos culturais e artísticos. Tal e como se transparenta xa hoxe, as distintas cidades do Eixo teñen moito que gañar complementando e mesmo coordinando algunhas das súas iniciativas e eventos máis ambiciosos.
  - Máis alá da coordinación das iniciativas diversas promovidas existe unha base ampla para a concepción e programación de eventos culturais que susciten o interese e a cooperación no ámbito eurorexional, dende algunhas iniciativas incipientes e exemplares mostradas neste traballo até un amplo abano susceptible de incluír programacións de eventos eurorexionais en temáticas tan dispares (algunhas xa ensaiadas) como o folkllore, a promoción do libro galego-portugués, a música, as artes escénicas ou plásticas, a fotografía, o deseño, a arquitectura ou a industria audiovisual, etc. Opcións todas elas que permitirían incrementar a *circulación de obras de arte e de artistas* entre distintos países.
-

- En sintonía co anterior, e de cara a *promover proxectos de cooperación transnacional*, existen tamén campos de reflexión nos que sería posíbel colaborar no terreo eurorrexional de cara repensar procesos e liñas de acción cultural en ámbitos tales coma o das festas populares tradicionais que están a vivir hoxe unha fonda crise bastante semellante nunha e na outra beira do Miño.
  - Outros ámbitos de trascendencia non só cultural, senón tamén económica como é o do sector audiovisual requirirían dalgún tipo de colaboración que seguindo as orientacións europeas e recollendo a xa importante experiencia galega fíxese pensábel a creación dun núcleo de traballo e iniciativa nun sector de clara trascendencia no futuro cultural e industrial da Unión Europea. Neste senso unha comisión que traballase sobre este e outros temas no ámbito eurorrexional podería *promover a circulación de obras audiovisuais* e abrir portas a iniciativas de cooperación futuras.
  - A relevancia adquirida polas actividades, equipamentos e programacións culturais dentro da Eurorrexión recomenda pensar en estratexias de comunicación que maximicen recursos e que transmitan as vantaxes de aproveitar os recursos do seu territorio dun xeito conxunto e complementario. Neste senso, poden ser concebidas iniciativas tales coma unha *web* especializada de referencia ou outros tipos de guías informativas ou canles para a difusión das actividades e recursos existentes.
  - En relación coas propostas anteriores, recolleemos tamén a constatación da Unión Europea relativa á *falta de investigacións sobre as dinámicas de cooperación cultural entre países*, para recomendar tamén a realización dun informe que recolla as dinámicas e experiencias e a súa avaliación no eido da cooperación cultural no ámbito da eurorrexión.
-

- Dende a eurorexión deberían ser aproveitadas as liñas de axuda previstas pola UE para a creación de *Focos de cooperación cultural*, dada a multiplicidade de centros de interese existentes susceptíbeis de ser mobilizados así como a existencia de diversos enclaves urbanos potencialmente interesados en avanzar en iniciativas culturais conxuntas e complementarias susceptíbeis de ser *desenvoltas con carácter multianual*.
- Como corolario concluímos coa idea de que cumpriría sensibilizar as administracións locais das vantaxes que poden derivar da cooperación no ámbito da acción cultural así como das oportunidades derivábeis dun apoio estratéxico ás experiencias innovadoras e á difusión de boas prácticas en ámbitos diversos tales como o dos modelos de políticas culturais, as iniciativas, programas e equipamentos, así como mesmo nos modos de establecer estímulo eficientes a creadores, tecido asociativo e emprendedores culturais en xeral.

## A Saúde no sistema de cidades do Eixo Atlántico.

### Conclusións.

Como introducción ao presente apartado conclusivo estableceremos algunhas propostas de traballo así como un esbozo daquelas que coidamos deben ser as liñas prioritarias de actuación interinstitucional.

#### 1. A cidade e a área de saúde.

Todos os concellos teñen competencias en materia de saúde para o desenvolvemento de programas de promoción da saúde, educación sanitaria e protección de grupos sociais de risco, así como o seu dereito de representación nas

---

comisións de saúde da súa área. Dende estas comisións de saúde é dende onde deben partir a maior parte das propostas para o desenvolvemento dunha cidade sostíbel en materia de saúde. Así, unha primeira gran liña de actuación sería a **integración plena das entidades locais nas comisións de área de saúde**, como lugar de encontro coas institucións sanitarias e coa facultade de participar e decidir os programas de promoción, desenvolvemento e actuación en materia de saúde dos seus cidadáns. Nesta comisión de área de saúde tamén deberían estar representados outros departamentos que xeralmente non o están, malia se atoparen normalmente implicados nos principais problemas das cidades, tal e como é o caso das áreas de transportes e comunicacións e industria.

## **2. Cidade, envellecemento e atención sociosanitaria.**

Amais da necesidade de participación nas áreas de saúde, as cidades do Eixo Atlántico, deberían buscar o **desenvolvemento dun espazo onde os problemas derivados da súa demografía e da habitabilidade das persoas maiores, xerasesen a reivindicación dunha necesidade asistencial sociosanitaria diferente**, con prestacións ligadas á particularidade do individuo e ás características da cidade.

Isto xustifícase polo feito de que máis alá das diferenzas existentes na maioría das cidades, detéctase a existencia de problemas comúns derivados entre outras causas do envellecemento da poboación; problemas que requiren a implantación de programas de acción dirixidos á atención das persoas no seu domicilio, e á potenciación de actividades co obxectivo de envellecer saudabelmente. O intercambio de experiencias asistenciais e preventivas constitúen no momento actual uns eixos de iniciativa privilexiados para esta liña de acción.

### 3. Desenvolvemento social e Eurorexión.

Outro dos factores que máis inciden na saúde dos cidadáns é a desigualdade social. Enfermidades infecciosas prevíbeis, mortalidade precoz debido a hábitos non saudábeis e condutas aditivas soen ser máis prevalentes nas persoas máis desfavorecidas socialmente. Só o desenvolvemento dunha verdadeira cohesión dos estados e unha maior igualdade social da Eurorexión, evitará unha maior desigualdade na saúde e na equidade das prestacións sanitarias. A UE debe ser consciente diso e debe procurar o **desenvolvemento de programas específicos para a implantación de políticas saudábeis comúns nos municipios máis fronteirizos**, que amortezan a demanda asistencial de saúde transfronteiriza e **fomenten a creación de recursos interrexionais** que faciliten o acceso ás prestacións sanitarias dos cidadáns de ambos países.

### 4. Saúde e comunidade escolar.

O Consello de Europa, na súa Resolución do 29 de xuño de 2000, relativa ao seguimento da Conferencia de Évora sobre determinantes de saúde na Unión Europea, considerou que as crecentes diferenzas na situación sanitaria e os efectos que iso supón para a saúde dentro de cada estado membro, e entre eles, requiren maiores esforzos coordinados no ámbito nacional e comunitario. Así mesmo, acolleu con agrado o compromiso da Comisión de presentar unha proposta relativa a un novo programa de saúde pública, que inclúa liñas de acción específicas relativas aos determinantes de saúde mediante a promoción da saúde e a prevención das enfermidades, apoiada por unha política intersectorial. Destacou a importancia de que a nova estratexia comunitaria en materia de saúde pública se funde en medidas relativas a determinantes de saúde concretos xa tomadas no marco de programas existentes, **especialmente no que se refire ao tabaco, a alimentación e o alcohol** e que é importante non só garan-

---

tir a continuidade das actuacións existentes senón tamén levar adiante os traballos ao respecto de forma plenamente coherente e sistemática. Estas actividades de promoción da saúde deben de iniciarse cedo, xa dende a propia idade escolar. Sería recomendábel, e efectivo, potenciar programas de saúde nas escolas, tanto dende o ámbito sanitario, como dende as institucións locais, creando **unha rede de escolas promotoras de saúde, con programas dirixidos aos propios alumnos e tamén aos seus proxenitores, entendendo a promoción da saúde nun sentido vertical, pero non descendente, de pais a fillos, senón ascendente, de fillos a pais.**

Debemos subliñar aquí o feito de que a análise DAFO que a continuación propoñemos debe interpretarse sempre dende o punto de vista da saúde, e non dende outros puntos de vista, como o desenvolvemento económico e social da cidade, ou da eurorrexión, xa que algunhas das súas propostas poden interpretarse como beneficiosas neste sector ou noutros, pero non selo nos determinantes de saúde.

Fortalezas	Debilidades
No conxunto de cidades ( ou na cidade máis relevante) <ul style="list-style-type: none"><li>- Integración das cidades na “axenda local 21”.</li><li>- Creación dunha rede importante de recursos sociosanitarios no casco histórico (Porto).</li><li>- Recoñecemento crecente da necesidade de incrementar a rede de servizos e a infraestrutura da cidade pensando na infancia e as persoas dependentes (accesibilidade a praias, rede peonal...).</li></ul>	No conxunto de cidades (o máis relevante) <ul style="list-style-type: none"><li>- A situación fronteiriza pode presentar no futuro problemas a nivel asistencial (Viana do Castelo, Chaves, Vigo)</li><li>- Contaminación acústica (Vigo, A Coruña, Porto)</li><li>- Aumento de problemas de accesibilidade para a mobilidade por motivos de traballo na área urbana e metropolitana (Porto e Vilanova de Gaiá, A Coruña e Vigo)</li></ul>

As políticas no sistema de cidades da Eurorexión Galiza-Norte de Portugal

Fortalezas	Debilidades
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Planificación estratéxica das cidades respectando o medio e incrementando as zonas de lecer.</li> <li>- É asumido polos gobernos locais que a mellora do urbanismo ten un efecto potenciador da cidade.</li> <li>- Loita contra o ruído e potenciación do transporte urbano colectivo.</li> </ul> <p><i><u>Xerais da saúde dos cidadáns</u></i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Maior conciencia de vida activa e de envellecemento activo.</li> <li>- Aproximación nas taxas de enfermidade no ámbito eurorexional e diminución das previlxeis.</li> <li>- Planos de atención a problemas de drogodependencia similares e con actuacións transfronteirizas.</li> <li>- Atención gratuíta a todas as persoas sen recursos económicos, maiores e dependentes (exención de taxa moderadora).</li> <li>- Atención gratuíta aos nenos de inmigrantes, parto e embarazo.</li> </ul> <p>Recoñecemento dunha necesidade de prestación de coidados continuados (Eurorexión)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conxunto histórico con concentración de persoas maiores.</li> <li>- Municipios limítrofes dormitorio (Coruña, Vigo, Porto).</li> <li>- Menor taxa de natalidade e debilitamento do núcleo familiar, máis presente en Galiza e en grandes cidades.</li> <li>- Nas “pequenas cidades” a dispersión da poboación en pequenos núcleos dificulta a rede de saneamento e a creación de recursos de apoio</li> <li>- Escaso apoio ás organizacións socio-sanitarias e falta de recoñecemento do seu traballo.</li> <li>- Dificultades dunha política social integradora e co apoio de tódolos partidos.</li> </ul> <p><i><u>Xerais para a saúde dos cidadáns</u></i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Dificultade de acceso aos recursos na subrexión Norte pola esixencia de aboamento dunha taxa moderadora.</li> <li>- Recursos sanitarios escasos nas “pequenas cidades”.</li> </ul> <p>Escaseza de recursos de atención parcial (de día) ás persoas dependentes (maior nas cidades galegas)</p>

## II Estudos Estratéxicos do Eixo Atlántico

Oportunidades	Ameazas
<p>O conxunto de cidades</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolvemento urbano en proceso e previo o plano estratéxico consensuado polos grupos políticos.</li> <li>- Creación de recursos transfronteirizos de utilización compartida para a atención á drogadicción (Viana do Castelo- Porriño-Chaves-Baixa Limia)</li> <li>- Programas de apoio ás familias e relanzamento do estado de benestar.</li> <li>- Fixar un estándar de coidados nun sector emerxente (coidados de longa duración).</li> <li>- Posibilidade de acceso a recursos europeos a través da presentación dun proxecto de política integral e innovadora que fomenta a cohesión da <del>Europa</del> <sup>Elaboración</sup> dun Plano nacional de atención á dependencia (Estado español).</li> <li>- Lei de ruidos que obrigará a mellorar o aillamento das vivendas.</li> </ul> <p><u>Xerais da saúde dos cidadáns</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Acción lexislativa para limitar o consumo de tabaco.</li> <li>- Control na conducción baixo os efectos do alcohol, en especial dos e das mozas.</li> <li>- A alimentación sa como fonte de saúde, integrada nos programas escolares.</li> </ul>	<p>No conxunto de cidades</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Grande afluencia de turismo (preferentemente en cidades da costa) que provoca problemas asistenciais</li> <li>- Maior presenza dunha poboación fráxil composta por inmigrantes doutros países, especialmente do continente africano (Porto e Vilanova da Gaia).</li> <li>- As altas taxas de paro entre os a xente moza.</li> <li>- Aparición de sectores xeradores de servizos sociais sen os axeitados estándares de calidade.</li> <li>- A evolución sociodemográfica e familiar, así como o movemento da poboación é moito máis rápida que a planificación institucional e a creación de recursos.</li> <li>- A presión da demanda fai que se creen servizos de forma reactiva e non baixo unha política global ou integral cunha visión estratéxica de futuro.</li> <li>- Incremento das desigualdades sociais, en especial nas grandes cidades, creando bolsas de parados ou inmigrantes con escasos recursos.</li> <li>- Excesiva dispersión de competencias e falta de coordinación entre as distintas Administracións en relación aos determinantes de saúde (sanidade, social, educación, medio natural, uso da auga...)</li> </ul>



Oportunidades	Amezas
	<p><i>Xerais da saúde dos cidadáns</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Medre do número de inmigrantes con escasos recursos socioeconómicos.</li> <li>- A asistencia sanitaria sin fronteiras pode sobreesaturar os centros máis especializados.</li> <li>- A diferente carteira de servizos pode xerar conflitos institucionais.</li> </ul> <p>Difícil control de enfermidades transmissibles.</p>

## PROPOSTAS DE MELLORA DA SAÚDE MUNICIPAL.

A) Os indicadores epidemiolóxicos indícanos que os **ESTILOS DE VIDA** afectan á mortalidade e morbilidade de determinadas enfermidades e á esperanza de vida, por iso as accións que dende os municipios se leven a cabo para mellorar estas deberán estar dirixidas a:

1. Unha maior información e de actividades preventivas fronte ao consumo de alcohol, tabaco e outras drogas non legais.

Accións preventivas:

- Fomento de vida sa dende os ámbitos escolares.
- Maior información dos efectos do consumo, abusivo ou non.
- Incremento de alternativas de ocio e espazos de encontro para a xente moza.

- Programas específicos de atención á persoa excluída socialmente ou de risco.

Accións de control:

- Maior vixilancia na venda a menores, de drogas legais.
- Prohibición do consumo e venda en lugares de dependencia municipal.

## 2. Fomento do exercicio en todas as idades da vida

- Promoción de actividades lúdicas e deportivas e relacionais en todas as idades, pero en especial na terceira idade.

## 3. Promover unha dieta saudábel dende a idade escolar

- Intercambio ou retirada de produtos elaborados dos comedores ou escolas públicas, coa introdución de produtos máis naturais, en especial froita.

**B) O CONTORNO FÍSICO DAS CIDADES** non só afecta á saúde, senón tamén á percepción de saúde dos cidadáns. Deberán fomentarse polo tanto todas as accións dirixidas a:

1. Mellorar a calidade do aire, a polución atmosférica e o control do ruído, cun maior control do tráfico rodado, creación de bolsas de aparcadoiro nas periferias, mellora dos transportes públicos en áreas metropolitanas e vías de acceso alternativas, entre outras.

2. Tratamento das augas residuais e de consumo, así como das vías fluviais ou marítimas creando a mesmo tempo espacios de ocio.

### C) ESTRUTURA SOCIAL.

Algúns estudos das cidades revelaron que os diferentes grupos de cidadáns experimentan un estado de saúde dependendo do seu status social. A pobreza ou o risco de exclusión social, con frecuencia leva consigo situacións de enfermidades crónicas ou transmisíbeis, que poden ser evitadas, ou paliados os seus efectos, con programas de intervención social dende os propios municipios. O establecemento de redes de alerta e especial atención a este colectivo, non só xera unha maior saúde nos afectados, senón unha maior percepción para o resto dos cidadáns.

FINALMENTE, atreveríamonos a dicir que os municipios deberían de formularse a necesidade de realizar un plano de saúde cos seguintes contidos:

1. Deben de figurar os problemas de saúde e de calidade de vida así como as preocupacións dos colectivos sociais, das autoridades locais e outras organizacións.
2. Describir os mecanismos e as accións para establecer unha relación entre a melloría da saúde e o contorno.
3. Fomentar a racionalización na utilización dos recursos e a prioridade na creación.
4. Implantar un seguimento e unha avaliación continua dos indicadores.

## **Educação e cidadania na Euro-região.**

### **Conclusões.**

A promoção de uma agenda educativa, além de assentar numa gestão eficaz de estruturas e práticas adequadas às realidades educativas, passará, certamente, por um esforço de reformulação dos referentes para a “construção de uma educação democrática e de cidades educativas”. Daí a relevância de uma efectiva descentralização e co-responsabilização dos poderes locais na consecução das políticas educativas, não só através da gestão das competências legalmente atribuídas, como também no seu papel complementar de reforço da qualidade da formação dos cidadãos em idade escolar e na promoção de políticas educativas necessárias ao desenvolvimento da formação permanente dos cidadãos em idade pós-escolar (v.g. escolarização de adultos, promoção da cultura). Para garantir a democratização do ensino em todos os seus níveis importa promover a diversificação e o alargamento da rede escolar assente em trajectórias flexíveis e reversíveis (criar oportunidades reais para os alunos optarem em função das suas escolhas vocacionais, por mais que elas sejam escolhas condicionadas), a criação de condições adequadas de aprendizagem ao longo da vida (medidas e programas de parceria entre os vários parceiros sociais) e a abertura dos sistemas educativos e de formação à sociedade civil nas suas múltiplas vertentes.

No contexto das boas práticas posta em marcha pelas cidades da Euro-região Galiza e Norte de Portugal, importa referir algumas mudanças em curso no quadro da política comunitária.

Uma delas prende-se com as repercussões do Project *e*Europa 2005 (Comissão Europeia, 2002), inicialmente apresentado. Relativamente à iniciativa do “ensino em linha”, a acção municipal tem vindo a assegurar que todas as escolas do pri-

---

meiro ciclo, incluindo a maioria dos jardins-de-infância públicos, tenham acesso à *Internet* em banda larga, aos recursos e *software* informático adequados, disponibilizando igualmente de pessoal técnico especializado no apoio quotidiano à resolução de problemas.

Além disso, a existência de “Centros de Recursos”, como acontece, por exemplo, na cidade de Chaves, tem vindo a constituir-se como um importante espaço de divulgação das novas tecnologias de informação e de comunicação, além de apoiar de acções formativas e iniciativas pedagógicas diversas dirigidas à comunidade escolar.

Igualmente, no campo do *e-learning* e no combate à info-exclusão são muitos os programas de formação destinados à aprendizagem das competências específicas da “Sociedade de Informação” desenvolvidos pelas diversas cidades do Eixo Atlântico que têm vindo a utilizar os fundos estruturais existentes da UE (sociais, regionais, etc.) para a sua concretização.

Igualmente relevante é a promoção do sucesso escolar com programas específicos de prevenção e de combate do abandono escolar, de promoção da literacia e da aprendizagem de novas tecnologias. Tanto Portugal como Espanha, como vimos, têm tido particular atenção para essa questão. Além disso, nos diversos programas sócio-educativos, estão patentes os seguintes objectivos de forma transversal aos diferentes públicos estudantis:

- Garantir o direito à educação de todos.
- Promover o sucesso escolar.
- Estimular o gosto pela aprendizagem.

- Proporcionar uma aprendizagem para o mercado de trabalho.
- Criar condições para o exercício da cidadania.

Nesse sentido, poder-se-á sistematizar os resultados que foram emergindo ao longo da nossa análise das dinâmicas sócio-educativas que caracterizam a Euro-região, em particular, as cidades do Eixo Atlântico. Utilizaremos a técnica de análise DAFO para se concretizar os seguintes objectivos: por um lado, comparar simultaneamente as oportunidades e as ameaças resultantes do enquadramento europeu que configura um espaço sócio-económico e territorial com uma influência mais vasta em termos nacional e internacional; e, por outro, identificar os principais pontos fortes e fracos do Eixo Atlântico que potenciem ou reduzem, respectivamente, as possibilidades do desenvolvimento económico e social sustentado.

### Enquadramento europeu do Eixo Atlântico

Oportunidades	Ameaças
<b>Dimensão económico-territorial</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aprofundamento da cooperação transfronteiriça (INTERREG III) através de projectos comuns ao nível sócio-educativo (v.g. Investigação científica e Universidades; TORGA.net. trans Portugal Galicia Network).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A potenciação do “Terceiro sector” e as modalidades de emprego nas actividades terciárias e de prestação de serviços, utilizando uma mão-de-obra com maiores níveis de qualificação académica e utilizadoras das TIC.</li> </ul>
<b>Educação como factor de competitividade</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Importantes reformas dos sistemas educativo e formativo no quadro europeu no sentido da “integração e desespecialização do secundário”, com a instituição de troncos comuns de formação nos primeiros anos dos cursos.</li> <li>- Promoção de várias modalidades e percursos de ensino e de formação de nível secundário, com itinerários escolares flexíveis e reversíveis.</li> <li>- Promoção de iniciativas de complemento à educação com programas mais flexíveis e inovadores em articulação com as estruturas do mercado de trabalho e as novas oportunidades de emprego.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Assimetrias inter e intra-regionais em termos de dinâmicas sócio-educativas.</li> <li>- Expansão do sistema educativo acompanhado pelos fenómenos simultâneos de feminização e de discriminação das áreas de formação em função do sexo.</li> <li>- Maiores exigências de convergência em torno de questões e problemas comuns nos diferentes níveis e sistemas de ensino e formação profissional.</li> <li>- Revalorizar a importância social da profissão do professor.</li> </ul>

## II Estudos Estratégicos do Eixo Atlântico

---

Oportunidades	Ameaças
<b>Cultura de partilha de responsabilidades</b>	
<ul style="list-style-type: none"><li>- incentivo à participação municipal na educação impulsionada por um quadro legal adequado como um dos passos decisivos no combate ao abandono escolar e à prevenção da info-exclusão.</li><li>- Repercussões importantes do Projecto eEuropa 2005 (Comissão Europeia, 2002): infra-estrutura segura de informação e acesso em banda larga generalizado.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Maiores exigências de planificação e coordenação a níveis supra-municipais: reforço de iniciativas de parceria e de políticas de cooperação locais, nacionais e internacionais.</li><li>- Custos de acesso à <i>Internet</i> e garantir a ligação de todas as escolas da educação pré-escolar e escolar em banda larga através da tecnologia ADSL.</li></ul>



### Enquadramento sócio-educativo do Eixo Atlântico

Pontos fortes	Debilidades
<b>Capital demográfico</b>	
- População relativamente jovem no contexto da Europa, em particular na Região Norte de Portugal.	- Aumento do <i>rácio</i> de dependência dos idosos no contexto da UE para 2010, em particular na região da Galiza.
<b>Capital educativo</b>	
- Consagração da escolaridade obrigatória em 16 (Espanha) e 15 anos (Portugal). - Reforço da oferta de educação de qualidade e de igualdade de oportunidades (v.g. idiomas, TIC, Actividades Extra-Curriculares). - Aumento do número de candidatos ao ensino superior, de professores e de estabelecimentos universitários e politécnicos, de natureza pública e privada registado nas últimas décadas. - Aumento do número de alunos nas áreas das Ciências da Saúde e Técnicas.	- Regressão ténue do número médio de alunos nos ensinos infantil e primário e significativa ao nível do Bacharelato/ Secundário e da Formação Profissional. - Baixa percentagem de jovens entre os 25 e 29 anos com elevado grau de escolaridade face à média UE 15. - Sobre-representação do sexo feminino no ensino superior face à média UE 15, em particular em Portugal.
<b>Infra-estruturas e orçamento</b>	
- Gratuitidade da escolaridade básica obrigatória. - Cobertura e modernização de infra-estruturas educativas Ensino pré-primário e ensino básico, incluindo <i>kit</i> de TIC. - Aumento de bibliotecas e estabelecimentos culturais.	- Tendência para uma privatização do sistema de ensino nos diferentes níveis. - Requalificação do parque escolar face à desertificação de certas zonas interiores. - Constrangimentos orçamentais. - Escassez de equipamentos escolares e didáticos.

## II Estudos Estratégicos do Eixo Atlântico

Pontos fortes	Debilidades
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implementação da “Carta Educativa”: reordenamento da rede escolar em Portugal.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Escassez de recursos humanos.</li> </ul>
<b>Programas sócio-educativos</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Programas de combate do abandono escolar precoce (PNAPAE e LOCE).</li> <li>- Investimentos importantes na aprendizagem ao longo da vida, sendo expressão disso vários programas, tais como: “Descobrir o Mundo”; “transición escuela vida activa”; “Proxecto de Inserción sociolaboral”, “Proxecto Aloumiño”; “Proxecto Europeo Cultura@Civitas”; “CIMA”, “Aprender a Conviver”</li> <li>- Iniciativas de combate à info-exclusão, com projectos vários, tais como: “Projecto INTERNET”; “Cursos de internet para jovens”, “Navegar, Navegar... Projecto de animação de informática”; “Apoio às Escolas: Trás-os-Montes Digital”.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Proporções significativas de abandono escolar para Portugal (45%) e Espanha (29%), em particular no sexo masculino</li> <li>- Posições finais no <i>ranking</i> do estudo internacional PISA no domínio da literacia.</li> </ul>
<b>Cultura de partilha de responsabilidades</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Rede de parcerias na dinamização dos projectos das “cidades educadoras”.</li> <li>- Avaliação “satisfatória” da actuação camarária quanto ao cumprimento obrigatório das obrigações e competências municipais (v.g. livros, refeições, transportes)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Necessidade de maior coordenação entre as áreas de intervenção e os agentes da comunidade escolar .</li> <li>- Definir com maior clareza as competências municipais na área de educação.</li> <li>- Incentivar um comportamento ofensivo de criação e estímulo à educação, com a</li> </ul>

Pontos fortes	Debilidades
- Cultura de diagnóstico, tendo como pressuposto a importância da cultura na competitividade económica e na qualidade da cidadania.	apresentação de iniciativas e programas supletivos e inovadores.

Com base na informação recolhida através dos questionários e em toda a pesquisa documental, bem como nas reflexões realizadas durante todo o capítulo, emergem algumas linhas de força a necessitarem de urgente investimento na Região da Galiza e Norte de Portugal. Face ao insucesso e abandono escolar crescente, que se traduz por uma menor procura da escola por parte do público escolar, resultando, entre outros, o fenómeno da “info-exclusão”, existe um conjunto de possíveis linhas de actuação futuras, que podem ser organizadas em torno da estrutura do diagnóstico atrás apresentada.

### **1. Educação como condição de cidadania e factor de desenvolvimento dos Estados-Membros da UE.**

Implementações da *Carta Educativa* em todos os concelhos, a nível nacional, de forma a permitir que, em cada momento, as ofertas educativas disponíveis respondam à procura sócio-educativa efectiva.

- Promoção do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na Comunidade Escolar.
- Criação de programas e iniciativas específicos que garantam a todos os cidadãos o direito ao ensino e à igualdade de oportunidades na formação escolar.

- Diversificação do leque de actividades extra-escolares, promovendo actividades de complemento curricular e de animação sócio-educativa.
- Fomento do intercâmbio entre os docentes na prática pedagógica, rentabilizando os saberes e experiências diversificadas numa partilha constante de aprendizagens.
- Promoção do ensino à distância (*e-learning*) com os objectivos de aperfeiçoar a utilização das novas tecnologias multimédia e da *Internet* e de melhoria da qualidade da aprendizagem, facilitando o acesso a recursos e a serviços, bem como a intercâmbios e colaboração à distância.
- Dinamização e promoção de acções de sensibilização/prevenção do abandono escolar, salientando a importância da escola como condição para o exercício da cidadania na sociedade de hoje. Em relação com esse objectivo, deben desenvolverse programas de prevenção do absentismo escolar, especialmente dirigidos aos alunos que ainda não atingiram o grau de ensino obrigatório.
- Incremento de projectos/programas de combate à info-exclusão de modo a permitir que os alunos mais desfavorecidos possam aceder às novas tecnologias de informação e comunicação.
- Desenvolvimento de medidas laborais específicas, tanto no sector público, como no privado, que incentivem a formação ao longo da vida.

## 2. Cultura de partilha de responsabilidades.

Eliminação dos constrangimentos de ordem jurídica e financeira de modo a agilizar a actuação dos Municípios através de Acordos/Protocolos de Colaboração celebrados entre várias instituições públicas ou privadas e o Ministério da Educação.

- Reforço do investimento na criação das Escolas de Pais e Mães, a fim de elucidar os pais sobre as várias problemáticas que afectam as crianças e os jovens.
- Criação de medidas específicas que previnam a subalternização institucional dos vários níveis de ensino que acentuam as desigualdades e geram “novas” formas de exclusão social.
- Estreitar as relações escola/família, desenvolvendo actividades de cooperação e informação.
- Desenvolver estratégias, envolvendo toda a comunidade educativa, que promovam a segurança dos alunos nos diferentes espaços escolares.

## 3. Recursos e infra-estruturas adequadas.

Reforço do apoio financeiro a todos os estabelecimentos de ensino para as adequadas iniciativas de requalificação patrimonial e de melhoria do seu funcionamento, bem como para a realização dos programas sócio-educativos e sustentação, no tempo, dos mesmos.

- Criação e manutenção, em todos os concelhos, de *Centros Municipais de Recursos Educativos* vocacionados para a Comunidade Escolar.

- Atribuição de subsídios próprios a cada Escola para livros e materiais didáticos, a fim de evitar desigualdades e o conseqüente abandono escolar.
- Inventariação e levantamento das necessidades de mobiliário, equipamento e material didático dos estabelecimentos no sentido do seu célere e adequado apetrechamento.
- Inventariação de necessidades de alimentação dos alunos para a implementação de Redes Municipais de refeitórios escolares.
- Reforço das condições de segurança das escolas, nomeadamente no que se refere à prevenção de acidentes rodoviários, pavimentação de recreios, vedações, salubridade, iluminação exterior e prevenção de incêndios.
- Proporcionar formação ao pessoal docente e não docente no sentido de melhorar as suas competências sócio-educativas.
- Investimento na prevenção com base na realização de “Diagnósticos adequados”, “Acções de sensibilização” entre outras, antecipando o aparecimento de problemas (v.g. absentismo escolar, abandono escolar, toxicod dependência, insucesso escolar, info-exclusão) que perpetuam as desigualdades.

Os movimentos de dinamização do sistema urbano, no que diz respeito às infra-estruturas, ao desenvolvimento de instituições e políticas sociais associadas à sociedade de informação, ao ensino universitário e à instalação de novos serviços de apoio às actividades económicas, entre outros aspectos, são reveladores das transformações ocorridas desde os *Primeiros Estudos Estratégicos*. Com efeito, perante a

---

crescente interdependência que a globalização comporta, incluindo ameaças e desafios, e o alargamento da União Europeia, as cidades são actores de desenvolvimento estratégico nas vertentes económica, política, social e cultural de um espaço geográfico mais amplo de influência.

### **O Associativismo na Euro-região Galiza-Norte de Portugal.**

#### **Conclusões.**

Por um lado a realização deste trabalho mostrou-se um empreendimento bastante difícil de concretizar devido à heterogeneidade da situação do movimento associativo na Euro-região Galiza-Norte de Portugal e à dispersão e escassez de indicadores disponíveis devidamente classificados e organizados. Por outro lado, o tempo e os meios disponíveis para a sua realização não permitiram a realização dunha recolha directa de informação que permitisse colmatar todas as falhas com que fomos sendo confrontados.

Porém, mais do que uma debilidade deste trabalho, as dificuldades espelham em boa medida a própria debilidade do movimento associativo em fazer-se conhecer, bem como as ambiguidades e fragilidades das políticas municipais e das respectivas formas de organização e execução, como decorre da apreciação dos pontos fortes e fracos cujos quadros sinópticos apresentamos em anexo.

**Sinopse dos pontos fortes e fracos do movimento associativo e das políticas municipais.**

**a) Do movimento associativo:**

<b>Pontos fortes</b>	<b>Pontos fracos</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>- A existência de uma diversidade de sectores associativos e de associações dentro de cada sector que constituem um importante repertório de experiências e um conhecimento real do território e das necessidades dos cidadãos.</li><li>- Existência de algumas boas práticas de cooperação e de trabalho em redes interassociativas.</li><li>- Alguma abertura ao uso das novas tecnologias da comunicação e da informação nos processos de gestão e administração pelos membros das associações.</li><li>- A existência de uma importante rede associações com equipamentos, instalações, equipamentos e infraestruturas cívicas geridas pelas associações.</li><li>- Boa dinâmica de nível médio na captação de recursos e de relacionamento com a comunidade.</li><li>- Em alguns municípios o elevado número de associações existentes.</li><li>- Algumas associações com uma elevada taxa de programação das actividades.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- O excessivo peso do acesso às ajudas económicas municipais no planeamento das actividades associativas.</li><li>- A fraca utilização e formação de voluntariado nas actividades associativas, devido à escassez de voluntários para dinamizar o movimento associativo.</li><li>- Reduzida profissionalização em gestão e administração associativa, muito residual, o que impede que a qualidade dos serviços seja maior, bem como que a gestão económica e financeira seja rigorosa.</li><li>- A carência de serviços adaptados às necessidades dos cidadãos, por falta de parcerias entre as associações com outros agentes sociais que detém mais experiência e capacidade para os realizar.</li><li>- A escassa ou nula participação de colectivos de cidadãos informalmente organizados.</li><li>- A incapacidade de renovação dos dirigentes associativos e pouca implicação dos associados e dos cidadãos em geral na vida associativa.</li></ul>



## As políticas no sistema de cidades da Eurorexión Galiza-Norte de Portugal

Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Alta participação dos associados nas associações em caso de conflitualidade social.</li> <li>- A capacidade dos cidadãos para a criação de novas associações capazes de atenderem às necessidades sociais emergentes.</li> <li>- A actual melhoria da comunicação entre as associações e os municípios dos concelhos.</li> <li>- A diminuição do clima de tensão e rivalidades entre as associações.</li> <li>- A actual maior abertura dos municípios no apoio ao associativismo.</li> <li>- Existência de dirigentes com carisma e <i>status</i> social elevado dotados de experiência organizativa acumulada e com conhecimento das necessidades reais da comunidade.</li> <li>- O papel das associações como agentes de fomento e consolidação da democracia real e formal.</li> <li>- A actual abertura de novos espaços de participação disponibilizados pelas administrações municipais.</li> <li>- O facto de muitas associações disporem de uma importante rede de equipamentos, serviços e infraestruturas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A incipiente organização administrativa e técnica de nível superior.</li> <li>- A desadequação dos horários de algumas das actividades.</li> <li>- A reduzida e pouco atractiva promoção de actividades e eventos.</li> <li>- A eventual falta e baixa qualidade de espaços físicos para que algumas associações possam desenvolver as suas actividades.</li> <li>- O fraco capital humano de algumas associações e escassez de profissionais e voluntários;</li> <li>- O fraco envolvimento, podendo considerar-se mesmo em decadência em alguns sectores, dos cidadãos na vida e nas actividades associativas.</li> <li>- Fraca capacidade de renovação dos órgãos dirigentes associativos, quase sempre são as mesmas pessoas a recandidatarem-se aos órgãos directivos.</li> <li>- A previsível elevada percentagem de associações que estão inactivas ou que estão de facto extintas.</li> <li>- A excessiva dependência dos fundos públicos para o funcionamento e actividades, por vezes obtida por via das relações clientelares.</li> </ul>

## II Estudos Estratégicos do Eixo Atlântico

---

Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"><li>- A existência de algumas boas experiências de trabalho em rede.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- A falta sentido de comunidade nas comunidades locais e nos respectivos bairros.</li><li>- A falta de educação e formação para a cidadania e para a participação cívica.</li></ul>

### Pontos fortes e fracos das políticas municipais:

Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"><li>- A crescente abertura das administrações municipais ao fomento da participação dos cidadãos e do associativismo.</li><li>- A apetência pela realização de acordos e protocolos formais com as associações que estabilizam as relações e definem as contrapartidas mútuas entre os municípios e as associações.</li><li>- A política de cedência de espaços, equipamentos a custos diminutos ou mesmo a custo zero.</li><li>- A vontade política de regulamentar as relações com o movimento associativo, de forma a estabilizar as relações e a democratizar o acesso aos apoios financeiros e logísticos municipais.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Desconhecimento generalizado da situação da composição e situação do movimento associativo ao nível local, por parte de autarcas, dirigentes e técnicos municipais.</li><li>- Faltam técnicos às autarquias técnicos mediadores para as relações com as associações, bem como técnicos em quantidade e com qualificações adequadas para gerirem as relações com o associativismo.</li><li>- Excessiva atribuição de funções e tarefas a alguns dos departamentos municipais que têm a seu encargo as relações com as associações.</li><li>- Uma parte significativa do movimento associativo tende a estar arredada das preocupações das políticas municipais, muito centradas em redor dos sectores associativos mais representativos e tradicionais.</li></ul>

---

## As políticas no sistema de cidades da Eurorexión Galiza-Norte de Portugal

<b>Pontos fortes</b>	<b>Pontos fracos</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>- O interesse das administrações municipais em delegarem ou se associarem às associações na realização de eventos e de actividades municipais relevantes.</li><li>- O interesse das administrações municipais em delegarem a gestão de alguns equipamentos municipais.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Ausência ou reduzida participação do movimento associativo no planeamento e na gestão municipal.</li><li>- Adesão e participação dos cidadãos nas associações e actividades associativas condicionada por reduzido nível de educação para a participação.</li><li>- Défice de democratização interna das associações com práticas de fechamento ao exterior e, por vezes, hierarquização excessiva.</li><li>- Excessiva departamentalização dos serviços de fomento do associativismo municipal com alguma falta de recursos humanos e de um projecto baseado num diagnóstico rigoroso do estado do associativismo no Concelho.</li><li>- Evidente desigualdade entre municípios no que respeito à forma como se relacionam com o movimento associativo.</li><li>- Alguma fragilidade dos mecanismos de informação entre os serviços das autarquias e as organizações associativas.</li></ul>

Isso abriu-nos caminho para fazermos algumas **propostas**, as quais decorrem da nossa própria reflexão sobre a realidade analisada e dos contributos apresentados pelos vários responsáveis autárquicos que, com os seus testemunhos colaboraram neste trabalho. Assim, julgamos que ao nível da Euro-região e particularmente das cidades do Eixo Atlântico se deveria pôr em marcha em plano global de desenvolvimento do movimento associativo e de reforma das políticas municipais capaz de corresponder aos desafios que no quadro da União Europeia se colocam ao movimento associativo e que contemple:

- A promoção de acções de formação dos eleitos locais e dos administradores municipais na temática do associativismo de forma a melhorar o seu conhecimento e a sua capacidade de decisão política.
- A articulação das relações entre os diversos serviços municipais que se relacionam com as associações e a constituição de um registo permanente dessas relações.
- A promoção de cursos para dirigentes e funcionários associativos.
- Estudos sobre a história e outras problemáticas do associativismo, nomeadamente de diagnóstico da situação actual do associativismo a nível local e da própria Euro-região.
- A organização de colóquios, seminários, mesas redondas, palestras dirigidos a autarcas e à população em geral que dêem a conhecer as associações, os seus objectivos e a sua importância como agentes geradores de riqueza (material e espiritual) e de emprego.

- A criação de serviços de apoio à constituição e legalização das associações, com a edição de material didáctico sobre esses processos, de natureza real e virtual, bem como a formação de equipas ou gabinetes municipais e regionais de acompanhamento do movimento associativo que prestem apoio e consultadoria à criação e gestão das associações.
- A criação de cursos de iniciação ao associativismo, bem como de cursos superiores de gestão associativa nos domínios legislativo, dos valores e das práticas associativas, da administração e gestão das associações.
- Apoio logístico, a nível municipal e regional, ao fomento de projectos de cooperação interassociativa em termos europeus, nacionais e locais que as associações se proponham realizar.
- Realização de campanhas públicas com vista a aumentar os níveis de participação dos cidadãos na vida das associações e nas actividades associativas, bem como sobre os direitos e deveres associativos.
- Criação a nível municipal de gabinetes técnicos que colaborem na elaboração dos projectos associativos e que prestem apoio logístico à modernização de instalações, equipamentos e serviços administrativos das associações, para otimizar os recursos tanto das associações como das entidades que apoiam o movimento associativo, no sentido de promover a melhoria do desempenho das associações ao nível dos serviços prestados e da qualidade dos seus produtos.
- Realização de debates sobre a adequação da actual legislação do movimento associativo, incluindo o debate sobre os estatutos dos dirigentes associativos voluntários, de utilidade pública das associações e

dos regimes fiscais especiais, de forma a adequá-los à situação e às necessidades actuais do movimento associativo.

- A constituição de organismos consultivos que estimulem a participação das associações, na discussão das orientações das políticas municipais através das suas estruturas representativas.
- Criação ou ajustamento dos regulamentos e das posturas municipais existentes às especificidades dos diferentes tipos de associações e das diferentes actividades desenvolvidas, nomeadamente em termos dos direitos às subvenções e outros apoios técnicos e materiais, que permitam aumentar os recursos financeiros dos municípios de forma a apoiar o maior número possível de associações de todos os tipos.
- Promoção da participação das associações no planeamento e na gestão municipal dotando-as de maior capacidade de intervenção na tomada de decisões a nível local.
- Promoção da criação de redes associativas locais, regionais e europeias nos vários sectores associativos e mesmo multisectoriais que permitam um maior e melhor aproveitamento dos equipamentos e dos recursos municipais e das próprias associações no desenvolvimento de programas e projectos comuns.

## As Políticas Sociais para a Igualdade e a Gestão Municipal.

### Conclusões.

Nos últimos anos temos vindo a conhecer fenómenos de diferentes índoles que caracterizam o nosso tempo e que, de alguma forma, estão a configurar um novo panorama, um novo cenário que modifica cada vez mais a forma de vida das pessoas, alterando de forma substancial o mundo laboral, social, familiar e educativo.

O emprego é um dos elementos-chave do desenvolvimento económico de um país e, sobretudo, do bem-estar pessoal e social dos seus cidadãos.

Ao analisar a evolução do emprego na Euro-região Galiza e Norte de Portugal, verificam-se elevadas taxas de desemprego. Como tal, no conjunto das boas práticas levadas a cabo pelas cidades que integram o Eixo Atlântico, importa referir a importância da iniciativa comunitária *EQUAL*.

Como vimos, trata-se de uma iniciativa co-financiada pelo Fundo Social Europeu (FSE) que se ocupa das medidas de prevenção e de combate ao desemprego e de desenvolvimento de recursos humanos e promoção da igualdade de oportunidades para todos no acesso ao mercado de trabalho e na manutenção dos postos de trabalho. Esta iniciativa propõe beneficiar prioritariamente as pessoas que são vítimas das principais formas de discriminação e de desigualdade (ligadas ao sexo, à raça, à origem étnica, à religião ou às convicções, a deficiência, à idade, à orientação sexual). Visa, em particular, contribuir para acções que apoiem a Estratégia Europeia de Emprego através de projectos desenvolvidos no âmbito de diferentes áreas de intervenção: empregabilidade, espírito empresarial, igualdade de oportunidades entre homens e mulher, adaptabilidade e requerentes de asilo.

---

Além disso, importa salientar a importância da Provedoria Municipal dos Cidadãos com Deficiência, como acontece, por exemplo, na cidade o Porto, e do Conselho Local de Acessibilidade no caso de Vigo. Estes importantes interlocutores têm contribuído, por um lado, na melhoria das acessibilidades e da mobilidade dos cidadãos deficientes no espaço público e, por outro, no incentivo à reflexão e discussão das questões da deficiência.

Do mesmo modo, o combate à pobreza e à exclusão social tem sido assumido como prioritário na Euro-região Galiza e Norte de Portugal. São vários os programas que visam contribuir para a erradicação ou atenuação da pobreza e da exclusão social e para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Como vimos, tanto na região Norte, como na Galiza, registam-se importantes projectos/programas específicos relacionados com estas temáticas.

Um outro aspecto importante prende-se com os programas de apoio e integração a minorias étnicas e a imigrantes. Embora sejam regiões com uma população imigrante pouco significativa, pudemos constatar que há poucos projectos nesta área, principalmente na Região Norte de Portugal.

O envelhecimento acentuado da população da Região Galiza - Norte de Portugal, mas especialmente na Galiza, faz com que sejam vários os programas de apoio aos idosos. Espera-se, contudo, que, a médio prazo, estes programas sejam suficientes, uma vez que a população da região está a envelhecer a um ritmo vertiginoso.

Para finalizarmos este capítulo, iremos apresentar os resultados que foram surgindo ao longo da nossa análise sobre as dinâmicas sócio-laborais que caracterizam a Euro-região, em particular, as cidades que integram o Eixo Atlântico. Para tal, escolhemos a técnica de análise DAFO com vista à concretização dos

---



## As políticas no sistema de cidades da Eurorexión Galiza-Norte de Portugal

seguintes objectivos: por um lado, reconhecer, simultaneamente, as oportunidades e as ameaças resultantes do enquadramento europeu e, mais especificamente, de cada país; e, por outro, identificar os principais pontos fortes e fracos do Eixo Atlântico que influenciam as capacidades desta região em termos de desenvolvimento social.

Oportunidades	Ameaças
<b>Dimensão económico-territorial e social</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aprofundamento da cooperação transfronteiriça (INTERREG III A) através de projectos comuns ao nível social (ISADORA, PRISMA, PROVOLGAPOR)</li> <li>- Aumento da Imigração.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elevadas taxas de desemprego.</li> </ul>
<b>Políticas sociais</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Importantes reformas dos sistemas sociais após a entrada em vigor do Tratado de Amesterdão.</li> <li>- Promoção de iniciativas comunitárias de prevenção e de combate ao desemprego e de desenvolvimento de recursos humanos e promoção da igualdade de oportunidades (EQUAL)</li> <li>- Com o «modelo social europeu», os cidadãos da UE têm acesso a uma das mais fortes redes de segurança social do mundo.</li> <li>- Aumento das iniciativas nos domínios da formação/requalificação profissional.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Diferentes sistemas político-administrativos.</li> <li>- Assimetrias inter e intra-regionais em termos de dinâmicas sociais.</li> <li>- Carência de legislação comunitária comum em matéria de protecção social.</li> <li>- Maiores exigências de convergência em torno de questões que visam a não discriminação.</li> <li>- Diferentes organizações dos sistemas sociais.</li> <li>- Alargamento da UE a 25 Estados-membros.</li> </ul>

### Enquadramento social do Eixo Atlântico

Pontos fortes	Debilidades
<b>Capital demográfico</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>- População relativamente jovem no contexto da Europa, em particular na Região Norte de Portugal.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumento do <i>rácio</i> de dependência dos idosos no contexto da UE para 2010, em particular na região da Galiza.</li> <li>- Diminuição das taxas de natalidade, principalmente na Galiza.</li> </ul>
<b>Capital Social e económico</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumento das qualificações, principalmente ao nível das Novas Tecnologias de Informação.</li> <li>- Aumento da taxa de actividade feminina.</li> <li>- Reforço da oferta de programas de ocupação de tempos livres, para jovens e idosos (v.g. idiomas, ginástica, leitura, informática, etc.)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elevada taxa de incidência de pessoas com deficiência.</li> <li>- Baixa percentagem de jovens entre os 25 e 29 anos com elevado grau de escolaridade face à média UE 15.</li> <li>- Elevadas taxas de desemprego, sobretudo desemprego feminino</li> </ul>
<b>Infra-estruturas e orçamento</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Grande investimento em programas de inserção sócio-laboral, especialmente na Galiza.</li> <li>- Reforço e manutenção dos programas/projectos já existentes.</li> <li>- Aumento do número de equipamentos sociais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Constrangimentos orçamentais.</li> <li>- Escassez de equipamentos sociais.</li> <li>- Escassez de recursos humanos.</li> </ul>

As políticas no sistema de cidades da Eurorexión Galiza-Norte de Portugal

Pontos fortes	Debilidades
<b>Programas sociais e de emprego</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implementación de importantes programas nacionais (<i>II Plano Portugués para igualdade, Plano Galego para a Inclusão Social</i>)</li> <li>- Investimentos importantes no combate à pobreza e à exclusão social, sendo expresión diso varios programas, tais como: Rede Social, Porto Feliz, Plano galego de inclusión social.</li> <li>- Iniciativas de inserção sócio-laboral, com projectos varios, tais como: Plan@arroba solidário; Programa de apoio a imigrantes; Porto Sem Fronteiras; Projecto EQUAL Corunha Solidária.</li> <li>- Incremento de Programas de atención domiciliária integral (Serviço de apoio domiciliário, tele-assistência) para pessoas idosas que evitam a institucionalização.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Número reduzido de programas de apoio à integração de minorias étnicas, culturais e religiosas e imigrantes.</li> <li>- Número reduzido de programas de apoio a cidadãos inválidos ou com deficiência, especialmente em Portugal.</li> <li>- Falta de programas municipais que visem as igualdades de oportunidade de género, especialmente em Portugal.</li> </ul>
<b>Cultura de partilha de responsabilidades</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumento da Rede de parcerias na dinamização dos projectos com entidades públicas, privadas e Organizações não governamentais.</li> <li>- Valorização da cultura de diagnóstico, tendo como pressuposto a erradicação da pobreza e da exclusão social.</li> <li>- Difusão de uma cultura da prevenção, principalmente entre os mais jovens (v.g. prevenção da toxicodependência, abandono escolar, etc.)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Necessidade de maior coordenação entre Serviços centrais de Acção Social e os serviços municipais.</li> <li>- Definir com maior clareza as competências municipais na área dos serviços sociais.</li> <li>- Necessidade de desenvolver um cultura orientada para voluntariado.</li> <li>- Falta de envolvimento da sociedade civil.</li> </ul>

No contexto deste capítulo, e em coerência com os objectivos deste trabalho, serão apresentadas possíveis linhas de actuação futuras para a “Euro-região”, no âmbito dos serviços sociais. Deste modo, apresentam-se as seguintes linhas de actuação Camarária:

- Dar prioridade às políticas municipais que criem as condições estruturais que permitam o crescimento e manutenção dos subsídios de protecção social.
- Fomento uma maior intervenção do sector privado na cobertura do sistema de acção social e na melhoria da sua eficácia.
- Reforço de medidas específicas que incentivem a participação das pessoas, famílias e agentes sociais e económicos na cobertura e na prevenção dos problemas de dependência e de exclusão social, ao nível concelhio.
- Adesão dos municípios a projectos da iniciativa EQUAL, com o objectivo de reformar os dispositivos de inserção social e profissional, nomeadamente através de medidas de prevenção e de combate ao desemprego e de desenvolvimento de recursos humanos e promoção da igualdade de oportunidades no acesso ao mercado de trabalho.
- Articulação das respostas sociais com os problemas de exclusão, pobreza e dependência, colocando em relevo a importância do voluntarismo, da mobilização de pessoas e recursos perante os problemas sociais. Neste sentido, os Municípios deverão recorrer aos projectos transfronteiriços de promoção do voluntariado. (v.g. PROVOLGAPOR – “Promoção do voluntariado nas Regiões e Galiza e Norte de Portugal”).

- Recursos dos municípios a fundos de capital privado, de pessoas ou empresas, com o objectivo de assegurar os recursos económicos que garantam a prevenção e o combate de futuras dependências.
- Reforço dos equipamentos e serviços sociais municipais que permitam a prestação de cuidados a pessoas dependentes no seio da família, tais como: Serviço de apoio domiciliário, serviços de tele-assistência domiciliária, entre outros.
- Aumento dos incentivos municipais para o fornecimento de recursos (económicos, materiais, humanos, etc.) a fins de interesse social, quando estes sejam destinados a acções de protecção social.
- Desenvolvimento de Programas municipais de organização e gestão do fluxo de imigrantes, com a finalidade de minimizar os custos sociais e económicos da sua integração.
- Incremento de programas/projectos de apoio à formação e à integração social e profissional dos cidadãos com deficiência, na tentativa de trilhar novos caminhos para melhorar a sua qualidade de vida.
- Difusão das “Provedorias Municipais dos cidadãos com Deficiência” a todos os municípios da “Euro-Região”.
- Por último, mas não menos importante, é o reforço do investimento dos municípios na prevenção, nomeadamente através de “diagnósticos sociais”, “acções de sensibilização”, antecipando o aparecimento de problemas que exigem a intervenção dos sistemas de protecção social.

Por último, importa referir que mais que um diagnóstico das políticas sociais, o presente estudo pretendeu situar os problemas diagnosticados no contexto socio-económico da Euro-Região (Galiza - Norte de Portugal) e detectar os pontos fortes e fracos que caracterizam a rede de serviços sociais desta região.

### **A Igualdade de Oportunidades na perspectiva de género na Euro-região Galiza-Norte de Portugal.**

#### **Conclusões.**

A análise anterior permite enunciar algumas conclusões gerais sobre a forma como a igualdade de oportunidades na perspectiva de género se tem vindo a construir como um campo específico de intervenção da política social no domínio municipal.

- A este propósito a análise das práticas desenvolvidas nas cidades do Norte de Portugal e da Galiza permitem alguns elementos de conclusão geral.
- A centralidade assumida pela questão da igualdade de oportunidades no âmbito da política social da UE e, em particular, no âmbito da política europeia de emprego, implicou o desenvolvimento da acção política nesta área e a sua crescente visibilidade. A consagração do princípio da transversalidade da temática da igualdade de oportunidades em todas as dimensões da intervenção política tem também ajudado a tornar claras as ligações existentes entre vários domínios da intervenção social e nomeadamente entre dependência económica, violência doméstica e risco de pobreza e exclusão social. Em simultâneo tem existido uma crescente consciencialização sobre a existência de diferen-

tes situações de inserção dos homens e das mulheres no mercado de trabalho e do seu contraponto traduzido no diferente envolvimento dos homens e das mulheres nas tarefas domésticas. Tal tem contribuído decisivamente para identificar as novas necessidades sociais a que é necessário responder quando aumenta o número de mulheres no mercado de trabalho com os correspondentes desafios (necessidade de novas formas de organização do tempo e de novas relações sociais de género) e as correspondentes oportunidades (criação de novas oportunidades de actividade e de emprego ligadas aos serviços às famílias e, em particular, de apoio aos dependentes)

- A situação de partida dos diversos países europeus e das diferentes regiões é, neste como noutros domínios significativamente diversa sendo que Portugal e a Espanha, o Norte de Portugal e a Galiza representam bons exemplos dessa diversidade: Portugal e a Região Norte têm elevadas taxas de actividade e de emprego para o grupo das mulheres, em Espanha e na Galiza as taxas de actividade e de emprego das mulheres são muito baixas de acordo com os padrões europeus. No entanto em ambos os países e em ambas as regiões o diferencial de participação das mulheres e dos homens no mercado do trabalho existe e traduz um menor envolvimento do grupo das mulheres neste. Em contrapartida em ambos os países as mulheres dedicam, em média, muito mais tempo do que os homens às tarefas domésticas.
- O debate público e nomeadamente o debate político sobre estas matérias tem assumido diferente centralidade nos vários países europeus

e parece ter ganho maior centralidade em Espanha do que em Portugal.

- Na perspectiva da Euro-Região em estudo a dualidade enunciada no ponto anterior surge claramente: i) nos municípios do Norte de Portugal a acção política no âmbito da promoção da igualdade de oportunidades na perspectiva do género não é equacionada enquanto área de intervenção de política regional. No entanto existem programas e acções realizadas pelas Câmaras em parcerias com outras entidades. Mas a informação oficial veiculada pelas Câmaras e as respostas obtidas aos Inquéritos enviados não tornam essa informação visível o que traduz uma clara desvalorização da acção política eventualmente existente nesta área. A acção política organizada com expressão regional e municipal traduz assim, amplamente, a acção da delegação regional de um dos organismos do poder central vocacionada para a promoção da igualdade de oportunidades na perspectiva do género; ii) no Municípios da Galiza a promoção de políticas de igualdade de oportunidades surge com visibilidade na própria organização administrativa dos *Concellos*. Assim em todas as cidades galegas do Eixo Atlântico existe uma *Concelleria da Muller* ou um departamento vocacionado para esta área dentro de uma *Concelleria* de intervenção social mais geral. Além disso em todos os Municípios galegos existem Planos de Promoção da Igualdade de Género centrados em três grandes áreas de acção: a informação, a formação e formação profissional e a violência doméstica. Na Galiza estamos portanto perante um modelo de acção municipal em que as políticas de promoção da igualdade de oportunidades na perspectiva de género são já explíci-



tamente reconhecidas como fazendo parte das políticas sociais de âmbito municipal.

O anteriormente exposto permite que se elabore, sustentada nos elementos identificados a partir dos estudos de caso, uma comparação sintética sobre as virtualidades e as limitações dos modelos de intervenção política adoptados na Galiza e na Região Norte de Portugal. A fim de tornar a comparação mais clara elaboramos uma matriz DAFO na qual tentamos sintetizar as principais conclusões que os casos estudados nos permitiram.

Debilidades	Pontos fortes
<b>Galiza</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Grande diversidade entre as taxas de actividade, de emprego e de desemprego dos homens e das mulheres: fraca participação das mulheres no mercado do trabalho e, sobretudo, baixa taxa de emprego.</li> <li>- População muito envelhecida.</li> <li>- Importância do emprego agrícola claramente superior à média nacional.</li> <li>- Forte identificação das questões da igualdade de oportunidades com as questões das mulheres podendo criar certos obstáculos ao entendimento desta questão enquanto questão de cidadania respeitante a todos os cidadãos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Existência de estruturas de poder local vocacionadas para a acção política neste domínio.</li> <li>- Existência de planos municipais definidores de grandes linhas de acção nesta área que permitem uma intervenção sustentada e articulada neste domínio.</li> <li>- Existência de traços que permitem dar conta da tentativa de adaptação da acção política nesta área às características da população local.</li> <li>- Existência de uma rede de instituições a desenvolver trabalho na área.</li> </ul>

*II Estudos Estratégicos do Eixo Atlântico*

Debilidades	Pontos fortes
<b>Norte de Portugal</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Persistente diversidade entre as taxas de actividade, de emprego e de desemprego dos homens e das mulheres: mais fraca participação das mulheres do que dos homens no mercado do trabalho e, maior incidência do desemprego no grupo das mulheres;</li> <li>- Fraca importância relativa do emprego nos serviços;</li> <li>- Intervenção política neste domínio de natureza casuística traduzindo a tentativa de descentralizar decisões tomadas por estruturas do poder central.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Existência de um forte envolvimento das mulheres no mercado de trabalho de acordo com os padrões europeus.</li> </ul>

Ameaças	Oportunidades
<b>Galiza</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Forte envelhecimento populacional.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elevada importância atribuída à política da igualdade de oportunidades na perspectiva do género no âmbito das políticas sociais da União Europeia.</li> <li>- Grande visibilidade atribuída pelo poder político central à questão da Igualdade de género.</li> <li>- Existência de um debate público alargado sobre a questão da violência doméstica.</li> </ul>

## As políticas no sistema de cidades da Eurorexión Galiza-Norte de Portugal

Ameaças	Oportunidades
<b>Norte de Portugal</b>	
<ul style="list-style-type: none"><li>- Mudanças no poder político local e até nos responsáveis pelos pelouros dentro da mesma força política pode fazer alterar significativamente a acção municipal neste domínio dada a ausência de estruturas e de planos.</li><li>- Limitações de alcance de intervenções casuísticas em detrimento de uma política consistente.</li><li>- Grande variabilidade da visibilidade atribuída pelo poder político central à questão da Igualdade de género de acordo com as conjunturas políticas.</li><li>- Fraca visibilidade deste tema no debate público e político.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Elevada importância atribuída à política da igualdade de oportunidades na perspectiva do género no âmbito das políticas sociais da União Europeia.</li></ul>

### **Linhas de acção política na área da igualdade de oportunidades na perspectiva do género.**

Do anteriormente exposto resultam alguns elementos que permitem identificar grandes linhas de acção política a implementar na área da promoção da igualdade de oportunidades na perspectiva do género na cidades do Eixo Atlântico:

- Promover o aumento do conhecimento sobre as características de cada região e de cada município no que respeita à existência de diferentes condições de vida e diferentes condicionantes ao comportamento dos indivíduos de acordo com o sexo a que pertencem.

- Aumentar a visibilidade da temática da igualdade de oportunidades de género nomeadamente através da divulgação de informação sobre as desigualdades existentes e visando a criação de uma consciência cívica sobre os problemas de desigualdades sociais de género como um dos domínios relevantes dentro das questões sociais de desigualdade.
- Centrar a acção política na elaboração, aplicação e avaliação de planos de acção estratégica neste domínio por forma a garantir a persistência e a continuidade das grandes linhas de acção política independentemente das oscilações conjunturais e da alteração de responsáveis pela área das políticas sociais.
- Promover a transversalidade da acção política neste domínio nomeadamente através da acção inter-ligada em quatro grandes áreas: o mercado do trabalho, as infraestruturas de apoio aos dependentes (crianças, idosos, doentes, ...), a educação, a violência doméstica.
- Aumentar a coordenação na acção política desenvolvida nesta área nomeadamente promovendo uma coordenação adequada entre os organismos do poder central e do poder local e assegurando a acção concertada destes organismos com as instituições de política europeia neste domínio.
- Reforçar o diálogo entre os responsáveis das áreas sociais dos municípios do Eixo Atlântico de modo a potenciar mecanismos de acção conjunta nesta área. Avaliar em conjunto as virtualidades e limitações da acção implementada em ambas as regiões tendo em conta as diferenças e semelhanças nos contextos em que, mesmo no interior do Eixo Atlântico, esta acção é aplicada.

## A xestión pública nas administracións municipais de Galiza e Norte de Portugal.

### A xeito de conclusión.

### Unha nova *governanza* local transfronteiriza ao través da calidade: as cartas de servizos.

As experiencias recollidas nas liñas anteriores son accións puntuais que reflicten a vontade de cambiar a eterna situación de indefinición organizativa que se instala nas organizacións locais. As limitacións estruturais dos concellos e das câmaras non poden servir de excusas para evitar afrontar a modernización local. Vigo, Monforte de Lemos, Chaves, Porto (do mesmo xeito có resto de municipios que se deciden pola xestión pública) móstrannos o camiño que seguir; ensínnanos a necesidade de construír institucións con sólidas bases organizativas. Non sería posíbel asumir o reto da *governanza* local, da creación de redes de acción públicas, privadas e sociais sen que as organizacións se doten de unha estrutura de persoal axeitada, un coñecemento exhaustivo dos seus usuarios, uns medios financeiros e tecnolóxicos que axuden a acadar o obxectivo do servizo público. Non hai *governanza* sen xestión, nin organización local plenamente democrática sen a dirección pública axustada ás necesidades dos cidadáns.

As cartas de servizos, entendemos, incorporan elementos propios da xestión pública e da *governaza*, aspectos *hard* e *soft* da organización, elementos técnicos e culturais, compromisos cos cidadáns e sistemas de medición. Trascenden así os enfoques tecnocráticos e eficientistas que teñen caracterizado a nova xestión pública dotándoos de maior calado democrático e participativo. Somos conscientes da existencia doutros modelos e técnicas de xestión pública e de calida-

---

de, un claro exemplo sería o CAF. Con todo, e malia os esforzos das administracións centrais en todos os estados membros e a boa orientación cara ás especificidades de “o público” do CAF, cremos que esta ferramenta de autoavaliación esixe organizacións maduras, contornos favorábeis e climas de xestión máis sólidos, que en todo caso coidamos que non se atopan presentes na maior parte das unidades administrativas das nosas organizacións locais.

A continuación, e a modo de conclusión do estudo estratéxico sobre xestión pública local nos municipios do Eixo Atlántico, formulamos unha análise esquemática sobre das ameazas e oportunidades do contorno municipal, e as fortalezas e debilidades da organización local. Finalmente enumeramos unha serie de retos que deberán asumir os concellos e as câmaras galegas e portuguesas do Eixo Atlántico nos vindeiros anos.

a) DAFO sobre a xestión pública nos municipios do Eixo Atlántico.

A análise anterior sobre a xestión pública e as súas implicacións nos municipios do Eixo Atlántico permítenos avanzar unha serie de cuestións sobre as que deberán poñerse a traballar as organizacións locais. Seguindo un esquema DAFO de análise organizativa, e atendendo aos datos expostos, poderíamos concluír que son 8 as grandes cuestións para avaliar:

As políticas no sistema de cidades da Eurorrexión Galiza-Norte de Portugal

Aspectos externos		Aspectos internos	
Oportunidades	Ameazas	Fortalezas	Debilidades
Larga traxectoria e consolidación da Eurorrexión Galiza-Norte de Portugal e do Eixo Atlántico.	Sistema político e administrativo diferente.	Modelos de xestión idénticos, con tradición e experiencias suficientes (ISO, CAF, cartas de servizos...)	Culturas políticas heteroxéneas e estruturas organizativas con procesos de cambio diversos.
Liderado político de Galiza e Lisboa no proceso de xestión.	Marco competencial e de servizos desigual.	Proxecto aprobado no marco do Interreg III A para a realización das cartas de servizos entre municipios galegos e portugueses.	Insuficiencias organizativas estruturais claras nos municipios da Eurorrexión (financiamento, persoal, “know how”), aínda que en menor medida nas cidades do Eixo Atlántico.

Fonte: Elaboración propia.

Fronte ao mapa exposto anteriormente no DAFO, entendemos que sería necesario afrontar determinados retos máis concretos, en forma de proxectos ou actuacións, por cada unha das administracións locais, ademais de polo propio Eixo Atlántico como organización aglutinadora da cooperación transfronteiriza local, entre eles:

- Dotar aos concellos-câmaras de postos de expertos en xestión pública e calidade que asuman a responsabilidade da mellora de xestión en cada un dos departamentos locais. A figura dun técnico de organización e métodos (ao vello estilo taylorista, pero imbuido necesariamente dun perfil de xestión e administración pública ou politolóxico) sería apropiada para este cometido. Tería un papel claro de coordinación interna na mellora continua dos diferentes departamentos dos conce-

llos e das câmaras, así como un vencellamento a redes externas de expertos en materia de xestión pública e calidade.

- En liña co anterior, e recollendo a formulación do Proxecto de cartas de servizos en municipios da Eurorexión Galiza-Norte de Portugal da Dirección Xeral de Administración Local da Xunta de Galicia, sería necesaria a creación de oficinas de calidade a través das cales os técnicos en xestión pública acaden o soporte físico e de coñecemento necesario para o cumprimento dos seus fins.
- Proceder ao deseño dunha metodoloxía común en materia de xestión pública para os diferentes departamentos locais que fose complementaria dos sistemas de xestión sectoriais (medio, prevención de riscos laborais, laboratorios...) unha vez que a unidade administrativa adquiera a madurez organizativa necesaria.
- Estabelecer un sistema de indicadores de xestión comúns (semellante ao proposto para o desenvolvemento sostíbel e as Axendas 21 locais baseado no modelo europeo de indicadores de sostibilidade), coa finalidade de poder identificar correctamente os avances en xestión de departamentos a un e outro lado da fronteira eurorrexional.
- Analizar a percepción dos usuarios dos servizos públicos locais dos concellos-câmaras do Eixo Atlántico, utilizando metodoloxías coñecidas e testadas noutros contornos; o Proxecto de cartas de servizos da Dirección Xeral de Administración Local aplica o SERVQUAL, co cal podería resultar un perfecto banco de probas a expensas dos resultados a conseguir tanto en Chaves como en Vilagarcía de Arousa.



- Potenciar os mecanismos de partenariado público-privado e con eles a xestión e o control das empresas proveedoras de servizos e actividades, fundamentalmente a través de sistemas de xestión de calidade (ISO 9000:2000).
- Do mesmo xeito, ampliar a base participativa da xestión de proxectos locais (sobre de todo os de carácter social, cultural e ambiental), outorgándolles unha dimensión transfronteiriza, ben mediante os premios de cidadanía, ben ao través do CAF.
- Potenciar o Centro de Estudos Eurorrexionais Galiza-Norte de Portugal (CEER) e con el a colaboración entre os municipios do Eixo Atlántico e as universidades galegas e portuguesas, tanto en accións formativas como de consultoría e análise organizativa ou de servizos públicos.

Finalmente, e non menos importante, realizar dun modo integral e definitivo a avaliación nas organizacións locais: avaliación de políticas e programas públicos, de servizos..., mediante auditorías de xestión.



## CAPÍTULO 3

### INOVAÇÃO E COMPETITIVIDADE NAS CIDADES DO EIXO ATLÂNTICO E AS SÚAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA

*Antonio Figueirido*

Universidade de Porto. Quatenaire.

*Xulio Pardellas*

Universidade de Vigo

1. Embora com diferentes graus de internacionalização, as 18 cidades do Eixo Atlântico partilham a inserção num território mais alargado que cumpre ainda as características de regiões desfavorecidas, com as características conhecidas de perifericidade, de desvios estruturais de produto per capita face à média da União Europeia e de marginalidade funcional típicas deste tipo de territórios.

2. Os trabalhos concluíram que a agenda da inovação e da competitividade não pode ser um exclusivo das regiões afluentes da União Europeia. Embora perspectivada de modo distinto dos termos em que tal agenda se coloca nas regiões da fronteira do desenvolvimento tecnológico, a aposta na inovação e na competitividade constitui uma oportunidade para que os territórios organizados pelas 18 cidades do Eixo Atlântico contribuam activamente para o processo de construção europeia e para a melhoria dos indicadores estruturais que monitorizam o grau de cumprimento da Estratégia de Lisboa.
3. As Cidades competem e inovam entre si no âmbito das políticas e projectos liderados pelos seus órgãos de poder e governação, mas sobretudo tendem a ser fontes únicas de concentração de recursos e competências de que os processos de inovação e as dinâmicas de competitividade se alimentam. Por outras palavras, em matéria de inovação e competitividade, as Cidades não são apenas o simples reflexo das empresas que nelas se instalam para exercer a sua actividade. Na medida em que constituam factores de atracção de recursos, de competências e atmosferas propícias à disseminação de processos de inovação e de dinâmicas de competitividade, a relevância das Cidades para os temas da inovação e da competitividade situa-se a montante das dinâmicas empresariais, influenciando-as consoante a sua dotação relativa nesses factores. As 18 cidades do Eixo Atlântico e os territórios que estruturam devem ser considerados activos específicos a valorizar no quadro de estratégias regionais consequentes de promoção de inovação e competitividade.
4. O Livro 3 sustenta, assim, que: i) Os temas da inovação e da competitividade constituem uma oportunidade relevante para as Cidades e seus agentes dinâmicos perceberem a mudança dos factores segundo os quais podem exercer influência e estruturar territórios mais vastos; ii) As autoridades municipais encontram nestes temas

novos domínios de afirmação das políticas locais; domínios como a política urbanística de atracção de actividades terciárias superiores, a promoção de áreas de acolhimento empresarial de nova geração e a reconversão de zonas de declínio industrial em solo urbano, as políticas de educação e formação e a reivindicação de graus mais elevados de descentralização para essas políticas e as políticas de parcerias com outras instituições públicas e com o sector privado constituirão, seguramente, no futuro imediato, factores poderosos de atracção diferenciada; iii) Também as políticas públicas de matriz central e regional não podem ignorar os activos específicos que as Cidades e as políticas urbanas representam para a melhoria das condições de atractividade da Euro-região Galiza-Norte de Portugal; iv) A cooperação inter-Cidades encontra neste domínio um espaço de diversificação de projectos e de novas parcerias institucionais; v) Do ponto de vista da associação Eixo Atlântico, os temas da inovação e competitividade abrem novas frentes de interacção entre a dinâmica de cooperação entre cidades e o processo mais amplo de cooperação Galiza-Norte de Portugal.

5. É fundamental que um número crescente e mais diversificado de agentes políticos e institucionais sejam sensibilizados para a necessidade de contribuir para a concretização dos objectivos da Estratégia de Lisboa. A inclusão dos temas da inovação e da competitividade na agenda política da Associação Eixo Atlântico e das políticas de desenvolvimento das Cidades que a integram cumpre o papel fundamental de as aproximar da própria agenda europeia e das conflitualidades que hoje a caracterizam.
6. O Livro 3 analisa os temas da inovação e da competitividade numa perspectiva sistémica, considerando que as dinâmicas e estratégias das firmas se encontram no centro da abordagem. Porém, os factores infra-estruturais que configuram externalidades positivas para os

processos empresariais de inovação, os mecanismos da produção de conhecimento técnico pertinente, a estrutura de serviços avançados às empresas e o ambiente em termos de capital humano são factores que interessa considerar como influenciando a competitividade e a capacidade inovadora das empresas.

7. A desigual situação estrutural das economias espanhola e portuguesa proporciona ao território da Euro-região, em estruturação, um enquadramento muito diferenciado. Adicionalmente, há que integrar na análise os factores estruturais e de complementaridade de ambas as regiões. É nesse contexto de combinação de factores de âmbito nacional e regional que devemos compreender os níveis de inovação e competitividade das cidades do Eixo Atlântico. Assim sendo, é necessário ter em conta uma versão sucinta do conjunto de potencialidades (pontos fortes) e debilidades (pontos fracos) das duas regiões no quadro das respectivas nacionais.

<b>Euro - região Galiza - Norte de Portugal e situação estrutural das economias nacionais potencialidades e debilidades</b>	
<b>Norte de Portugal</b>	
<b>Pontos fortes</b>	<b>Pontos fracos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Níveis elevados de dinamismo de empreendimento e iniciativa empresarial com culturas empresariais ainda fortemente localizadas em áreas territoriais bem delimitadas.</li> <li>- Evolução permanente em termos de produtividade no sector têxtil, observada na última década, com processo de ajustamento estrutural em curso, embora tendendo a libertar emprego na produção e a criar empregos a jusante do sector em termos de serviços de suporte.</li> <li>- Evolução similar na indústria do calçado, cujos padrões de dotação em maquinaria e equipamento progrediram na linha do que pode ser considerado evolução de última geração tecnológica.</li> <li>- Sinais emergentes e promissores de emergência de empresas de base tecnológica no sector da maquinaria e equipamentos especializados, embora ainda não suficiente para alterar significativamente os dados da estrutura industrial.</li> <li>- Melhoria acentuada na última década na evolução das taxas de participação no sistema educativo no âmbito dos 9 e 12 anos de escolaridade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Capital e experiência de internacionalização e de penetração em mercados externos fortemente adquirida em sectores de actividade industrial vulneráveis à deslocalização, à emergência de mercados emergentes agressivos em termos de atractividade e à internacionalização do mercado interno.</li> <li>- Trajectória de desenvolvimento industrial largamente realizada através de sectores tecnologicamente dominados por fornecedores de equipamentos, com forte predomínio de inovação incremental.</li> <li>- Dificuldades objectivas de articular este padrão de desenvolvimento industrial com centros de inovação mais directamente vocacionados para o apoio e interacção com empresas de base tecnológica.</li> <li>- Dificuldades objectivas de articular este padrão de desenvolvimento industrial com centros de inovação mais directamente vocacionados para o apoio e interacção com empresas de base tecnológica.</li> <li>- Forte tendência para que os serviços de distribuição e de consumo pessoal e colectivo absorvam activos com escolaridade re-</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"><li>- Experiência relevante de Centros Tecnológicos de matriz sectorial na região (têxtil, vestuário, metal-mecânica e madeira), com relevo para os três primeiros; exemplo promissor de organização de serviços de assistência técnica e de suporte à qualidade com base territorial, contrariando o baixo grau de territorialização da política industrial portuguesa.</li><li>- Matriz de investigação universitária fortemente internacionalizada sobretudo nos domínios das ciências da saúde e da engenharia, com forte participação em redes e programas europeus e internacionais de investigação, embora com dificuldades de articulação com o sistema produtivo, dada a debilidade deste último em termos de indústrias de alta tecnologia e intensivas em conhecimento.</li><li>- Evolução significativa da Universidade do Minho em áreas de forte reforço à produção de recursos humanos qualificados para a sociedade do conhecimento e melhoria dos padrões tecnológicos e de qualidade da indústria da região: engenharia têxtil, engenharia dos polímeros electrónica, ambiente e biotecnologia, computação e sistemas de informação.</li><li>- Grupo empresarial sediado na Região com forte potencial de in-</li></ul>	<p>duzida ou inacabada, substituindo-se ao emprego industrial desqualificado, hoje sem grandes hipóteses de aumento significativo e continuando a potenciar o fenómeno do abandono escolar precoce.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Inexistência de grupos empresariais de base industrial ou de projectos de IDE do tipo AUTO-EUROPA com capacidade de organizar a participação de PME em regime de sub-contratação estruturada por objectivos de aprendizagem qualificada e de certificação.</li><li>- Condições desfavoráveis à fixação na região de recursos humanos de qualificação elevada na sequência do processo de reconcentração de alguns grupos empresariais públicos na área das telecomunicações e do sector financeiro, da baixa densidade de empresas de base tecnológica e das dificuldades de recrutamento por parte do sector público administrativo.</li><li>- Níveis baixos de cultura de empreendimento e de gestão empresarial nas instituições de investigação e de interface com as empresas, penalizando a formação de procura de serviços proveniente do meio empresarial; uma grande parte desses centros carece de alavancas institucionais claras, penalizando os seus projectos de afirmação estratégica no futuro e a</li></ul>
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



<p>ternacionalização, saúde financeira e capacidade técnica no domínio da economia do vinho (SOGRAPE)</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Emergência de um significativo corpo de novos produtores e capacidade empresarial rejuvenescida no âmbito da economia do vinho de mesa, com destaque particular para a zona do Douro, que apresenta hoje um novo panorama em termos de pequenas produções de elevada qualidade; forte potencial de progressão em termos de melhoria de condições de comercialização e de organização da oferta.</li><li>- Grupos empresariais pujantes em termos da distribuição e concepção – gestão de centros comerciais, já internacionalizados, com presença no mercado espanhol e latino-americano.</li><li>- Progressos significativos na capacidade e eficiência de gestão do principal porto de suporte à actividade produtiva da região (Porto de Leixões)</li></ul>	<p>sua capacidade de atracção de parceiros institucionais com origem no meio empresarial.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Oferta muito diversificada mas pouco estruturada de ensino universitário e politécnico, com reduzida articulação empresarial, baixo conteúdo experimental e de investigação; tendência para a não diferenciação entre ensino politécnico e universitário, revelando o primeiro uma tendência perversa de afastamento das realidades regionais e territoriais que determinaram a sua criação e originalidade.</li><li>- Muito reduzida produção de conhecimento técnico relevante de suporte à modernização do sector agro-florestal (economia do vinho, agro-alimentar, gestão e preservação da floresta), com excepção dos exemplos da UTAD e do Instituto Politécnico de Bragança.</li><li>- Massas críticas reduzidas em termos de indústrias culturais (recursos humanos, empresas, instituições de inter-face), logo com reduzida capacidade de aproveitamento do potencial logístico e de placa giratória que a aglomeração metropolitana representa no seio da Euro-região.</li><li>- Ainda significativa atomização do tecido associativo empresarial, com dificuldades de consolidação</li></ul>
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	<p>de instituições com massas críticas de recursos humanos e técnicos e fortemente dependentes de co-financiamento estrutural da UE.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Atomização ainda significativa em termos de oferta de ensino pós-graduado na gestão, com reflexos na dificuldade de atingir níveis de excelência e notoriedade salientes no plano europeu.</li><li>- Inexistência de dotação logística inter-modal em matéria de apoio às actividades de exportação e importação, com reflexos negativos na compatibilização de padrões de ordenamento atractivos e de melhorias significativas nos processos de distribuição <i>just in time</i> para o mercado europeu; a logística de distribuição privada tem estado a cargo de infraestruturas dos próprios grupos empresariais de distribuição, os quais localizam os seus centros logísticos principais na aglomeração metropolitana de Lisboa.</li><li>- Atractividade de zonas de acolhimento empresarial ainda apenas determinada por factores de preço baixo de solo, sem observação de saltos significativos na criação de condições de atracção por via de oferta de serviços avançados, dotação em infraestruturas de telecomunicações e de gestão.</li></ul>
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Euro - região Galiza - Norte de Portugal e situación estrutural das economías nacionais potencialidades e debilidades	
Galiza	
Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Forte tradición e capacidade empresarial no ámbito da actividade agro-pesqueira, com relevância na economía española e, no caso, pesqueiro e marisqueiro, na propia economía da Unión Europea e correspondência na dimensión da frota pesqueira.</li> <li>- Relevante articulación intersectorial entre a actividade agro-pesqueira e a industria transformadora, com relevo particular para as industrias de lacticínios e de papel. No primeiro caso, grandes grupos empresariais dominan a organización do sector.</li> <li>- Evolución estrutural significativa da economía do vinho galego, com significativo esforço de investimento humano e tecnolóxico no domínio da enologia.</li> <li>- Emergência de um cluster automóvel estruturado em torno da presença do Grupo Citroen na região, com impulso relevante para a criação de empresas tecnologicamente avançadas, com vocação exportadora, impacto relevante na balança comercial galega e na rendibilização de infraestruturas portuárias (Vigo)</li> <li>- Relevância do projecto galego de constituição de um Centro de Expe-</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ainda insuficiente incorporação de actividades de I&amp;D no âmbito da actividade agro-pesqueira, direccionada para o objectivo de progressão da qualidade, certificação, segurança alimentar e para a vigilância de catástrofes ambientais do tipo PRESTIGE.</li> <li>- Reduzida dimensão em termos de recursos humanos nos centros de investigação criados como resposta às necessidades do sector da economia do vinho e dificuldades de transferência para o sector agro das actividades de investigação existentes no domínio da agro-biologia.</li> <li>- Vulnerabilidade do sector pesqueiro e de aquacultura a catástrofes do tipo PRESTIGE.</li> <li>- Peso reduzido do sector agroflorestal (leite, carne e madeira) galego nas exportações nacionais españolas.</li> <li>- Dificuldades de organização da produção para exportação de PME industriais não directamente articuladas com grupos empresariais do tipo INDITEX.</li> <li>- Persistência de problemas de declínio industrial manifesto na indústria naval, com forte concentração dos efeitos associados.</li> </ul>

<p>rimentação de condições de segurança automóvel, como complemento do cluster automóvel em estruturação.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Marcas internacionalmente reconhecidas no âmbito da indústria do vestuário, com forte incorporação de criação e design, marcando inclusivamente a imagem de marca do vestuário espanhol e com forte poder de internacionalização.</li><li>- Consolidação neste último domínio de grupos empresariais de forte poder de internacionalização integrando por via de uma potente estrutura de distribuição diferentes focos deslocalizados de produção e sub-contratação.</li><li>- Forte cosmopolitismo da região galega, fundamentalmente alicerçado na sequência dos eventos de anos Jacobeo e na dinâmica de atracção de novos viajantes, gerando um potencial relevante de geração de actividades e indústrias culturais em torno do binómio tradição-inovação.</li><li>- Potencial acrescido de dinamização de indústrias culturais gerado pela existência de uma Televisão autonómica, defesa e normalização do galego e produção cultural associada.</li><li>- Forte protagonismo dos serviços associados ao turismo e à hotelaria.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Vulnerabilidade da indústria galega a sectores potencialmente atingidos pelo processo de deslocalização do IDE e da produção (indústria automóvel e vestuário)</li><li>- Debilidade estrutural do sistema de inovação galego, materializada no ainda reduzido potencial de infra-estruturas de base tecnológica, no baixo peso de I&amp;D no PIB, na baixa capacidade de geração de patentes, na frágil cooperação inter-instituições e actores e no relativamente reduzido número de empresas com despesas intra-muros de I&amp;D.</li><li>- Peso reduzido do Investimento Directo Estrangeiro na região, com excessiva concentração nos transportes e comunicação e no sector financeiro.</li><li>- Debilidade em termos de localização de serviços avançados privados às empresas, com a excepção do sistema financeiro, cuja base regional de implantação continua a ser relevante no plano da Euro-região; posição relativa desfavorável face ao efeito de capitalidade regional de outras Cidades espanholas: Madrid, Barcelona e Bilbao.</li><li>- Baixas taxas de participação da mulher no mercado de trabalho.</li></ul>
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<ul style="list-style-type: none"><li>- Sistema portuário potente com maior equilíbrio de peso relativo entre unidades componentes, embora dependente nos casos da Corunha e do Ferrol de construção de porto externo e de articulação viária e ferroviária, respectivamente.</li><li>- Forte protagonismo das Universidades de constituição mais recente (Vigo e Corunha), assegurando por essa via uma juventude de renovação de massas críticas de doutorados e investigadores, em clima de saudável concorrência com a Universidade de Santiago de Compostela.</li><li>- Consequências positivas dessa dinâmica no que respeita ao aumento das taxas de participação da população galega no ensino superior.</li></ul>	
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

8. O estudo das dinâmicas empresariais e territoriais galegas permite concluir que as Cidades do Eixo Atlântico e suas áreas de entorno apresentam um forte protagonismo em termos dos dinamismos territoriais de criação de novas empresas e de novos estabelecimentos. A dinâmica dos sistemas produtivos locais e as condições de disponibilidade de solo infraestruturado na vizinhança de condições logísticas apropriadas explicam as diferenciações de dinâmica territorial observadas.

9. Os desenvolvementos do estudo realizado permiten aínda concluir que:
- 9.1. As diferentes formas de organización do territorio presentan certas especificidades en termos de vínculos entre empresas, procesos de produción e de produtos que definen as distintas formas de desenvolvemento local. Unha destas formas de organización é a constituída polos sistemas productivos locais, basicamente integrados por PEMES e orientadas a un mesmo mercado dentro dun contexto de competencia horizontal. Pero obviamente, poden descubrirse máis modelos de desenvolvemento local atendendo á multiplicidade de combinacións dos componentes de cada territorio.
  - 9.2. Os procesos de adaptación e axuste no uso dos recursos definen a dinámica productiva local e permiten analizar a traxectoria de cada territorio. En consecuencia, os sistemas productivos locais poden interpretarse a partir das relacións entre os cambios que interveñen no contexto dos seus territorios e sobre as respostas organizativas e institucionales nese nivel local. Dado que non existen procesos de carácter lineal, as estratexias resultantes son o resultado dun acordo entre os axentes que participan no sistema e as súas condutas no proceso de axustes sucesivos na procura de coherencia interna, e esta dinámica, ou seña a traxectoria dun territorio, require que a organización espacial da produción dispoña de mecanismos propios de coordinación, de regulación e de gobernanza.
  - 9.3. A coordinación implica a aceptación e o respecto a normas, regras, prácticas sociais e códigos establecidos, e a propia pertencencia territorial configura un comportamento específico,

favorece a cooperación e configura estruturas de comportamento, procesos comúns de aprendizaxe e de decisión para mellorar a eficiencia das organizacións.

- 9.4. A regulación integra unha combinación de mercado e de reciprocidade, e os seus aspectos se diferencian dos procesos determinados en exclusiva por componentes macroeconómicos e/ou polos comportamentos dos axentes, pois obriga a formas relacionais dificilmente compatibles con decisións individuais de maximización dos proveitos. A reciprocidade esixe mecanismos de coordinación e consentimento contractual no ámbito organizativo. O mercado é aceptado polo sistema na medida en que suministra un esquema para a coordinación das actividades productivas dos diferentes axentes (individuos, empresas, organizacións), correxido permanentemente por aquelas decisións específicas de reciprocidade e máis pois diferentes formas de cooperación.
- 9.5. Pola súa parte, as condicións da gobernanza aparecen nos principios de coordinación de accións e reaccións no conxunto do sistema. A gobernanza describe un mecanismo de axuste das partes para conseguir unha finalidade concreta, resultante da armonización de conductas e estratexias, establecendo xerarquías, redes e asociacións, e determinando as diferentes formas de organización inter-empresas.
- 9.6. En consecuencia, as áreas xeográficas de Galicia, debido ao seu proceso de evolución con respecto aos parámetros citados, responden a que:
  - a) As formas particulares de organización espacial da produción e os elementos diferenciadores dos sistemas pro-

ductivos locais poden reconducirse constantemente dependendo do contexto do sistema.

- b) Os elementos do sistema productivo local están ligados e vinculados ás capacidades dos axentes locais no que respecta ás súas estratexias organizativas e institucionais, o que permite responder aos cambios na produción e nos intercambios comerciais.
- c) A gobernanza dos sistemas productivos locais define o proceso de axuste dos componentes entre entidades e axentes. Cada territorio, medido en termos de eficiencia, depende dos grados de articulación e das estratexias de conxunto.

9.7. Por outra parte, e para definir os factores que poden impulsar a competitividade territorial, poden destacarse as seguintes variables:

- 1. Entorno e contexto institucional.
- 2. Disponibilidade e calidade dos factores de produción.
  - 2.1. Recursos e dotacións tecnolóxicas.
  - 2.2. Recursos humanos.
  - 2.3. Recursos naturais.
  - 2.4. Disponibilidade e coste do capital.
  - 2.5. Infraestructuras e accesibilidade.



3. Condicións da demanda interna e externa.

4 Servicios de apoio e relacionados.

5. Estratexia empresarial, organización del mercado e rivalidade inter-empresarial.

Infraestructuras e accesibilidade	Recursos humanos	Entorno productivo
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Infraestructura básica: terrestre, ferroviaria, marítima, aérea, cuestións relacionadas coa propiedade.</li> <li>- Infraestructura tecnolóxica: TIC, Internet, telecomunicacións.</li> <li>- Infraestructura do coñecemento: facilidades educativas.</li> <li>- Calidade do lugar: fogares, entorno natural, oferta cultural, seguridade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Tendencias demográficas: emigración de traballadores cualificados, diversidade.</li> <li>- Mano de obra altamente cualificada: formación, coñecemento especializado e continuo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cultura empresarial: ausencia de atrancos, existencia de cultura do risco.</li> <li>- Internacionalización: taxas de exportacións sobre vendas globais, cultura de negocios, natureza dos investimentos extranxeiros</li> <li>- Innovación: patentes, niveis de I+D+i, institutos de investigación, e universidades, relación entre empresas e I+D+i</li> <li>- Gobernanza e capacidade institucional.</li> <li>- Disponibilidade de capital.</li> <li>- Especialización.</li> <li>- Natureza da competitividade.</li> </ul>

- 9.8. Polo tanto, os factores clave para determinar a competitividade poden agruparse en tres apartados: a) infraestruturas e accesibilidade; b) recursos humanos; e c) entorno productivo, expresado no quadro seguinte:
- 9.9. Con este esquema, podemos identificar as estratexias das empresas gallegas en tres grupos: a) Empresas de tamaño medio e reducido que manteñen estreitas relacións na produción, e con estruturas empresariales interdependentes; b) Redes de empresas ligadas a actividades de comercialización e pouco interdependentes; e c) Formas de cooperación entre empresas, con vantaxes comparativas no seu territorio e sen estruturas reticulares o de interrelación.
10. A análise das dinâmicas empresariais e territoriais nas áreas de entorno das cidades nortenhas permite identificar un conxunto de tipologías, cujas situacións estruturais de base requirem políticas de desenvolvemento territorial diferenciadas:
- 10.1. Dinâmicas de carácter metropolitano no Porto, em Vila Nova de Gaia e Braga, as dúas últimas com largo potencial de oferta de solo infra-estruturado e melloras consideráveis, no plano recente, das condicións infra-estruturais e lóxicas de accesibilidade, a que acresce uma vocação terciária também reforçada no plano recente.
- 10.2. A dinâmica de Guimarães que, embora partilhando a inserção numa aglomeração metropolitana em estruturação e a inserção de uma Universidade pujante na sua afirmação recente, é penalizada por um modelo de crescimento ainda fortemente extensivo, cuja destruição de emprego tem vindo a intensifi-

car-se nos últimos anos, na sequência do irreversível processo simultâneo de qualificação da indústria têxtil e correspondente processo de destruição de postos de trabalho.

- 10.3. A dinâmica de Viana do Castelo que assume alguma particularidade de forte proximidade e integração na região urbana em formação do litoral norte, embora a sua área de entorno natural, o Minho-Lima, não partilhe as mesmas condições de cultura de empreendimento empresarial dos territórios de inserção dos principais clusters de especialização tradicional da região; dotada de condições ambientais e naturais que podem assegurar-lhe uma efectiva excelência ambiental, a cidade de Viana do Castelo e a sua área de entorno buscam ainda uma base produtiva que seja capaz de valorizar essa excelência ambiental, não a delapidando com modelos produtivos depredadores desses recursos.
- 10.4. As dinâmicas das cidades interiores de Vila Real, de Chaves, Régua e Bragança, que buscam ainda a consolidação de uma base produtiva que responda positivamente à crise do sector agro-florestal das áreas de entorno natural e o conseqüente despovoamento; nestas cidades, onde é necessário destacar a relevância que a economia do vinho e do aproveitamento de recursos com denominação e certificação de qualidade tenderá a assumir no futuro, há que referir que existem problemas de sustentabilidade produtiva dos níveis de consumo público observados, aos quais não é estranho o peso elevado do emprego público e o elevado teor redistributivo do consumo público que os Fundos Estruturais da União Europeia têm determinado.

11. O estudo baseado na análise cruzada da evolução do desemprego e do comportamento do índice de poder de compra per capita concelhio mostra que existem desvios consideráveis face à evolução da média do País, revelando dificuldades de geração de rendimento compatível com a dimensão demográfica associada. A evolução neste sentido do coração metropolitano da Região, com a manutenção de níveis anormalmente elevados da taxa de desemprego face à média nacional, mostra que o estatuto de superioridade metropolitana em alguns indicadores, como a estrutura de serviços e o capital humano, coexiste paradoxalmente com factores inibidores da evolução do produto per capita.
12. A dicotomia litoral-interior traduz-se aqui numa outra clivagem: necessidade de assegurar a sustentabilidade produtiva dos níveis de consumo público assegurados nas cidades interiores e, simultaneamente, combater os factores de estrangulamento estrutural que inibem uma evolução mais virtuosa do rendimento per capita nas cidades do litoral.
13. Encaradas nesta perspectiva, nas cidades nortenhas do Eixo Atlântico manifestam-se claramente os problemas de interrupção da convergência da produtividade com a média europeia observados nos últimos quatro anos. Acresce que começam a verificar-se em algumas delas os sinais do envelhecimento demográfico, numa economia como a portuguesa, na qual a sustentação do regime da segurança social não está ainda assegurada a médio prazo e onde existe o problema conhecido de não consolidação das contas públicas.

Neste contexto, todo o processo que contribua para a governança estratégica regional deste espaço será positivo, no sentido de contrariar a atomização que o individualismo empresarial tende esponta-

neamente a provocar. Esse é o campo de actuação do Eixo Atlântico e da cooperação entre as cidades nos temas da inovação e da competitividade.

14. A análise conjunta dos sistemas de inovação (I+D+I) da Euro-região e das cidades do Eixo Atlântico permitiu concluir que:

14.1. Embora não completamente similares do ponto de vista da sua configuração, os estudos realizados sobre o sistema de inovação galego e das cidades galegas do Eixo Atlântico em particular e sobre o sistema de inovação do Norte de Portugal permitem reunir algumas conclusões pertinentes para o conjunto do sistema das 18 cidades.

14.2. Os desafios e problemas que se colocam ao sistema de inovação da Euro-região como um todo e das regiões da Galiza e do Norte individualmente consideradas têm como pano de fundo comum o quadro do alargamento da União Europeia. O impacto deste processo sobre as disparidades inter-regionais é, por demais evidente, e é convenientemente salientado no 3º Relatório para a Coesão Económica e Social. No entanto, é sobre os objectivos da estratégia de Lisboa que o impacto é mais significativo. Na verdade, a taxa média de emprego reduz-se em 1,5 pontos percentuais e os indicadores de investimento em actividades de I&D reduzem-se de forma muito significativa. Tais impactos não devem fazer esquecer que está em formação no leste da Europa uma nova área de dinamismo, à medida que o processo de convergência se intensificar nesses países. Tal dinâmica constitui simultaneamente uma ameaça e uma oportunidade.

- 14.3. A evolução mais recente confirma a liderança da Dinamarca, Alemanha e Bélgica, com níveis de performance superiores à média dos 25. Espanha e Portugal partilham com a grande maioria dos novos membros da UE o ritmo de convergência, já que os países melhor instalados em termos tecnológicos têm perdido ritmo de evolução. Áustria, Itália e República Checa têm escapado negativamente à tendência de convergência.
- 14.4. As regiões da Galiza e do Norte de Portugal partilham uma situação de débil posicionamento em termos de indústria transformadora com níveis tecnológicos médios e médios-altos. As duas regiões partilham ainda uma característica estrutural de dualidade. A emergência de empresas com índice tecnológico mais elevado reflecte-se apenas nas margens superiores das respectivas distribuições, não logrando alterar a inércia que resulta de um peso muito forte de empresas com baixo índice tecnológico. Esta situação de debilidade estrutural é agravada no capítulo dos serviços intensivos em conhecimento, sobretudo no caso da Galiza, a qual apresentava, em 200, a pior posição em termos de percentagem de emprego em serviços conhecimento-intensivos. A posição de segunda região no plano nacional de Portugal favorece a sua posição relativa no contexto da Euro-região. No entanto, não pode ignorar-se que entre a primeira região portuguesa neste domínio (a aglomeração de Lisboa) e a primeira e segunda região espanhola existe um fosso ainda considerável neste tipo de serviços.
- 14.5. Quer isto significar que a Euro-região tem de reforçar consideravelmente a sua capacidade de criação de actividades com

índices tecnológicos mais elevados e maior atracção de serviços intensivos em conhecimento como condição indispensável para melhor resistir às ameaças decorrentes da deslocalização e atracção de investimento estrangeiro que a dinâmica asiática está presentemente a representar.

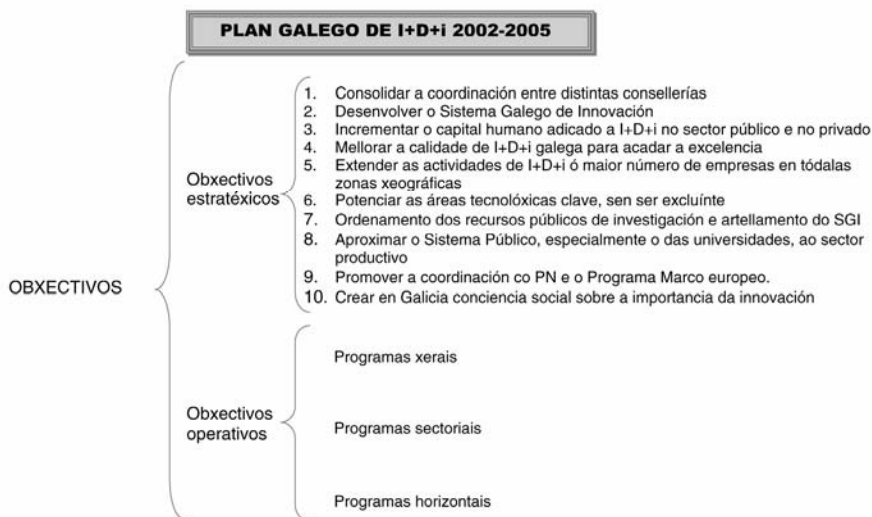
- 14.6. O sistema de inovação da Euro-região é ainda fortemente penalizado pela debilidade do potencial de capital humano existente entre as duas regiões, neste caso com prejuízo para o Norte de Portugal, no qual os índices de literacia e de qualificação da população activa empregada e desempregada evoluem muito lentamente e com forte inércia face à melhoria considerável entretanto observada nas taxas de escolarização secundária e superior. Neste aspecto, é fundamental destacar a significativa e positiva evolução observada nas taxas de participação feminina na melhoria dos níveis de escolarização de jovens, ainda sem uma consequência directa no reequilíbrio das remunerações salariais e com níveis de “pay gap” ainda elevados para as mulheres portuguesas com presença no mercado de trabalho.
- 14.7. O potencial de inovação das cidades do Eixo Atlântico, embora favorecido pelo facto de concentrarem a mais importante massa crítica de recursos humanos e tecnológicos existentes na Euro-região, é fortemente penalizado pelos desequilíbrios estruturais existentes entre os sistemas nacionais de inovação de Espanha e Portugal. Para além disso, na Galiza está em estruturação um sistema regional de inovação, ao passo que no Norte de Portugal a total ausência de governança estratégica regional em matéria de inovação tem contribuído para um deficiente aproveitamento do potencial existente em algumas

áreas de conhecimento (I&D e formação de capital humano), principalmente das ciências da saúde e das tecnologias de informação e comunicação.

- 14.8. O desequilíbrio estrutural mencionado deve-se sobretudo ao facto de em Portugal as actividades de I&D serem fundamentalmente executadas e financiadas por instituições públicas (laboratórios de Estado), majorado ainda pelo financiamento essencialmente público da I&D realizada em centros de recursos do ensino superior. O reduzido peso e dimensão da I&D executada e financiada pelas empresas distorce o sistema nacional, compromete a sua eficácia de produção de resultados (baixo nível de patentes por milhões de activos e habitantes) e penaliza o sistema em matéria de capacidade de resposta às oportunidades abertas pela política científica e tecnológica comunitária. Tal distorção minimiza ainda os efeitos positivos associados à forte evolução do sistema científico nacional.
- 14.9. Apesar destas distorções, é fundamental continuar a potenciar o aproveitamento na Euro-região das oportunidades que o próximo Programa Quadro de Investigação Científica da União Europeia abre em termos de alargamento da rede europeia de investigação, no qual as regiões têm um papel crucial a desempenhar do ponto de vista de aproximar os sistemas nacionais de inovação das necessidades empresariais e da competitividade de áreas industriais relevantes em termos de emprego industrial e de serviços intensivos em conhecimento e do reforço da coordenação de programas nacionais.



14.10. A Galiza partilha em grande medida o facto verificado em Portugal de baixa intensidade da I&D empresarial, para além de apresentar indicadores de despesa e actividade de I&D bastante baixos em relação à média das 17 Comunidades Autónomas. No entanto, há que ter em conta que a autonomia regional constitui um trunfo no sentido de assegurar níveis mais elevados de governança estratégica regional, o que tem sido extremamente difícil de conseguir na Região Norte de Portugal. A análise dos resultados do Plan Galego Investigación 1999-2001 permite concluir que a região galega tem de assumir um papel mais activo no projecto europeu de reforço do potencial de investimento no conhecimento e que as administrações regional, nacional e europeia têm de aumentar significativamente os níveis de coordenação e de partilha de prioridades. A concentração de fundos em acções prioritárias é fundamental para atingir uma optimização acrescida desses Fundos. O Plano Regional de I+D+I que a Galiza propõe para o período 2002-2005 deve constituir uma oportunidade de recentramento de prioridades para a convergência de Fundos regionais, nacionais e comunitários. Para além disso, o referido Plano deve também constituir uma oportunidade de definição de oportunidades de cooperação no seio da Euro-região e do Eixo Atlântico, dada a magnitude de fundos envolvidos.



Fonte: Elaboración propia. Grupo Jeann Monnet de Economía Industria. Universidade de A Coruña.  
Datos PG 2002-2005

14.11. A Região Norte, embora penalizada pela profunda distorção do sistema nacional de inovação, apresenta a potencialidade da sua estrutura de actividades e despesa bruta de I&D evoluir no sentido de conceder à percentagem de I&D empresarial uma quota cada vez mais elevada. A inexistência de laboratórios de Estado na Região, consumidores de recursos de financiamento de I&D, constitui uma potencialidade e não uma debilidade, dada a burocratização dessas instituições e o seu afastamento face às empresas e à sua envolvência. Para além disso, a Região tem na dinâmica de inter-faces, dinamizados a partir das Universidades do Porto e do Minho, principalmente, a sua principal força diferenciadora, tanto mais positiva quanto mais puder interligar-se com o aumento paulatino mas seguro da I&D

empresarial. A diversidade de inter-faces é porventura exagerada face à dimensão dos recursos disponíveis sendo, por isso, previsível um processo de racionalização no futuro determinado pelo ajustamento a novos modelos de financiamento.

14.12. As cidades de Vila Real e Bragança, pelo facto de acolherem, respectivamente, a UTAD e o IPB, ganham alguma expressão no sistema de inovação nas áreas interiores do Norte de Portugal do ponto de vista da sede de produção de conhecimento relevante para as necessidades de desenvolvimento e inovação da base produtiva das suas áreas de influência. A avaliação sumária do potencial existente sugere que:

- Na UTAD, a enologia, a epidemiovigilância e a questão ambiental podem configurar domínios de especialização com muito forte integração com as necessidades locais.
- No IPB, os domínios da certificação, qualificação e melhorias de controlo sanitário de produtos de denominação local podem configurar um excelente domínio de especialização.
- Existem margens de sobreposição em domínios respeitantes à floresta, à veterinária e à saúde e segurança alimentar que interessa concertar.

14.13. A existência de instituições de ensino superior, de investigação e de prestação de serviço à comunidade com evolu-

ção pujante nos tempos mais recentes nas cidades interiores do Norte de Portugal constitui uma excepção à regra fundamental do sistema urbano do Eixo Atlântico. Tal regra diz-nos que são as aglomerações metropolitanas principais das duas regiões (Porto, Braga-Guimarães, Santiago de Compostela, Corunha e Vigo que concentram os principais recursos do sistema de inovação da Euro-região, emergindo nessas concentrações a força recente das Universidades mais jovens. A dinâmica de criação de inter-faces alarga essa influência a outras cidades e as empresas implantadas nas suas áreas de influência são também as que podem contribuir para uma maior intensidade da I&D&I empresarial no referido sistema de inovação. Viana do Castelo constitui um caso mais problemático de cidade e área de influência sem Universidade, com Instituto Politécnico menos pujante em termos de actividades de I&D e de prestação de serviço à comunidade do que outras instituições politécnicas. A proximidade da Universidade do Minho penaliza a autonomia de acção do IPVC nesses domínios, embora tenda a consolidar-se a sua capacidade de formação de capital humano.

- 14.14. A inexistência de governança estratégica regional no Norte de Portugal penaliza o seu potencial de cooperação e a sua capacidade de captação de fundos europeus e nacionais. Foi identificada no estudo a necessidade de projectos estruturantes, designadamente com capital estrangeiro, susceptíveis de mobilizar e promover os dois principais centros de recursos da Região, o das Ciências da Saúde fortemente concentrado no Porto e com visibilidade internacional e o das TIC, mais repartido pelas aglomerações do Porto e de

Braga-Guimarães. É do mesmo modo necessário criar projectos estruturantes para mobilizar e dinamizar os centros de recursos em torno da enologia, sustentabilidade agrícola e ambiental e da valorização de recursos endógenos com denominação de origem.

- 14.15. O novo impulso de intervenção e estratégia que a Agência de Inovação tem desenvolvido numa lógica de aproximação efectiva às empresas e à lógica de inovação puxada pela procura constitui uma fonte de geração de parcerias no seio da Euro-região, representando um interlocutor credível de colaboração com os organismos regionais galegos.
15. Dada a importância que reveste a valorização do sistema de I+D+I no próximo período de programação 2007-2013, o estudo recomenda um conjunto de orientações prioritárias:
- 15.1. A concentração de recursos institucionais, técnicos e humanos que as Cidades do Eixo Atlântico representam na Euro-região pode e deve constituir um importante factor ao serviço da cooperação e criação de complementaridades entre as principais instituições e centros de recursos dos sistemas de inovação das duas regiões e da Euro-região no seu conjunto. A atomização de iniciativas e a inexistência de governança estratégica regional no Norte de Portugal em termos de inovação e política tecnológica exige alavancas de cooperação. O sistema urbano do Eixo Atlântico e a sua Associação constituem um fórum relevante de acolhimento e dinamização de iniciativas desse tipo, devendo corresponder-lhe uma dotação correspondente na vertente

de cooperação inter-regional do próximo período de programação 2007-2013.

- 15.2. O principal factor de progressão do sistema de inovação na Euro-região consistirá na concepção e promoção de programas e projectos com envolvimento acrescido das empresas, de modo a aumentar significativamente os níveis de I&D empresarial, em termos de execução e financiamento. O envolvimento e liderança empresarial de projectos de investigação devem constituir factores de preferência na atribuição de financiamentos e de definição de indicadores de eficácia e de resultados.
- 15.3. As instituições produtoras de conhecimento técnico relevante e de capital humano nas áreas com maior potencial de inserção em actividades de conteúdo tecnológico médio-alto e alto devem ser consideradas como parceiras preferenciais de novas áreas de cooperação a dinamizar pelo Eixo Atlântico.
- 15.4. É fundamental reforçar a coordenação de políticas entre administrações centrais, comunitárias e regionais no seio da Euro-região e o Eixo Atlântico deve promover a criação de grupos de trabalho com instituições de investigação e interface para definir objectivos de coordenação acrescida entre aquelas administrações no quadro de objectivos e programas concretos.
- 15.5. A convergência existente entre programas de disseminação e transferência de tecnologia como o DEMTEC e as OTRI em Espanha deve ser utilizada como factor preferencial e

prioritário de geração de projectos de cooperación envolvendo empresas e centros de investigación universitária e de inter-faces privados sem fins lucrativos, tendo em vista projectos comuns de transferência de tecnologia.

- 15.6. Propõe-se que o Eixo Atlântico dinamize a promoção e divulgação de projectos de consórcio entre empresas e instituições de oferta de I&D orientados para a valorização e ganhos de relevância a nível internacional em tecnologias específicas consideradas fundamentais para a afirmação competitiva de sectores industriais que correspondam a saberes-fazer internacionalmente reconhecidos (agro-alimentar, aquacultura, cortiça, mobiliário, vinho, por exemplo)
- 15.7. Propõe-se que o Eixo Atlântico dinamize projectos de cooperación sob a modalidade de consórcios de I&D entre empresas e instituições de inter-face no domínio das tecnologias transversais do ambiente e da sustentabilidade energética.
- 15.8. Propõe-se que o Eixo Atlântico dinamize projectos de cooperación no âmbito dos projectos municipais de Cidades digitais, tendo em vista a promoção de mercados locais para a afirmação de empresas de produção de software; a experiência em curso da Gaia digital pode constituir um referencial para essa actuação no seio do Eixo Atlântico.
- 15.9. Deve ser estimulada a participação do associativismo empresarial de base local em projectos de cooperación no seio do Eixo Atlântico no sentido de garantir uma maior proximidade ao envolvimento de PME em actividades de

inovação tecnológica e de acesso a serviços avançados neste domínio.

- 15.10. O projecto MINHO CAMPUS PARTY e a cooperação com a Corunha e Santiago de Compostela que a Universidade do Minho e a Associação Industrial de Minho têm vindo a desenvolver deve ser encarada como boa prática a difundir e generalizar a outras iniciativas de divulgação da cultura urbana digital.
16. O estudo das dinâmicas e estratégias turísticas nas cidades do Eixo Atlântico foi também realizado numa perspectiva de competitividade e de inovação e permite concluir que se trata de uma actividade em que inovação e recursos endógenos podem ser virtuosamente combinados. Para além disso, o estudo das dinâmicas turísticas evidencia que o conceito pertinente de inovação não é exclusivamente tecnológico, antes pelo contrário predominantemente organizacional e institucional. A melhoria das condições de organização da oferta, ganhando expressão, visibilidade e escala numa lógica de Euro-região como destino turístico e a melhoria acentuada dos níveis de qualificação e capital humano do sector evidenciam a relevância dos factores institucionais e organizacionais para a competitividade desta actividade.
17. Unha maioría de expertos coincide en que a recesión económica en Europa que se prolonga desde principios da década vai seguir afectando ao turismo en xeral e desde logo aos visitantes da eurorexión, aínda que neste caso cun impacto menor cá noutras áreas da península ibérica por razón do noso modelo de turismo, máis orientado aos segmentos de demanda interesados na natureza e a cultura.



18. Desde a perspectiva do propio sector, poden detectarse varios cambios positivos en canto á calidade da oferta (maior taxa de hoteis de superior categoría nas cidades con respecto a 1999), e tamén un notable incremento do turismo europeo (case un 22 % no mesmo peiodo). Igualmente hai un maior e mellor uso dos recursos, no que se refire á sostibilidade e sobre todo, á adecuación dos produtos elaborados con respecto ás novas tendencias da demanda.
19. Con todo, e aínda que en términos de competitividade o balance pode considerarse positivo, persisten moitos dos atrancos e debilidades da década pasada, como a elevada taxa de instalacións de aloxamento de baixa calidade ou a escasa cualificación do traballo e da xestión empresarial, problema este máis acusado na oferta galega que na portuguesa, a pesar de existir excelentes centros de formación turística nas súas diversas áreas de especialización.
20. Tamén no que se refire aos modelos turísticos, pode observarse un evidente potencial de recursos aínda sen utilizar tanto das mesmas cidades da eurorrexión, coma dos municipios veciños. Tendo en conta que o desenvolvemento do turismo como actividade transversal pode ter un efecto moi relevante na estruturación territorial, semella claro que non está sendo aproveitado tampouco este potencial, polo que o debate sobre o papel das cidades na nova configuración do territorio debería orientarse a deseñar modelos turísticos máis interrelacionados e estruturantes dentro das súas áreas de influencia.
21. Igualmente, semella manifesta unha notable descoordinación nas actuacións públicas e privadas para a promoción das ofertas turísticas nos mercados emisores. As informacións en internet son moitas veces confusas e presentan relevantes diverxencias nos datos, as

imaxes identificativas non aparecen enlazadas e desde logo non hai unha imaxe ou logotipo común de identidade para Galicia, nen para a Rexión Norte, nen moito menos para a eurorrexión, o que sería de singular interese para todo o sector. Isto significa unha forte ineficiencia dos recursos usados na promoción que poden estar a transmitir mensaxes confusas e desincentivar a elección do destino, o que ademais afecta ao conxunto do sector como externalidade negativa.

22. Desde o enfoque territorial, destaca a escasa -por non decir nula-, atención que o ordenamento territorial presta ás necesidades do desenvolvemento turístico, nos seus diferentes niveis administrativos e nas dúas rexións en estudio. Sen embargo, é evidente o comportamento transversal do sector turístico, tanto no que se refire ao seu papel dentro do sistema productivo, coma nos seus efectos sobre o uso do territorio, polo que é imprescindible un tratamento conxunto do territorio desde a perspectiva dos seus usos globais, para incrementar neste caso a competitividade do sector turístico e o uso socialmente racional dos recursos baixo a filosofía do desenvolvemento sostible.
23. En resumo, as fortalezas son importantes pero para o seu aproveitamento coa maior eficiencia sería preciso levar a cabo algunhas melloras que afectarían especialmente:
  - á coordinación das iniciativas públicas e privadas (tanto para cada cidade, como para o conxunto da eurorrexión)
  - á incorporación dos recursos dos pequenos municipios en torno ás cidades, o que implicaría unha importante sinerxia de vecindade;

- a unha definición inequívoca do modelo turístico da eurorexión con respecto aos mercados emisores, unido a unha imaxe identificativa común;
- á ordenación do territorio desde a consideración do comportamento transversal das actividades turísticas.

En consecuencia o balance DAFO do sector turístico torna claro:

<b>Contexto exterior</b>	
<b>Amenazas</b>	<b>Oportunidades</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Problemas económicos en Europa.</li> <li>- Turoperadores orientados a mercados rentables.</li> <li>- Concurrencia ofertas de países do Leste europeo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Valor social do patrimonio natural e histórico.</li> <li>- Importante atracción do carácter transfronterizo para o turismo europeo.</li> </ul>
<b>Contexto interno</b>	
<b>Debilidades</b>	<b>Fortalezas</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Descoordinación e fragmentación das iniciativas públicas e privadas.</li> <li>- Escaso aproveitamento de sinergias.</li> <li>- Modelo turístico non definido na eurorexión.</li> <li>- Moitos recursos infrautilizados en torno ás cidades.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Patrimonio e recursos ben conservados en dous eixos turísticos ben definidos.</li> <li>- Evidente, aínda que irregular, mellora da competitividade nos últimos anos.</li> <li>- Centros de formación turística media e superior de notable calidade.</li> <li>- Singular potencial para a elaboración de redes temáticas.</li> </ul>

**24. Dez propostas de actuación por orde de influencia no conxunto do sector turístico:**

- 24.1. Crear unha imaxe identificativa da eurrerrexión.
- 24.2. Identificar igualmente os dous modelos turísticos principais das cidades.
- 24.3. Crear unha comisión específica de coordinación turística dentro da Comundiade de Traballo e deseñar un plan de promoción institucional conxunto.
- 24.4. Crear unha Axencia de Calidade con competencias executivas.
- 24.5. Poñer en marcha un plan de formación específico por áreas de produto.
- 24.6. Impulsar a integración horizontal e as redes de empresas.
- 24.7. Potenciar a interrelación do turismo cos sistemas productivos locais.
- 24.8. Fomentar a elaboración de Redes Temáticas nos dous eixos turísticos.
- 24.9. Crear unha rede de Centros de Interpretación territorial.
- 24.10. Apoiar o incremento do uso das TIC con axudas financeiras.

25. O Livro III procedeu ainda ao estudo das implicações sobre o sistema urbano do Eixo Atlântico das dinâmicas observadas no sector agro-florestal, embora essencialmente centrado na realidade portuguesa e nas áreas de entorno dessas cidades e, nessa medida, com as limitações de não ser totalmente generalizável para o conjunto das 18 cidades.
26. O sector agro-florestal enfrenta desafios sérios em termos de evolução da procura interna:
- 26.1. A evolução da produção agrícola portuguesa continua ainda fundamentalmente dependente da evolução da procura interna.
  - 26.2. Esta procura vai crescendo cada vez menos em resultado da quase estagnação do crescimento demográfico e da diminuição da elasticidade-rendimento da procura alimentar.
  - 26.3. Estas tendências não se deverão inverter no horizonte em análise e, bem pelo contrário, deverão acentuar-se.
  - 26.4. Poderão fugir a estas tendências alguns nichos do mercado interno correspondentes a “produtos de qualidade” e outros com elasticidades-rendimento superiores a 1, como, por exemplo, alguns produtos hortícolas e frutícolas, alguns produtos animais (transformados do leite, carnes de suínos e de aves), produtos da agricultura biológica e produtos “tradicionais”.
  - 26.5. Para além do aproveitamento destes nichos na procura alimentar interna para uma “estratégia de qualidade”, crescimentos futuros significativos na nossa produção agro-

florestal poderão provir: i) do aumento das produções silvo-cinegéticas por ocupação dos solos menos vocacionados para a produção alimentar; ii) do aumento das exportações em valor quer em produtos onde o país tem revelado vantagens comparadas que deve procurar manter (alguns vinhos, produtos do sector florestal), quer noutros onde possa vir a construir tais vantagens, nomeadamente em resultado da "estratégia de qualidade" atrás referida; iii) da expansão de culturas industriais quer das já existentes, quer de novas culturas, nomeadamente algumas que possam ser escoadas para nichos competitivos da indústria portuguesa.

27. Os desafios estratégicos que se colocam ao sector agrícola das áreas interiores (relevância particular para as cidades interiores) podem sintetizar-se do modo seguinte:
  - 27.1. Conceber e realizar com eficácia programas de desenvolvimento integrado que cubram as zonas vocacionadas para esta actividade, contrariando assim com sucesso as tendências para a sua desvitalização demográfica.
  - 27.2. Criação e robustecimento das organizações de produtores.
  - 27.3. Aproveitamento da margem de manobra nacional existente em matéria de ajudas à pecuária extensiva e à silvicultura de modo a não causar distorções que conduzam à destruição de uma actividade pela outra, mas antes à sua complementaridade harmoniosa.

- 27.4. Desenvolvimento de uma política adaptada às especificidades da agricultura de montanha com base nos instrumentos referidos na análise atrás desenvolvida.
28. Os desafios estratégicos que se colocam ao sector silvícola e florestal são:
- 28.1. Reforçar as organizações associativas de proprietários florestais já existentes e fomentar a criação doutras nas zonas onde ainda não existam.
  - 28.2. Accionar as instâncias de concertação inter-institucional previstas na Lei de Bases da Política Florestal, envolvendo os vários parceiros privados do sector e os vários órgãos da Administração Pública a ele ligados.
  - 28.3. Conseguir com esta concertação uma simplificação da regulamentação que incide sobre o sector, e a vontade política suficiente para pôr no terreno os meios necessários à realização do Plano de Desenvolvimento do sector já aprovado em Conselho de Ministros, introduzindo-lhe as componentes e as correcções de trajectória que a experiência e a discussão colectiva das partes envolvidas aconselharem.
  - 28.4. Avançar o mais depressa possível com a regulamentação do Fundo Florestal permanente, não só em termos da definição das acções por ele apoiadas, mas também e sobretudo das origens de recursos financeiros para o alimentar, cuidando para que estas sejam pouco vulneráveis a factores externos ao nosso país e à conjuntura política interna.

- 28.5. Reformar o perfil de formação dos engenheiros e outros técnicos florestais de modo a torná-los mais capazes de fomentar a organização associativa dos proprietários privados e mais capazes de prestarem serviços adequados às características destes.
29. As cidades do Eixo Atlântico devem exercer um papel activo na geração de factores motores e alimentadores do crescimento agrícola, sobretudo na perspectiva de criação de meios inovadores favoráveis ao desenvolvimento do sector agro-florestal. A dinamização e acolhimento de serviços susceptíveis de responder aos desafios estratégicos mencionados e a fixação de recursos de conhecimento para a valorização do sector situam-se nesse plano. A garantia de condições de proximidade aos agricultores e às explorações requer que as cidades encontrem formas de complementaridade na atracção desses serviços.



## CAPÍTULO 4

### ESTADÍSTICAS E CARTOGRAFÍA TEMÁTICA DE GALIZA E NORTE DE PORTUGAL

*Esteban López Figueroa, Gonzalo Méndez Martínez, e Xosé M. Souto González,*  
coordinaron un equipo do que tamén formaban parte:

*Vanesa Regueiro Calvo, Priscila P. Paslawski, Raul Jorge Marques,*  
*José António Pacheco, Beatriz Herrero Albarrán,*  
*Iria Souto Salom e Josefina Saiz Alonso<sup>1</sup>*

A análise ambiental, económica, cultural e social dun territorio implica o estudo dunha enorme cantidade de estatísticas. A variedade e heteroxeneidade das mesmas implicou un enorme esforzo por sistematizar un conxunto de datos que fora operativo para o diagnóstico e a poste-

---

<sup>1</sup> Agradecemos a colaboración prestada no tratamento da información estatística e cartográfica para o Norte de Portugal ás xeógrafas Luísa Cavaco e Margarida Nicolau.

rior orientación de accións estratéxicas. A abundancia de datos na sociedade da información pode afogar os estudos nun mar sen fondo, sen estrutura. Por iso consideramos importante avaliar as estatísticas euro-rexionais que inciden no sistema urbano do Eixo Atlántico.

Igualmente consideramos oportuno elaborar un conxunto de mapas temáticos para facilitar a lectura e comprensión da realidade territorial do Eixo Atlántico. Os mapas son expresión dun proxecto xeográfico, cultural e social. Neste sentido os mapas pretenden mostrar cómo se organiza o territorio eurorrexional dende o sistema de cidades. Igual que no caso anterior, entendemos que este esforzo pode canalizarse a través dun anuario para o sistema de cidades do Eixo, que complemente o existente na escala dos NUTs III e que edita a Comunidade de Traballo Galiza-Norte de Portugal.

### **Introdución.**

Os estudos sobre a eurorrexión precisan da existencia dunhas estatísticas fiábeis que permitan unha axeitada comparación entre os diversos niveis territoriais e administrativos. A situación actual das estatísticas na eurorrexión dista moito de acadar ese obxectivo debido fundamentalmente a dúas causas: diferenzas na organización territorial e na organización administrativa e distintos centros de interese na captura de datos estatísticos.

Ademais, é preciso adaptar estes niveis administrativos e de organización da información estatística ao sistema normalizado establecido na Unión Europea. Con este fin Eurostat creou en 1988 a Nomenclatura das Unidades Territoriais Estatísticas (NUTS) co fin de proporcionar uniformidade no detalle das unidades territoriais na elaboración das estatísticas rexionais. Sen embargo, ata 2003 non houbo unha regula-

mentación destas por parte do Parlamento Europeo e do Consello. Trátase do Regulamento (CE) núm. 1059/2003 do Parlamento Europeo e do Consello, do 26 de maio de 2003, polo que se establece unha Nomenclatura común de Unidades Territoriais Estatísticas (NUTS) publicado no Diario Oficial núm. L154 do 26 de xuño de 2003. Neste regulamento mantéñense con pequenos cambios as NUTS de niveis 1 a 3 (Táboa 1) pero no ámbito local defínense dous niveis de Unidades Administrativas Locais (UAL). O nivel superior das UAL (nivel UAL 1, antigo nivel NUTS 4) existe só nalgúns países, entre eles Portugal. Tal nivel non existe en España. O segundo nivel UAL (nivel UAL 2, antigo nivel NUTS 5) consta de 98433 concellos (situación de 1991) ou unidades equivalentes nos 15 estados membros da Unión Europea. Co fin de dar homoxeneidade á estrutura deseñada, fíxanse uns límites de poboación para cada un dos niveis NUTS (Táboa 2.)

**Táboa 1.** Correspondencia entre niveis NUTS e unidades administrativas estatais.

	ES		PT	
NUTS 1	Agrupación de comunidades autónomas	7	Continente	3
NUTS 2	Comunidades e cidades autónomas	19	Comissões de coordenação regional + Regiões autónomas	5 + 2
NUTS 3	Provincias + Ceuta e Melilla	50 + 2	Grupos de Concelhos	30
LAU 1	-----	-----	Concelhos -Municipios	308
LAU 2	Municipios	8108	Freguesías	4257

Para o establecemento destes niveis e o axuste entre estados, acordáronse uns límites máximos e mínimos das rexións NUTS. Por baixo das NUTS 3 estarían os distritos e concellos ou municipios, denominados UAL, que non entran no ámbito de aplicación do regulamento, se ben a

comisión acordou igualmente a elaboración e publicación dun informe, pasados dous anos, sobre a conveniencia de incluír un cuarto nivel.

**Táboa 2.** Límites de poboación para establecer o tamaño medio das NUTS.

Nivel	Mínimo	Máximo
NUTS 1	3.000.000	7.000.000
NUTS 2	800.000	3.000.000
NUTS 3	150.000	800.000

**Táboa 3.** Correspondencia entre os distintos niveis estatísticos e a organización territorial na eurorrexión.

Nivel estatístico NUTS	España	Portugal
NUTS 1	Galicia + Asturias + Cantabria (ES1)	Continente (PT1)
NUTS 2	Galiza S11)	Região Norte (PT11)
NUTS 3	Provincia	Grupo de concellos (Distrito)
[Sen correspondencia]	Comarca, Área metropolitana, Mancomunidade	Grandes Áreas Metropolitanas (GAM), Comunidades Urbanas (ComUrb)
UAL I [ <i>antigo NUTS 4</i> ]		Concelho - Municipio
UAL II [ <i>antigo NUTS 5</i> ]	Concello / Municipio	Freguesía
	Parroquia	

NUTS = Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos.  
UAL = Unidades Administrativas Locais.

O feito de que Portugal inclúa os concellos no nivel UAL I (antigo NUTS 4) atopa a súa xustificación no considerabelmente maior tamaño superficial e demográfico destes fronte aos concellos galegos e españois ou, en xeral, ás unidades territoriais de tipo municipal dos diferentes

países membros da UE (Communes ou Gemeenten belgas, Kommuner danesas, Gemeinden alemás, Demoi ou Koinotites gregas, Municipios españois, Communes francesas, Counties ou County boroughs irlandeses, Comuni italianas, Communes luxemburguesas, Gemeenten dos Países Baixos, Gemeinden austríacas, Kunnat ou Kommuner finlandesas, Kommuner suecas e Wards do Reino Unido).

**Táboa 4.** Comparación entre as unidades estatísticas na eurrrexión.

	Sup.	Provincias e Distritos	Tamaño medio das Provincias e Distritos	Concellos	Tamaño medio dos Concellos	Parroquias	Tamaño medio das Parroquias
	km <sup>2</sup>	Nº	km <sup>2</sup>	Nº	km <sup>2</sup>	Nº	km <sup>2</sup>
<b>GALIZA</b>	29575	4	7393,75	315	93,89	3787	7,81
<b>REGIÃO NORTE</b>	21278	8	2659,75	84	253,31	2024	10,51

Nas táboas 4 e 5 pódese comparar a poboación das rexións normativas e analíticas da eurrrexión cos valores límites establecidos na táboa 2. Así mesmo, a táboa 5 mostra claramente as diferenzas entre os niveis administrativos de Galiza e o Norte de Portugal.

Táboa 5. Superficie e poboación nos ámbitos administrativos da eurrrexión.

Ámbito	Superficie / Área Total	Concellos / Concelhos	Parroquias / Freguesias	Poboación de Dereito (2001) / Populación Residente (2001)	Densidade de Poboación / Densidade Populacional
	km <sup>2</sup>	Nº	Nº	Hab.	hab/km <sup>2</sup>
A Coruña	7 951	94	931	1 096 027	137.85
Lugo	9 856	67	1 271	357 468	36.27
Ourense	7 273	92	919	338 446	46.53
Pontevedra	4 495	62	666	903 759	201.06
<b>GALIZA</b>	<b>29 575</b>	<b>315</b>	<b>3 787</b>	<b>2 695 880</b>	<b>91.15</b>
España	505 990	8 096	-----	40 847 371	80.73
Alto Trás-os-Montes	8 170	14	395	219 744	26.90
Ave	1 238	6	240	506 454	409.09
Cávado	1 243	6	265	391 010	314.57
Douro	4 112	19	301	218 343	53.10
Entre Douro e Vouga	859	5	80	274 943	320.07
Grande Porto	817	9	130	1 252 842	1 533.47
Minho-Lima	2 210	10	290	247 052	111.79
Tâmega	2 629	15	323	547 425	208.23
<b>REGIÃO NORTE</b>	<b>21 278</b>	<b>84</b>	<b>2 024</b>	<b>3 657 813</b>	<b>171.91</b>
Portugal	91 906	305	4 221	10 356 117	112.68
<b>Eurrrexión</b>	<b>50 853</b>	<b>399</b>	<b>5811</b>	<b>6 353 693</b>	<b>124.94</b>

As tentativas por establecer unha plataforma estatística para a eurrrexión son escasas e practicamente se limitan ás realizadas pola Dirección Regional do Norte do INE e o Instituto Galego de Estatística, plasgadas no Anuário Galiza/Norte de Portugal e encamiñadas a “propiciar

*o acceso a um conjunto organizado de informação que permita um melhor conhecimento deste espaço fronteiriço em duas ópticas complementares: como espaço natural de aprofundamento das relações inter-regionais e como plataforma de internacionalização das dúas economias*". Ambas institucións propuxéranse en 1995, no seo do Grupo de Dinamización Económica da Comunidade de Traballo Galiza - Norte de Portugal, a implementación dun sistema de información estatística transfronteiriza que permitise a análise e a sistematización de información existente, así como a identificación de prioridades, en centro de información estatística, con vistas á construción dun sistema de indicadores para avaliar correctamente a interpenetración entre as economías das dúas rexións. Nese anuario non se superaba o nivel de desagregación territorial da información que supón a NUTS III (provincia e distrito). Non obstante, consideramos que para os nosos estudos apenas teñen interese as estatísticas que non acaden o nivel de desagregación dos concellos.

O problema da comparación entre os distintos niveis da organización territorial queda claramente reflectido a través dalgúns datos sobre as súas características básicas. Galiza ten unha extensión de 29575 km<sup>2</sup>, mentres que o Norte de Portugal ocupa unha superficie algo inferior, 21278 km<sup>2</sup>.

As NUTS III, en Galiza as provincias e en Portugal os distritos, teñen unha extensión media de 7394 e 2660 km<sup>2</sup> respectivamente, amosando un grande desequilibrio na súa superficie media, de signo inverso ao que presentan os concellos que son de 93,9 e 253,3 km<sup>2</sup>. Estas diferenzas e a organización administrativa subsecuente quedan evidenciadas en diversas partes do noso traballo. Así, por exemplo, a delimitación das áreas urbanas das cidades que constitúen o Eixo Atlántico do Noroeste Peninsular (táboa 6) implica a un maior número de concellos en Galiza que en Portugal e calquera outro tipo de organización, como a constituición dunha área metropolitana ou mancomunidade, leva consigo a

mesma situación. Soamente no ámbito parroquial ou de freguesía atopamos certo equilibrio no tamaño medio, sen esquecer as grandes disparidades que internamente atopamos nas súas dimensións, e as coñecidas diferenzas entre as parroquias litorais e as interiores. Do mesmo xeito, se poñemos en comparanza os diferentes niveis administrativos atendendo aos seus efectivos demográficos ou ás densidades demográficas derivadas, atopamos novas dificultades nas comparanzas, consecuencia neste caso da maior poboación existente no Norte de Portugal que supón algo máis do dobre da densidade existente en Galiza.

Taboa 6. Concellos que conforman as áreas urbanas no Eixo Atlántico.

Área urbana	Número de concellos	Poboación en 2001	Superficie da área (km <sup>2</sup> )
A Coruña - Ferrol	25	580 895	1388,0
Santiago de Compostela	10	158 871	1001,5
Vilagarcía de Arousa	6	64 826	156,9
Vigo - Pontevedra	36	707 011	2077,3
Ourense	12	141 889	671,3
Lugo	8	116 060	1424,8
Monforte de Lemos	6	34962	940,4
Vila Nova de Gaia, Porto (GAM do Porto)	9	1260680	814,8
Braga, Guimarães (GAM do Minho)	12	777575	2429,5
Viana do Castelo (ComUrb VALIMAR)	6	221038	1501,2
Chaves, Bragança (ComUrb Trás-Os-Montes)	16	236090	8710,3
Vila Real, Peso da Régua (ComUrb do Douro)	14	187454	3105,9

Por outra parte, detéctanse problemas derivados da casuística da ocupación e conseguinte dificultade de recollela no acopio estatístico. Así, de todos son coñecidos os casos de núcleos de poboación ou parroquias, coherentes e únicos de feito pero divididos administrativa e estatística-



mente entre dous concellos. É o caso do lugar de Fechos, na parroquia de San Pedro de Trasalba, dividido entre os concellos de Ourense e Amoeiro. Igualmente atopamos outras situacións complexas, como o caso de concellos que pertencen a máis dunha mancomunidade ou área urbana, como podemos ver no capítulo 4.

O resultado do equipo encargado das estatísticas para o *Segundo plano estratéxico do Eixo Atlántico* é un moi voluminoso conxunto de datos (máis de 700 táboas) de información diversa. Entre elas destacan, segundo era de prever, os datos referentes á poboación, pero non hai grande grupo temático previsto que escape á recolleita de datos estatísticos.

Consecuentemente, á vista do estado descrito nos parágrafos precedentes, resulta fundamental para o futuro dispor dun sistema estatístico eurorrexional, centrado nos concellos que conforman o Eixo Atlántico e limítrofes, como apoio ao deseño das actuacións e programas. Entre os produtos dende sistema de información, presentan especial interese:

- Un anuario estatístico e cartográfico de periodicidade anual, destinado a empresarios, concellos, universidades, etc., que recolla a información dos citados concellos, por canto son o motor da eurorrexión.
- Un atlas da eurorrexión e cidades que forman o Eixo Atlántico do Noroeste Peninsular, tanto con carácter divulgativo xeral como con carácter formativo en ensinanzas medias.

As novas tecnoloxías permiten a optimización dos recursos informativos destinados á mellora da xestión co emprego da información que se xere. Do mesmo xeito que se aplicou no desenvolvemento do proxecto do *Segundo plano estratéxico do Eixo Atlántico*, preséntase a necesidade de realizar o tratamento da información con vistas á súa incorporación a un sistema de información e a súa posíbel xeorreferenciación como paso

previo á incorporación a un sistema de información xeográfica. Tales traballos darían como resultado bases de datos (mesmo de grande tamaño) heteroxéneas e potencialmente xorreferenciadas, que deben permitir a interactuación flexíbel entre o usuario e o sistema, contribuíndo así na xeración de información para a xestión de diversas actividades e para a toma de decisións.

A base estatística obtida para o *Segundo plano estratéxico do Eixo Atlántico* foi organizada segundo os principais temas de utilidade para as investigación desenvolvidas en dez grandes áreas temáticas (Táboa 7), se ben como se ten apuntado anteriormente a cantidade de información reunida en cada apartado varia sensibelmente.

Táboa 7. Base estatística do Segundo plano estratéxico do Eixo Atlántico.

- |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ol style="list-style-type: none"><li>1. Medio Físico.</li><li>2. Demografía.</li><li>3. Urbanismo.</li><li>4. Infraestruturas e servizos de Transportes.</li><li>5. Medio natural.</li><li>6. Economía.</li><li>7. Servizos á comunidade.</li><li>8. Cultura.</li><li>9. Organización municipal, servizos administrativos, institucionais e participación cidadá.</li><li>10. Ocio e turismo.</li></ol> |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Para finalizar este apartado do capítulo 4, inserimos unha pequena escolma de táboas procedentes da base estatística que conta cun total superior ás seiscentas táboas elaboradas para o total da eurorrexión,

aínda que aquí só se amosen os datos dos dezaioito concellos que conforman o Eixo Atlántico.

#### *4.1. Táboas e cadros estatísticos básicos.*

A continuación presentamos un conxunto significativo de táboas e cadros estatísticos que nos permitiron facer o diagnóstico territorial e que constitúen o alicerce dun anuario estatístico e cartográfico temático que facilite a consulta periódica por parte dos técnicos, políticos, empresarios, cidadáns en xeral, que teñan interese en coñecer o presente e as perspectivas de futuro das cidades e municipios que lideran a euro-rrexión.

Táboa I. Poboación, superficie e densidade dos concellos.

CONCELLO	Superficie (km <sup>2</sup> )	Superficie (%)	Poboación residente	Poboación residente (%)	Densidade poboación (hab/km <sup>2</sup> )
Braga	183,2	4,15	163784	7,66	896,24
Bragança	1173,6	26,56	34412	1,62	29,61
Chaves	591,3	13,38	43270	2,04	73,85
Guimarães	241,7	5,47	158572	7,44	660,22
Peso da Régua	96,4	2,18	18475	0,88	195,35
Porto	41,5	0,94	258134	12,27	6340,51
Viana do Castelo	318,6	7,21	87875	4,13	278,19
Vila Nova de Gaia	168,7	3,82	288058	13,47	1711,61
Vila Real	377,1	8,53	49589	2,33	132,48
A Coruña	37,6	0,85	242458	11,31	6448,35
Ferrol	82,6	1,87	79520	3,71	962,71
Lugo	329,8	7,46	89509	4,17	271,40
Monforte de Lemos	199,5	4,52	19817	0,92	99,33
Ourense	84,5	1,91	109011	5,08	1290,07
Pontevedra	118,3	2,68	76798	3,58	649,18
Santiago de Compostela	220,6	4,99	93273	4,35	422,82
Vigo	109,1	2,47	288324	13,45	2642,75
Vilagarcía de Arousa	44,2	1,00	33907	1,58	767,13
<b>Total</b>	<b>4418,3</b>	<b>100,00</b>	<b>2144102</b>	<b>100,00</b>	<b>485,30</b>

Fontes: INE (2004). Retratos territoriais, <http://www.ine.pt>, IGE (2004). Fichas municipais, <http://www.ige.xunta.e>

Táboa 2. Evolución da poboación absoluta e relativa nos concellos no período 1991-2001.

CONCELLO	Área total km <sup>2</sup>	Poboación residente		Densidade de poboación (hab./km <sup>2</sup> )	Índice de variación en %
		1991	2001		
Braga	183,2	141256	163784	789	15%
Bragança	1173,6	33055	34750	29	4%
Chaves	591,3	40940	43270	68	5%
Guimarães	241,7	157589	158572	611	1%
Peso da Regua	96,4	21567	18475	229	-14%
Porto	41,5	302472	258134	7202	-15%
Viana do Castelo	318,6	83095	87875	263	5%
Vila Nova de Gaia	168,7	248565	288058	1488	15%
Vila Real	377,1	46300	49589	125	7%
A Coruña	37,6	246953	242458	6567,9	-1%
Ferrol	82,6	83045	79520	1005,4	-4%
Lugo	329,8	83242	89509	252,4	7%
Monforte de Lemos	199,5	20318	19817	101,8	-6%
Ourense	84,5	102758	109011	1216,1	6%
Pontevedra	118,3	71491	76798	604,4	7%
Santiago de Compostela	220,6	87807	93273	398,1	6%
Vigo	109,1	276109	288324	2530,8	4%
Vilagarcía de Arousa	44,2	32170	33907	741,6	5%
<b>Totais</b>	<b>4418,3</b>	<b>2078732</b>	<b>2144102</b>	<b>470,5</b>	<b>3%</b>

Fonte: Galiza: INE. Censos de poboación e vivendas 2001.

Táboa 3. Estructura biodemográfica (2001)

CONCELLO	Taxa Natalidade	Taxa Mortalidade	Taxa Crecemento natural	Menores 14 anos (%)	Entre 15 e 64 anos (%)	Máis de 65 anos (%)	Índice de envellecemento	Taxa de fecundidade
Braga	13,1	6,8	6,3	18,8	69,7	11,5	61,1	46,7
Bragança	8,7	11,5	-2,8	14,1	66,9	19,0	134,6	34,8
Chaves	7,5	11,2	-3,7	14,2	66,8	19,0	133,7	30,2
Guimarães	12,7	6,5	6,2	19,2	79,8	11,0	57,6	45,3
Peso da Régua	10,3	12,5	-2,2	16,7	69,8	13,5	80,6	37,7
Porto	9,3	12,4	-3,1	14,4	67,4	18,2	126,3	36,1
Viana do Castelo	9,9	8,7	1,2	15,9	69,2	15,9	100,0	36,8
Vila Nova de Gaia	11,7	7,5	4,2	17,0	69,6	13,4	79,1	44,4
Vila Real	11,3	9	1,8	16,6	68,7	14,7	88,9	42,3
A Coruña	7,2	9,1	-1,9	10,7	65,3	24,0	115,5	27,2
Ferrol	6,45	10,84	-4,4	11,6	67,2	21,2	124,7	25,9
Lugo	7,8	9,8	-2,0	11,5	69,5	19,0	97,3	29,0
Monforte de Lemos	6,2	13,7	-7,5	13,8	57,8	28,4	170,3	27,5
Ourense	6,7	9,5	-2,8	13,7	67,0	19,3	95,9	25,0
Pontevedra	8,9	8,1	0,8	14,9	69,5	15,6	73,1	33,3
Santiago de Compostela	7,5	8,1	-0,6	13,3	70,5	16,2	82,4	26,3
Vigo	8,5	8	0,5	13,9	70,4	15,7	79,1	30,7
Vilagarcía de Arousa	7,9	8,5	-0,6	14,4	68,9	16,7	80,3	29,3

Fontes: IGE. Padrón Municipal 2001, www.ine.pt

Táboa 4. Poboación activa e parada por concellos en 2001.

CONCELLO	Poboación activa (%)			Poboación parada (%)			
	Total	Homes	Mulleres	Total	Homes	Mulleres	Menores de 25
Braga	51,9	56,8	47,4	6,9	5,6	8,4	5,2
Bragança	42,0	48,5	35,9	6,8	4,7	9,4	4,7
Chaves	39,8	48,9	31,3	10,3	6,6	15,7	7,3
Guimarães	53,8	57,9	49,8	5,3	4,9	5,7	4,1
Peso da Régua	42,3	52,2	33,2	7,0	4,5	10,6	4,3
Porto	48,1	53,3	43,8	10,2	10,1	10,3	7,7
Viana do Castelo	46,2	53,3	39,9	7,1	5,2	9,3	5,2
Vila Nova de Gaia	52,8	58,9	47,1	8,1	6,5	9,9	6,2
Vila Real	44,5	51,6	38,0	7,8	5,7	10,6	5,6
A Coruña	53,4	62,8	45,4	13,9	11,5	16,8	29,0
Ferrol	46,7	57,6	37,4	17,6	13,1	23,5	34,9
Lugo	54,2	63,5	46,2	12,4	10,0	15,2	28,6
Monforte de Lemos	44,7	54,9	35,8	13,4	10,1	17,8	24,7
Ourense	52,1	60,9	44,7	12,9	10,1	16,2	26,3
Pontevedra	54,0	66,1	43,5	12,2	9,1	16,4	24,6
Santiago de Compostela	56,1	65,8	47,8	12,2	9,9	14,9	24,9
Vigo	55,3	66,4	45,5	14,7	11,4	18,8	27,8
Vilagarcía de Arousa	53,4	65,3	42,6	15,9	12,1	21,3	28,3

Fontes: IGE, INE Portugal.

Táboa 5. Poboación por sectores de actividade.

CONCELLO	Sector primario (%)	Sector secundario (Industria e construción) (%)	Sector terciario (%)
Braga	0,2	54,7	45,0
Bragança	0,4	32,1	67,4
Chaves	0,3	37,4	62,1
Guimarães	0,4	78,0	21,5
Peso da Régua	8,9	26,5	64,4
Porto	0,1	21,6	78,2
Viana do Castelo	0,9	62,9	36,2
Vila Nova de Gaia	0,1	57,9	41,9
Vila Real	1,0	38,0	60,8
A Coruña	1,7	23,0	77,4
Ferrol	2,5	27,4	69,9
Lugo	4,5	18,9	76,5
Monforte de Lemos	6,1	24,7	69,0
Ourense	1,2	23,9	74,8
Pontevedra	2,7	23,3	73,7
Santiago de Compostela	2,2	19,0	78,6
Vigo	2,0	30,5	67,3
Vilagarcía de Arousa	5,8	33,1	60,9
Total Galiza	12,9	32,8	54,3
Total Norte de Portugal	11,4	43,3	45,3

Fontes: INE e IGE. Padrón 2001.



Táboa 6. Vivendas segundo o tipo, 2001.

CONCELLO	Número de vivendas	Vivendas principais (%)	Vivendas secundarias (%)	Vivendas baleiras (%)
A Coruña	114817	75,4	8,1	13,2
Ferrol	38566	74,0	6,9	18,1
Lugo	49871	62,5	8,1	25,9
Monforte de Lemos	11396	63,1	15,7	19,6
Ourense	56455	67,5	14,9	16,9
Pontevedra	32495	72,9	8,9	17,7
Santiago de Compostela	44919	64,2	20,2	13,0
Vigo	121401	77,9	8,2	12,9
Vilagarcía de Arousa	15187	72,3	11,9	14,7
Braga	70035	71,8	13,8	14,5
Bragança	21606	58,0	30,9	11,1
Chaves	25067	61,6	29,3	9,1
Guimarães	57690	82,4	8,7	9,0
Peso da Régua	8234	73,7	21,0	5,3
Porto	124494	77,0	7,8	15,1
Viana do Castelo	42188	65,8	24,3	9,9
Vila Nova de Gaia	122831	79,1	8,2	12,7
Vila Real	25383	65,2	23,8	11,0

Fonte: Anuario Social de España 2004. La Caixa. INE, Recenseamento Geral da Populación e Habitación - 2001 (Resultados Definitivos).

Táboa 7. Evolución das vivendas, 1991-2001.

CONCELLO	Total 1991	Ocupadas en 1991 (%)	Baleiras en 1991 (%)	Total 2001	Ocupadas en 2001 (%)	Baleiras en 2001 (%)	Total. Diferencia de valor absoluto. 2001-1991	Ocupadas. Diferencia de porcentaxe. 2001-1991	Baleiras. Diferencia de porcentaxe. 2001-1991
A Coruña	94710	87,2	12,8	114817	86,8	13,2	20107	-0,4	0,4
Ferrol	35102	81,8	18,2	38566	81,9	18,1	3464	0,1	-0,1
Lugo	37793	81,7	18,3	49871	74,1	25,9	12078	-7,6	7,6
Monforte	9330	78,0	22,0	11396	80,4	19,6	2066	2,4	-2,4
Ourense	47493	80,2	19,8	56455	83,1	16,9	8962	2,9	-2,9
Pontevedra	26349	89,2	10,8	32495	82,3	17,7	6146	-6,9	6,9
Santiago	38486	82,0	18,0	44919	87,0	13,0	6433	5,0	-5,0
Vigo	101212	87,9	12,1	121401	87,1	12,9	20189	-0,8	0,8
Vilagarcía	12680	81,0	19,0	15187	85,3	14,7	2507	4,3	-4,3
Braga	47728	88,7	11,3	70035	85,5	14,5	22307	-3,2	3,2
Bragança	15979	91,3	8,7	21606	88,9	11,1	5627	-2,4	2,4
Chaves	22371	82,0	18,0	25067	90,9	9,1	2696	8,9	-8,9
Guimarães	48112	92,0	8,0	57690	91,0	9,0	9578	-1,0	1,0
Peso da Régua	7874	90,7	9,3	8234	94,7	5,3	360	4,0	-4,0
Porto	112391	89,0	11,0	124494	84,9	15,1	12103	-4,2	4,2
Viana do Castelo	33491	89,5	10,5	42188	90,1	9,9	8697	0,6	-0,6
Vila Nova de Gaia	87728	88,6	11,4	122831	87,3	12,7	35103	-1,3	1,3
Vila Real	18902	91,3	8,7	25383	89,0	11,0	6481	-2,3	2,3

Fonte: Vivendas familiares segundo o seu destino, 1991 (Censos de Poboación e Vivendas 1991, IGE). INE, Recenseamento Geral da Poboación e Habitación 1991. Anuario Social de España 2004. La Caixa. INE, Recenseamento Geral da Poboación e Habitación - 2001 (Resultados Definitivos).

Táboa 8. Empresas en Galiza.

CONCELLO	Total empresas	Total empregados	Total facturación (en miles de ptas.)	Total facturación (€)	Total valor engadido (€)	Total capital social (€)
A Coruña	1527	37581	1055891847	6346037054	1563260264	933632693
Ferrol	221	3453	79257917	476349563	91201259	33560761
Lugo	613	9474	225462085	1355054128	292347235	128301889
Monforte de Lemos	70	569	19897150	119584248	16582102	6844122
Ourense	556	9521	207770488	1248725512	249491456	106260908
Pontevedra	437	10153	375793932	2258566802	363966044	97300665
Santiago de Compostela	615	12861	401950256	2415769376	439530575	322336606
Vigo	1929	53178	2012306453	12094204405	1943452835	736422336
Vilagarcía de Arousa	200	3109	96218637	578285558	97619532	26832999
Total Galiza	13000	275212	8429380749	50661592154	9869610019	4127649617

Fonte: ARDÁN, directorio de empresas, 2004. Consorcio Zona Franca de Vigo. Elaboración propia.

Táboa 9. Centros comerciais, a súa superficie e variación da mesma no período 1997 - 2002.

CONCELLO	Centros comerciais	Superficie m <sup>2</sup> centros comerciais	Variación superficie m <sup>2</sup> centros comerciais 97-02 (%)
A Coruña	4	71367	0,0
Ferrol	2	19543	-13,3
Lugo	2	12325	0,0
Monforte de Lemos	0	0	0,0
Ourense	2	22555	1350,5
Pontevedra	4	35232	95,2
Santiago de Compostela	1	30000	0,0
Vigo	5	52930	92,9
Vilagarcía de Arousa	1	12200	0,0

Fonte: Anuario Económico de España 2003. La Caixa.

Táboa 10. Analfabetismo e niveis educativos en 2001.

CONCELLO	Analfabetos (%)	Sen estudos (%)	Primeiro grao (%)	Segundo grao (%)	Terceiro grao (%)
A Coruña	5,1	8,8	19,4	49,6	17,2
Ferrol	5,0	10,1	24,7	46,7	13,6
Santiago de Compostela	5,8	11,7	21,8	40,6	20,0
Lugo	6,0	12,5	22,5	43,4	15,6
Monforte de Lemos	5,1	15,9	30,2	39,8	9,1
Ourense	5,5	13,4	24,3	42,3	14,5
Vigo	5,8	10,9	25,4	44,9	13,0
Pontevedra	6,4	10,4	24,3	43,8	15,2
Vilagarcía de Arousa	6,8	12,0	23,9	47,5	9,9
Viana do Castelo	7,5				10,8
Braga	5,8				14,4
Guimarães	7,4				6,2
Porto	4,8				22,1
V. N. Gaia	5,4				11,5
Peso da Regua	11,9				7,6
Vila Real	9,1				14,5
Chaves	12,5				10,1
Bragança	12,2				14,4

Fonte: IGE e INE.

Táboa 11. Analfabetismo e niveis educativos en 1991 (Norte de Portugal)

CONCELLO	Analfabetos	Sen estudos ou só ensino básico	Ensino preparatorio básico ou secundario unificado	Estudio secundario complementario	Ensino medio e superior	Taxa analfabetismo
Braga	12,8	40,4	26,9	4,0	5,4	6,9
Guimaraes	6,0	50,0	24,2	2,2	2,0	9,2
Porto	8,8	38,9	23,6	5,8	8,9	4,8
V. N. Gaia	11,6	45,6	25,2	3,8	4,1	6,4
Peso da Regua	17,1	49,8	20,3	2,5	2,6	12,7
Vila Real	15,1	43,4	23,2	3,7	4,4	11,2
Chaves	17,8	46,2	21,6	2,9	3,5	14,4
Bragança	18,2	42,1	21,2	3,3	4,7	15,3
Viana do Castelo	13,4	44,6	26,6	3,1	3,5	8,9

Fonte: INE.

Táboa 12. Estabelecimentos, quartos e capacidade de alojamento em 31.7.2001

CONCELHO	Total			Hotéis		
	Estabelecimentos	Quartos	Capacidade de alojamento	Estabelecimentos	Quartos	Capacidade de alojamento
Braga	20	785	1676	9	562	1168
Bragança	13	290	610	-	-	-
Chaves	15	570	1195	5	384	751
Guimarães	10	396	880	4	272	567
Peso da Régua	4	177	368	1	-	-
Porto	90	3735	7496	22	2292	4466
Viana do Castelo	15	555	1132	4	248	487
Vila Nova de Gaia	14	741	1644	5	523	1179
Vila Real	5	275	550	2	-	-

Fonte: INE, Estatísticas do Turismo.

Nota 1: Os dados apresentados abrangem apenas os estabelecimentos classificados na Direcção Geral do Turismo.

Nota 2: A informação deste quadro resulta do "Inquérito à capacidade de alojamento e pessoal ao serviço na hotelaria" (semestral), enquanto que nos quadros seguintes deriva do "Inquérito à permanência de hóspedes e outros dados na hotelaria" (mensal).

Nota 3: Os Outros Estabelecimentos Hoteleiros englobam os hotéis-apartamentos, os apartamentos turísticos, os aldeamentos turísticos, os moriéis, as pousadas e as estalagens.

#### *4.2. Cartografía temática.*

Igual que se realizou coas estatísticas básicas presentamos un compendio da cartografía temática que se elaborou no transcurso dos estudos do *Segundo plano estratéxico* e que poden constituír o cerne dun atlas temático, que sirva de consulta á cidadanía e tamén como material imprescindible para a presentación do Eixo Atlántico no exterior.

#### **PRIMEIRA PARTE: O MEDIO NATURAL NA EUORREXIÓN.**

##### **Mapa 1.** Espazos naturais da eurorrexión.

A variedade ambiental da eurorrexión é moi grande e ademais ten un recoñecemento por parte das estratexias de conservación europeas. No mapa preséntase a localización dos parques nacionais (Illas Atlánticas e Peneda-Gerês) que son áreas que conteñen un ou varios ecosistemas inalterados ou pouco alterados pola intervención humana, polo que necesitan ser preservadas legalmente. Igualmente se localizan os parques naturais, que son espazos cuns valores ecolóxicos, estéticos, educativos e científicos que necesitan da súa protección. Por último aparecen as paisaxes protexidas, que son paisaxes naturais, seminaturais e humanizadas, de interese rexional ou local.

##### **Mapa 2.** Zonas Ramsar do Eixo.

Os convenios internacionais teñen o seu reflexo no patrimonio natural do Eixo, como é o caso do relativo a humidaís de importancia internacional, especialmente como hábitat de especies acuáticas e lugar de paso de aves migratorias, coñecido como Convenio de Ramsar por facerse nesa cidade iraní no ano 1971.



### **Mapa 3.** ZEPAs do Eixo.

As zonas húmidas vanse complementar coa especial protección dos espazos con abundancia de aves, que son conceptualizadas como un recurso, polo que se establecen convenios internacionais para preservar a súa presenza planetaria. Estas zonas de protección de aves, así como outras especiais de conservación declaradas polos estados membros, constituirán a rede europea de lugares protexidos “Natura 2000”. A eurorrexión participa das características da rexión bioxeográfica eurosiberiana, así como tamén, na zona meridional, das características mediterráneas.

## **SEGUNDA PARTE: *A EURORREXIÓN NO ESPAZO ATLÁNTICO EUROPEO.***

### **Mapa 4.** Accesibilidade por ferrocarril.

Este mapa elaborado polos técnicos da Unión Europea mostra cómo a eurorrexión ten unha situación periférica na accesibilidade por ferrocarril aos grandes centros económicos do espazo europeo. Non só os proxectos de alta velocidade de longo percorrido, senón tamén os de proximidades e rexionais necesitan unha importante mellora no espazo noroeste peninsular, nun medio de transporte que está a ser privilexiado dende a Comisión Europea.

### **Mapa 5.** Emprego por sector de actividade económica.

A representación cartográfica dos tres sectores tradicionais de actividades económicas permiten avaliar a situación da eurorrexión en relación con resto de Europa. O sector primario (Agropecuaria e pesca) sobresaí no conxunto da Europa occidental, mostrando un perfil territorial rural. O sector secundario (Industria e construción) destaca no Norte de Portugal, en contraste con Galiza, mentres que o Terciario (Comercio e

servizos) mostra uns índices medios respecto a Europa, se ben son as cidades do Eixo as que dominan este sector no conxunto da euro-rrexión, como se referiu no Libro 1.

### **TERCEIRA PARTE: O SISTEMA DO EIXO ATLÁNTICO NA ADMINISTRACIÓN TERRITORIAL GALEGA E PORTUGUESA.**

#### **Mapa 6. As 18 cidades do Eixo.**

As dezaioito cidades que veñen constituír o Eixo Atlántico logo da ampliación de 1997 (O Eixo constituíuse no 1992) representan puntos de desenvolvemento territorial, que teñen o reto de dinamizar un contorno metropolitano ou rural. Existe unha gran coincidencia coa xerarquía de asentamentos concentrados; tan só no caso da área metropolitana de Porto atoparíamos máis cidades populosas que as do Eixo. Podemos apreciar o maior dinamismo do litoral e a ausencia de puntos na Mariña lucense e nos espazos máis orientais (vales do Sil e Alto Douro).

#### **Mapa 7. Os concellos da Eurorrexión e do Eixo.**

As cidades son conceptos xeográficos que se corresponden administrativamente cos concellos, consecuencia da organización municipal do primeiro terzo do século XIX, tanto en España como en Portugal. Pero no caso lusitano existen unhas entidades de ámbito inframunicipal (as freguesías) que teñen competencias, o que non sucede coas parroquias en Galiza. Esta escala inframunicipal é un factor relevante para constituír unha rede de gobernanza local, mentres que os pactos supramunicipais permiten o desenvolvemento de programas de ordenamento territorial integrais, necesarios para un crecemento policéntrico e sustentábel.

## **CUARTA PARTE: *A POBOACIÓN NA EURORREXIÓN E NO EIXO.***

### **Mapa 8.** Densidades en 2001.

O mapa das densidades municipais evidencia os desequilibrios entre o litoral e o interior, aínda que debemos saber que as comparacións están moi mediatizadas polo tamaño dos municipios, así A Coruña e Porto teñen moita densidade en gran medida por ser municipios de escaso tamaño superficial, mentres que Lugo ou Bragança teñen unha situación totalmente diferente. Igualmente podemos apreciar as “corredoi-ras” demográficas dende As Rías Baixas cara a Santiago de Compostela e dende o Atlántico cara aos vales do Ave e Cávado, mostrando un crecemento cara ao interior.

### **Mapa 9.** Poboación absoluta en 2001.

Este mapa, moi semellante ao anterior, mostra as concentracións de poboación na Eurorrexión. Esta vez o tamaño meirande dos municipios en Portugal que en Galiza favorecen a maior representación de concellos máis poboados no caso luso. Igualmente podemos apreciar como os concellos do Eixo destacan sobre os restantes da Eurorrexión.

### **Mapa 10.** Crecemento municipal 1991-2001.

Este mapa móstranos con claridade o proceso de periurbanización e metropolitanización que existe na Eurorrexión. Son os concellos próximos a Porto, Vigo ou A Coruña os que medran máis en proporción, como consecuencia do crecemento dos prezos da vivenda nas cidades e da procura de novos asentamentos lonxe da saturación urbana. Este proceso caso de non regularse dará lugar a un estrago dos recursos do solo para uso residencial, impedindo outros aproveitamentos. No

capítulo de Introducción e capítulo 1 argumentábase con máis datos sobre este proceso.

**QUINTA PARTE: AS INFRAESTRUTURAS DE TRANSPORTE NA EURORREXIÓN E NO SISTEMA DO EIXO ATLÁNTICO.**

**Mapa 11.** Relación das estradas no Eixo Atlántico.

Os investimentos en infraestruturas de transporte foi elevado nos últimos anos do século XX e isto aparece claramente reflectido na presenza dunha estrutura de estradas de alta capacidade que comunica as principais cidades do Eixo. Non obstante, o problema da mobilidade permanece, pois a elevada motorización da sociedade e o sobre uso do transporte privado satura estas vías de comunicación. O transporte público aparece como unha solución necesaria e imprescindible para poder levar adiante un modelo sustentábel nun sistema urbano policéntrico.

**Mapa 12.** Ferrocarril no Eixo Atlántico.

Nun sistema de asentamentos no que predomina o espallamento de aldeas e lugares resulta difícil organizar un sistema de proximidades a través de ferrocarril. Pero este medio de transporte aparece como o máis importante para a conexión interurbana do sistema de cidades do Eixo, aínda que cidades como Chaves ou Bragança perderon a súa conexión ferroviaria. A mellora do eixo litoral, así como as conexións polo eixo do Douro e a través das cidades interiores de Galiza parece un obxectivo fundamental tanto para viaxes de pasaxeiros como mercadorías. Igualmente a conexión coas áreas urbanas capitais de Portugal e España aparecen como obxectivos que cómpre mellorar.

## **SEXTA PARTE: AS DIFERENZAS LOCAIS NOS MUNICIPIOS DO EIXO ATLÁNTICO.**

### **Mapa 13.1.**

Crecedemento demográfico parroquial no concello da Coruña entre 1970 e 2001

O concello da Coruña perdeu a identidade local das freguesías, de tal xeito que é imposible reconstruír o crecedemento demográfico parroquial para este período. Na actualidade existen dez distritos, onde é posible recoñecer a cidade histórica nos dous primeiros, o polígono de Elviña no sete e A Grela-Bens no dez. É unha división que aínda non está asentada e non permite coñecer a evolución histórica da poboación por barrios, pero que permite albiscar unha diferenciación por barrios que é útil para o planeamento urbano.

### **Mapa 13.2.**

Crecedemento demográfico parroquial no concello de Ferrol entre 1970 e 2001.

O concello de Ferrol sufriu unha fonda perda demográfica como consecuencia da crise do sector marítimo-industrial. A perda de emprego nos estaleiros deu lugar a que a cidade xa non aparecese como un lugar atractivo para a poboación do contorno. Así podemos explicar o devecer da maioría das freguesías, agás Doniños, pola súa situación privilexiada sobre o golfo Ártabro. A creación da universidade xerou novas expectativas de crecedemento, que se poden reforzar caso de concluírse as obras do porto exterior.

Crecedemento demográfico parroquial no concello de Ourense entre 1970 e 2001.

Ourense é un municipio que se estendeu á conta doutro concello (Canedo) e mostra unha estrutura parroquial particular, pois o lugar de Fechos pertence á parroquia de Trasalba, que no seu conxunto ensaríllase en Amoeiro. O crecedemento parroquial está definido polas vías de comunicación, como se pode observar no caso de Arrabaldo (na estrada que comunica con Vigo). Estes exemplos mostran a necesidade de facer un estudo parroquial dos municipios en proceso de expansión e delimitar unha área periurbana, pois no caso de Ourense a súa expansión acadada a Barbadás, Coles ou Pereiro de Aguiar. Tal como sinalan as Directrices de ordenamento do territorio de Galiza será preciso ordenar o espazo dende unha escala supramunicipal.

### **Mapa 13.3.**

Crecedemento demográfico parroquial no concello de Lugo entre 1970 e 2001.

O crecedemento parroquial do municipio galego meirande en extensión é un magnífico exemplo de evolución centrípeta da poboación. A parroquia onde se sitúa a cidade é a que experimenta un maior crecedemento, seguida polas que se sitúan na súa proximidade, en especial as situadas sobre as principais vías de comunicación. Pola contra son as que se sitúan máis lonxe da capital as que teñen unha perda demográfica máis acusada, mostrando así un modelo demográfico característico do interior do sistema urbano do Eixo Atlántico.

#### **Mapa 13.4.**

Crecedemento demográfico parroquial no concello de Monforte de Lemos entre 1970 e 2001.

O modelo demográfico de Lugo repítese no caso de Monforte de Lemos. A cidade capital de Terra de Lemos concentra unha porcentaxe de poboación que representa máis de dúas terceiras partes do total municipal. Ademais a evolución demográfica parroquial é positiva, xunto á de Santa Mariña de Monte, lugar de expansión da cidade. Igual que sucedía con Lugo, este modelo de concentración demográfica debe potenciarse cunha política de equipamentos e infraestruturas que permita desenvolver centros urbanos interiores que desenvolvan un sistema urbano policéntrico.

#### **Mapa 13.5.**

Crecedemento demográfico parroquial no concello de Santiago de Compostela entre 1970 e 2001.

A decisión de converter a Santiago de Compostela en capital de Galiza significou unha transformación urbana significativa, así como no contorno comarcal. A cidade espállase a través de Laraño-Vilestro cara a Noia, pero tamén a través dos municipios próximos como Ames ou Brión, o que tamén sucede no espazo meridional a través do municipio de Teo. Deste xeito o ordenamento territorial de Compostela desbordou a escala municipal e implica unha análise da rexión urbana supra-municipal. O estudo parroquial, que conta cunha base asociativa potente, permitirá desenvolver medidas axeitadas de integración do medio rural máis inaccesíbel na trama urbana e no desenvolvemento económico e tecnolóxico.

Crecedemento demográfico parroquial no concello de Pontevedra entre 1970 e 2001.

A evolución demográfica do concello de Pontevedra mostra o dinamismo dos espazos litorais (Campañó, Alba) en contraste coas parroquias do interior (Bora, Xeve). Unha dinámica que está asociada directamente ao proceso de expansión urbanística determinada polo modelo inmobiliario que se xerou a partir dos anos setenta, imitando xeitos de construción alleos. Pero a ordenación deste espazo supón unha actuación na escala supramunicipal, pois a expansión occidental de Pontevedra continua cara a Poio e Sanxenxo, mentres que na zona meridional cara a Soutomaior e Redondela.

### **Mapa 13.6.**

Crecedemento demográfico parroquial no concello de Vigo entre 1970 e 2001.

O tamaño demográfico de Vigo, máis de 100 km<sup>2</sup>, así como o seu proceso histórico (absorción dos concellos de Bouzas e Lavadores) concede ás parroquias periurbanas un significado relevante. Por iso o planeamento en Vigo implica combinar a escala parroquial (cun forte dinamismo demográfico) coa escala supramunicipal (Rexión urbana das Rías Baixas). A conflitividade entre un modelo de infraestruturas urbanas e un xeito de vida rural só pode solucionarse con políticas de participación no deseño do planeamento periurbano.

Crecedemento demográfico parroquial no concello de Vilagarcía de Arousa entre 1970 e 2001.

Vilagarcía de Arousa aparece nas Directrices de ordenamento da Xunta de Galicia como a capital dun espazo urbano intermedio entre as



rexións urbanas das Rías Baixas (Vigo e Pontevedra) e Santiago de Compostela. Isto confire a este concello unha especial atención ao seu ordenamento, tanto en relación co exterior (conexión do porto coa autoestrada AP-9), como no interior. A existencia de núcleos de poboación como O Carril e Vilaxoán (parroquia de Sobrán) implican un estudo parroquial preciso no seu planeamento físico e estratéxico.

### **Mapa 13.7.**

Crecedemento demográfico parroquial no concello de Braga entre 1970 e 2001.

O crecedemento das freguesías en Braga permite apreciar o devecer demográfico do centro histórico (Sé, San João do Souto, Cividade e São José ) fronte ao maior crecedemento da zona periurbana, en especial a zona oriental, que mira cara a Guimarães. A cartografía da dinámica demográfica das freguesías constitúe así un instrumento moi útil no planeamento municipal e permite prever onde van ser maiores as demandas de servizos e infraestruturas, permitindo delimitar espazos urbanos policéntricos.

### **Mapa 13.8.**

Crecedemento demográfico parroquial no concello de Bragança entre 1970 e 2001.

Tal como sucedera nos casos de Lugo e Monforte de Lemos, a dinámica demográfica das freguesías de Bragança permite delimitar un centro urbano de maior crecedemento, que se espalla cara ás periferias máis próximas. Deste xeito o reto de Bragança reside en poder conformar un núcleo rector, que sexa accesíbel ao resto dun municipio que supera o milleiro de quilómetros cadrados.

### **Mapa 13.9.**

Crecedemento demográfico parroquial no concello de Chaves entre 1970 e 2001.

O crecedemento demográfico das freguesías de Chaves vai mostrando unha tendencia a un espallamento lineal cara ao concello de Verín e a súa conexión coa A-52, autoestrada das Rías Baixas. Igualmente sobresaen as freguesías que se sitúan xunto á capital do municipio, que delimitan a súa expansión residencial. Caso de houber unha mellor comunicación por transporte público con Verín é factíbel atopar un espazo conurbano entre os vales de Monterrei e Támega, organizados sobre a cidade flavense, o que facilitará a implementación do centro loxístico.

### **Mapa 13.10.**

Crecedemento demográfico parroquial no concello de Guimarães entre 1970 e 2001.

O municipio de Guimarães mostra unha estrutura de freguesías complexa, pois existen 68, onde se mesturan algunhas urbanas, outras periurbanas ou mixtas e outras rurais, como se explicou no capítulo 1. Isto facilita a descentralización do crecedemento e dos servizos e infraestruturas, como é o caso de Selho, asentamentos que comparten dúas freguesías e que aparece como núcleo descentralizado. A autonomía relativa das freguesías en Portugal favorece unha estrutura de gobernanza local, sempre que se saiba xestionar como neste caso.

### **Mapa 13.11.**

Crecedemento demográfico parroquial no concello de Peso da Régua entre 1970 e 2001.

A dinámica demográfica deste concello é absolutamente negativa. Incluso a capital e a freguesía máis próxima (Godim) mostran unha evolución negativa, como consecuencia da súa mala accesibilidade e a estrutura laboral agropecuaria. A apertura da autovía que comunica Peso con Lamego (polo sur) e sobre todo con Vila Real (polo norte) proporcionará as bases para o crecedemento do centro urbano, que deberá crear as infraestruturas precisas para o seu espallamento sobre as freguesías próximas, pois o seu tamaño e localización dificultan a súa expansión.

Crecedemento demográfico parroquial no concello de Vila Nova de Gaia entre 1970 e 2001.

O gran crecedemento demográfico de Vila Nova de Gaia ten unha chata negativa na freguesía capitalina, como consecuencia da degradación do centro histórico no período analizado. Pola contra a fronte litoral viu como aumentaba a súa poboación, en especial o que está mellor comunicado co conxunto da zona metropolitana. A forte presión demográfica sobre o territorio municipal determina un estudo individualizado das diferentes freguesías que o compoñen.

### **Mapa 13.12.**

Crecedemento demográfico parroquial no concello de Porto entre 1970 e 2001.

O devecer demográfico do municipio de Porto, que ten un escaso tamaño superficial, debe ser explicado pola degradación do centro históri-

co e pola fuxida da poboación cara a zonas máis rurais e marítimas, buscando fuxir da saturación urbana. Isto podémolo observar no mesmo caso da freguesía da Foz do Douro, polo maior incremento das plusvalías inmobiliarias das zonas litorais, o que ten a súa continuación por outros municipios da área metropolitana, como Matosinhos.

### **Mapa 13.13.**

Crecedemento demográfico parroquial no concello de Viana do Castelo entre 1970 e 2001.

Pese á perda demográfica no período analizado da súa capital, o certo é que o crecedemento das freguesías de Viana do Castelo mostran un crecedemento arredor do núcleo capitalino (Areosa, Meadela, Darque) que mostra o dinamismo da expansión urbana, fronte ao declinio das zonas menos accesíbeis. Por iso o asentamento de polos industriais en Neiva o Lanheses incidirá no crecedemento demográfico, tal como sucederá no eixo que comunica a Viana con Ponte da Lima e con Porto e Caminha, a través do IP-1 e IC-1

### **Mapa 13.14.**

Crecedemento demográfico parroquial no concello de Vila Real entre 1970 e 2001.

O mapa da evolución demográfica das freguesías de Vila Real mostra o dinamismo da capital, aínda que São Pedro, barrio máis antigo da cidade, perda poboación. O carácter centrípeto da cidade móstrase claramente na súa expansión meridional, onde a apertura da A-24, que comunica con Peso da Régua incidirá nunha expansión supramunicipal, aproveitando os prezos inmobiliarios máis baratos de Peso. A topografía

condiciona claramente a expansión da cidade, así como a canle do río Corgo, recurso hídrico e paisaxístico.

#### **Mapa 14.**

Variación da poboación da NUT II do Norte do Norte de Portugal.

O recoñecemento xurídico das freguesías nos Norte de Portugal facilita o estudo dos elementos xeográficos que definen o territorio, neste caso a poboación. Igualmente nos estudos coñecidos de equipamentos sociais e infraestruturas (ver capítulo 1) podemos atopar o soporte empírico para unha correcta planificación. A cartografía demográfica da Rexión Norte de Portugal evidencia o contraste entre o litoral e o interior, pero esta escala permite precisar espazos intramunicipais que fican lonxe da tendencia comarcal ou mesmo da municipal, como se observaba no mapa 9.

### **SÉPTIMA PARTE: *A ECONOMÍA DO EIXO NA EURORREXIÓN.***

#### **Mapa 15. Renda per cápita en Galiza.**

O coñecemento das variábeis económicas dos municipios de Galiza e Norte de Portugal son moi difíciles de atopar para poder ser comparadas nas escalas municipais, pois sobre todo existen predicións no nivel de NUT III (distritos e provincias). Podemos observar cómo os concellos do Eixo destacan sobre o conxunto galego, pero ao mesmo tempo permite comprobar cómo a escasa poboación do interior rural fai subir artificialmente o índice dos municipios do interior de Lugo e Ourense. Isto corrobora que a análise xoeconómica dos concellos e freguesías debe avaliarse con sumo coidado, utilizando outros índices como é o caso do índice de desenvolvemento dos concellos de Portugal, que se presenta a continuación

**Mapa 16.** Índice de desenvolvemento nos concellos do Norte de Portugal. Área de Minho-vales do Ave e Cávado.

O índice de desenvolvemento é un índice sintético que permite comparar os índices de demografía; índice de saúde e asistencia social; índice de educación e cultura; índice de rendemento económico; índice de emprego e actividade económica. Deste xeito podemos concluír que os concellos do Eixo Atlántico atópanse entre os máis desenvolvidos da eurorrexión, polo menos no Norte de Portugal e iso pode ser un xermolo para o desenvolvemento local. Igual que sucedía na zona de Braga-Guimarães, no val do Douro atopamos que os concellos de Vila Real e Peso da Régua son os máis desenvolvidos no índice sintético que utilizamos para comparar a situación xeográfica dos municipios da eurorrexión.

**Mapa 17.** Mapa de relación funcional nas cidades do Eixo.

Este mapa pretende representar as relacións funcionais (fluxos de mercadorías, movemento de persoas, investimentos entre cidades, chamadas telefónicas) que representan as conexións entre as cidades e permiten albiscar un modelo de complementariedade, que sería o alicerce dun crecemento policéntrico e sustentábel. No caso de Galiza as áreas urbanas do golfo Ártabro e das Rías Baixas (onde se inclúe Vilagarcía de Arousa) coinciden coas dúas grandes áreas metropolitanas delimitadas pola Xunta nas Directrices de ordenamento territorial. As cidades interiores tenden a ensarillarse na dinámica litoral. Pola súa parte en Portugal asistimos a unha grande área metropolitana, macrocefálica, como é o caso de Porto. Mais agora aparece en perspectiva dúas áreas que poden servir de contrapeso no crecemento policéntrico e permitirán unha mellor calidade de vida ao interior, que deberá ser reforzado polas cidades interiores.

**Mapa 18.** Vivendas baleiras-2001.

O mapa de vivendas baleiras mostra unha imaxe do que non debe suceder no modelo de crecemento do sistema urbano do Eixo Atlántico. A evolución do número de vivendas baleiras no último decenio do século XX, así como o seu número absoluto no ano 2001 evidencian unha preocupación: non existe confianza no investimento noutros sectores produtivos e, por outra banda, estase a estragar unha gran cantidade de patrimonio natural, con potencialidade paisaxística, produtiva e ecolóxica.

## RELACIÓN DE MAPAS COAS SÚAS FONTES.

### I. O MEDIO NATURAL NA EURORREXIÓN.

*Fonte: Elaboración propia.*

1. Espazos naturais da Eurorrexión.
2. Zonas Ramsar do Eixo.
3. ZEPA do Eixo.

### II. A EURORREXIÓN NO ESPAZO ATLÁNTICO EUROPEO.

*Fonte: EUROSTAT.*

4. Accesibilidade por ferrocarril.
5. Emprego por sector de actividade económica.

### III. O SISTEMA DO EIXO ATLÁNTICO NA ADMINISTRACIÓN TERRITORIAL GALEGA E PORTUGUESA.

*Fonte: Elaboración propia.*

6. As 18 cidades do Eixo.
7. Os concellos da Eurorrexión e do Eixo.



## **VI. A POBOACIÓN NA EURORREXIÓN E NO EIXO.**

*Fonte: Elaboración propia a partir de datos do INE e do IGE.*

8. Densidades en 2001.
9. Poboación absoluta en 2001.
10. Crecemento municipal 1991-2001.

## **V. AS INFRAESTRUCTURAS DE TRANSPORTE NA EURORREXIÓN E NO SISTEMA DO EIXO ATLÁNTICO.**

*Fonte: Elaboración propia.*

11. Relación das estradas no Eixo Atlántico.
12. Ferrocarril no Eixo Atlántico.

## **VI. AS DIFERENZAS LOCAIS NOS MUNICIPIOS DO EIXO ATLÁNTICO.**

13. Cambios das freguesías 1991-2001.

*Fonte: Elaboración propia a partir de datos do INE e do IGE.*

14. Variación da poboación da NUT II do Norte de Portugal.

*Fonte: INE.*

VII. A ECONOMÍA DO EIXO NA EURORREXIÓN.

15. Renda per cápita en Galiza.

*Fonte: IGE.*

16. Índice de desenvolvemento nos concellos do Norte de Portugal. Área de Minho-vales do Ave e Cávado.

*Fonte: INE.*

17. Mapa de Relación funcional nas cidades do Eixo.

*Fonte: Elaboración propia.*

18. Vivendas Baleiras-2001.

*Fonte: Elaboración propia a partir de datos do INE e do IGE.*



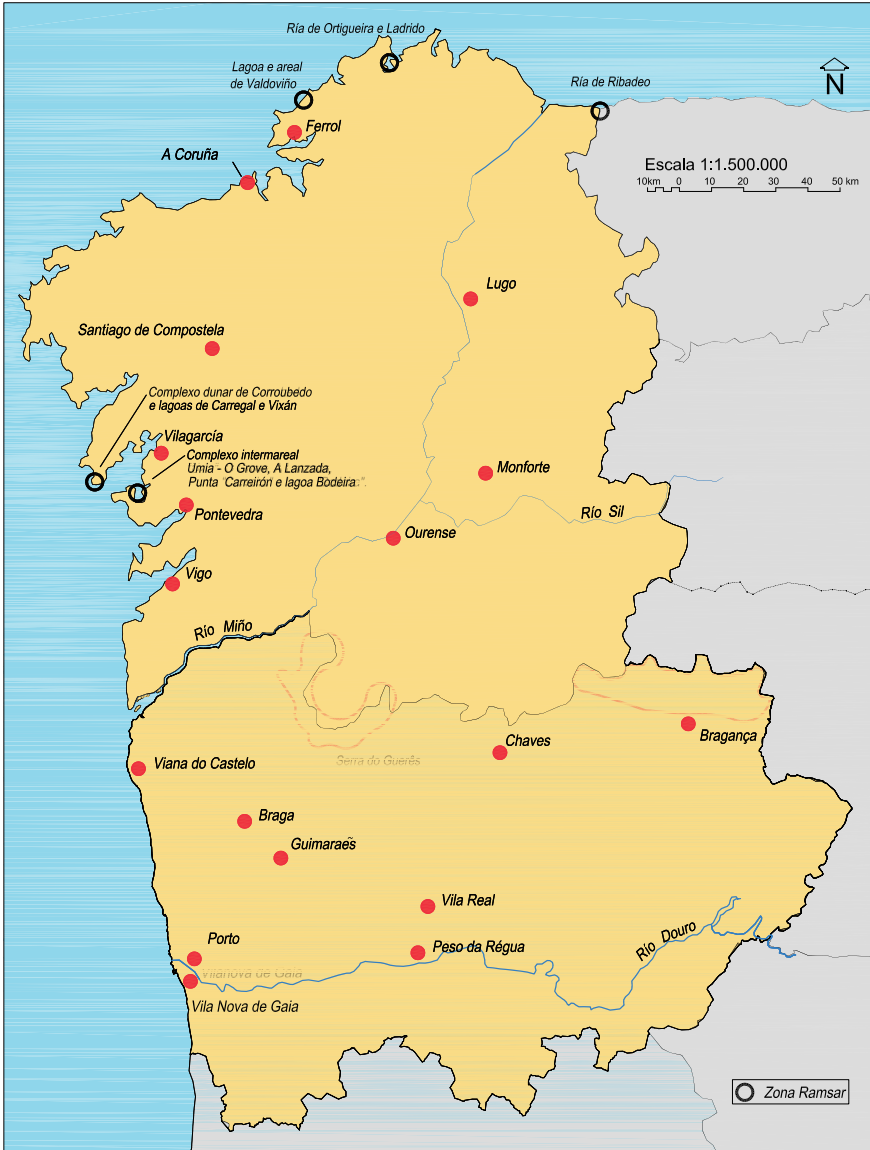
# Espazos Naturais da Eurorexión. 1





## Zonas Ramsar do Eixo.

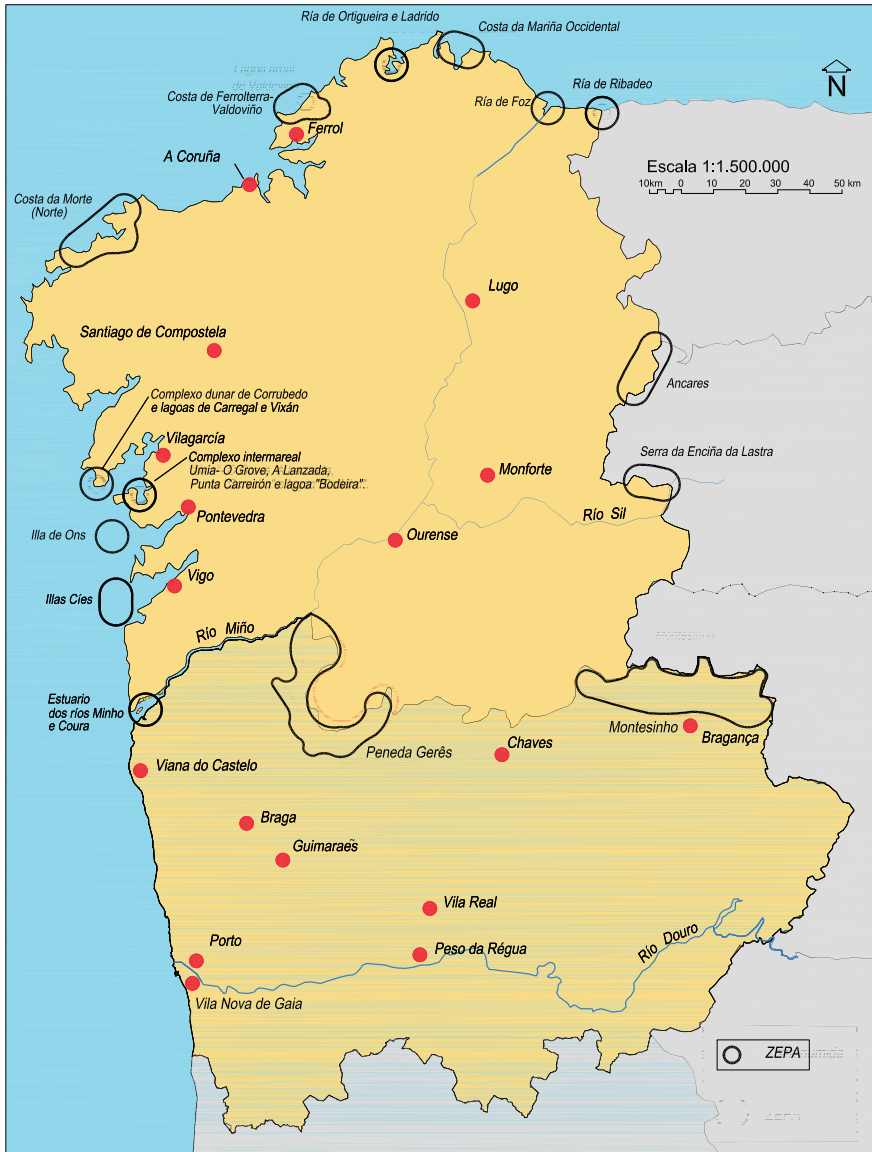
2



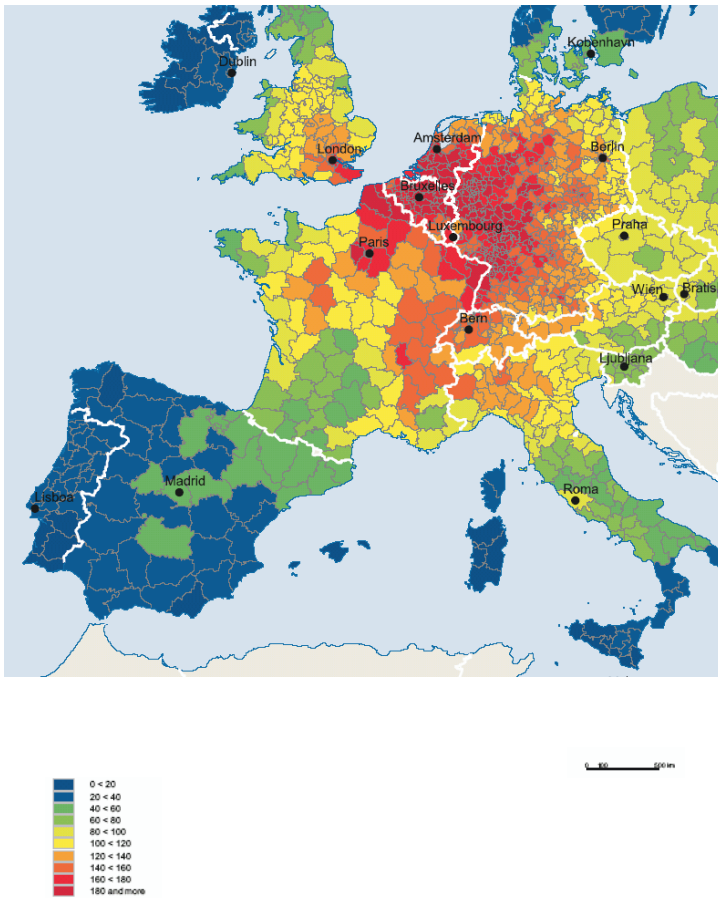


# ZEPA do Eixo.

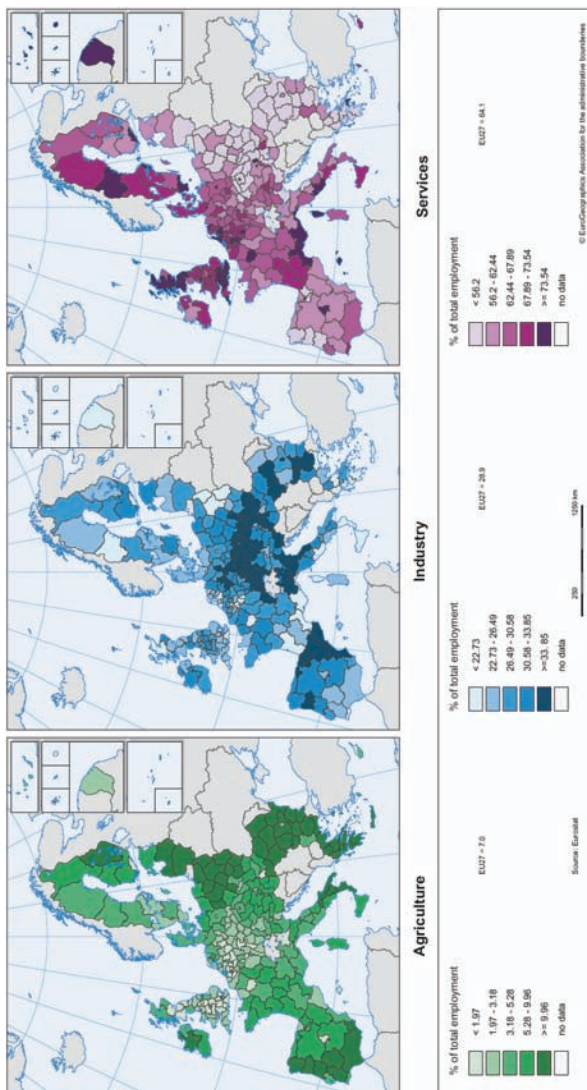
3



## Accesibilidade por ferrocarril



Emprego por sector de actividade económica





## Cidades do Eixo.

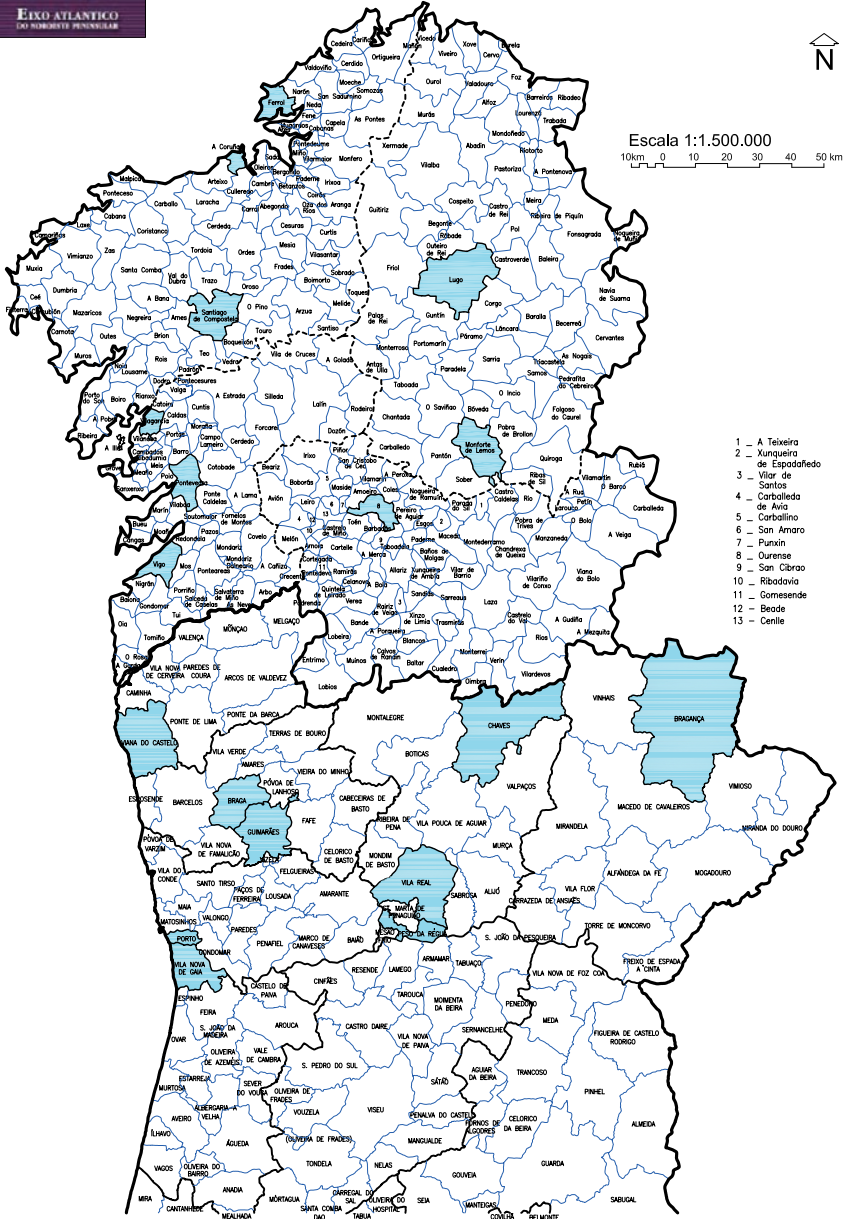
6







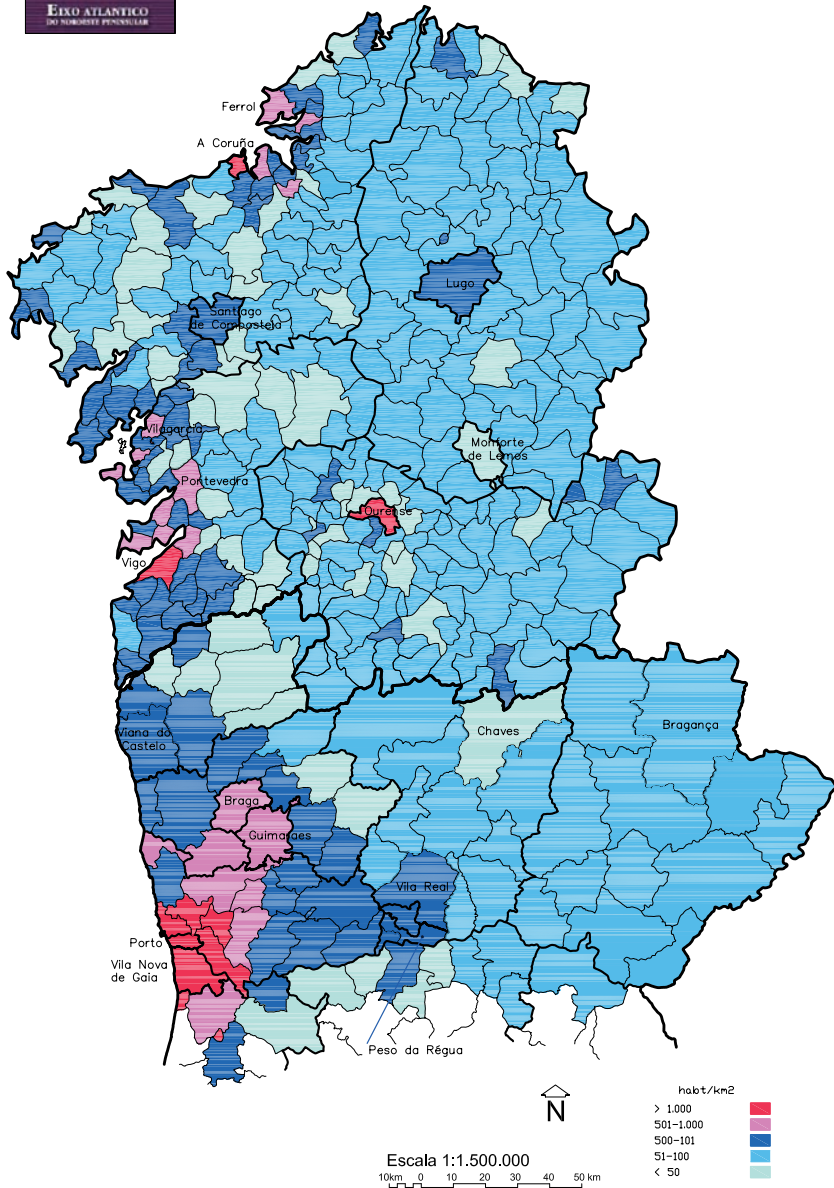
# Os Concellos da Eurorrexión e do Eixo. 7



- 1 - A Teixeira
- 2 - Xunqueira de Espadefoedo
- 3 - Vilar de Santos
- 4 - Carballeda de Avia
- 5 - Carballino
- 6 - San Amaro
- 7 - Punxín
- 8 - Ourense
- 9 - San Cibrao
- 10 - Ribadavia
- 11 - Comendade
- 12 - Beade
- 13 - Cenlle

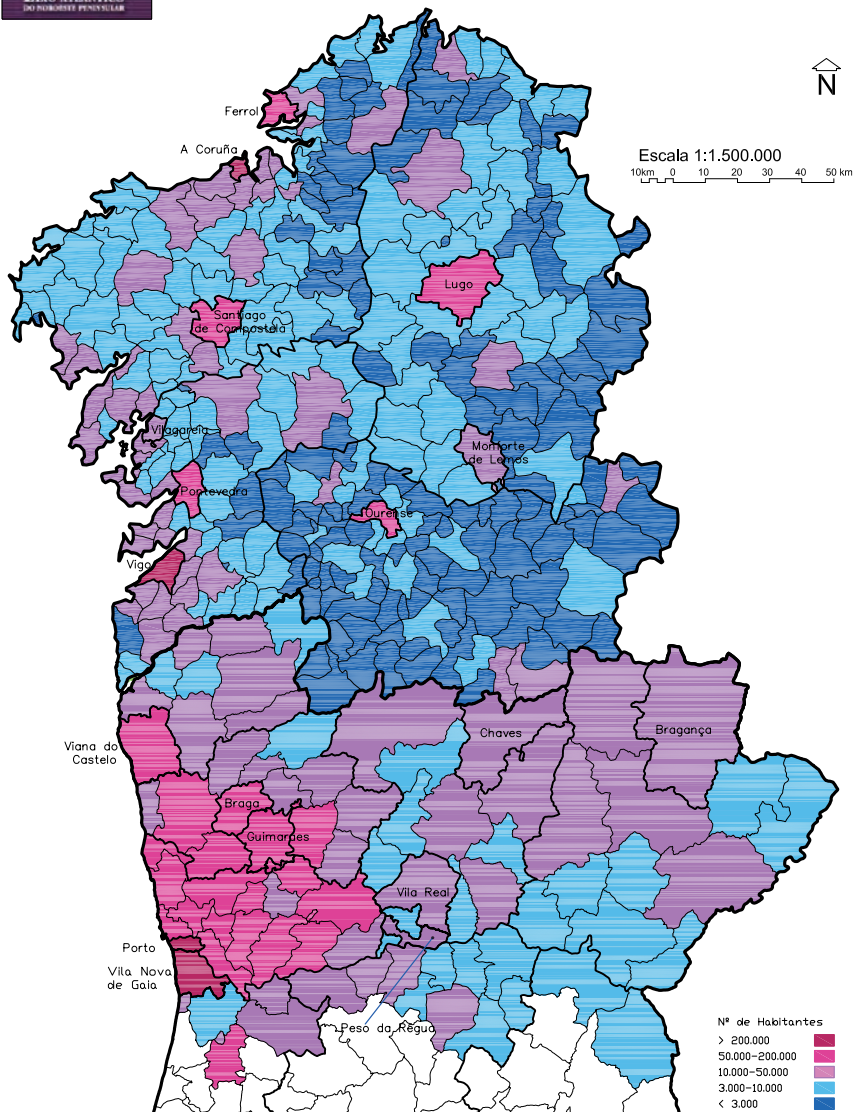


# Densidade de Poboación no 2001. 8





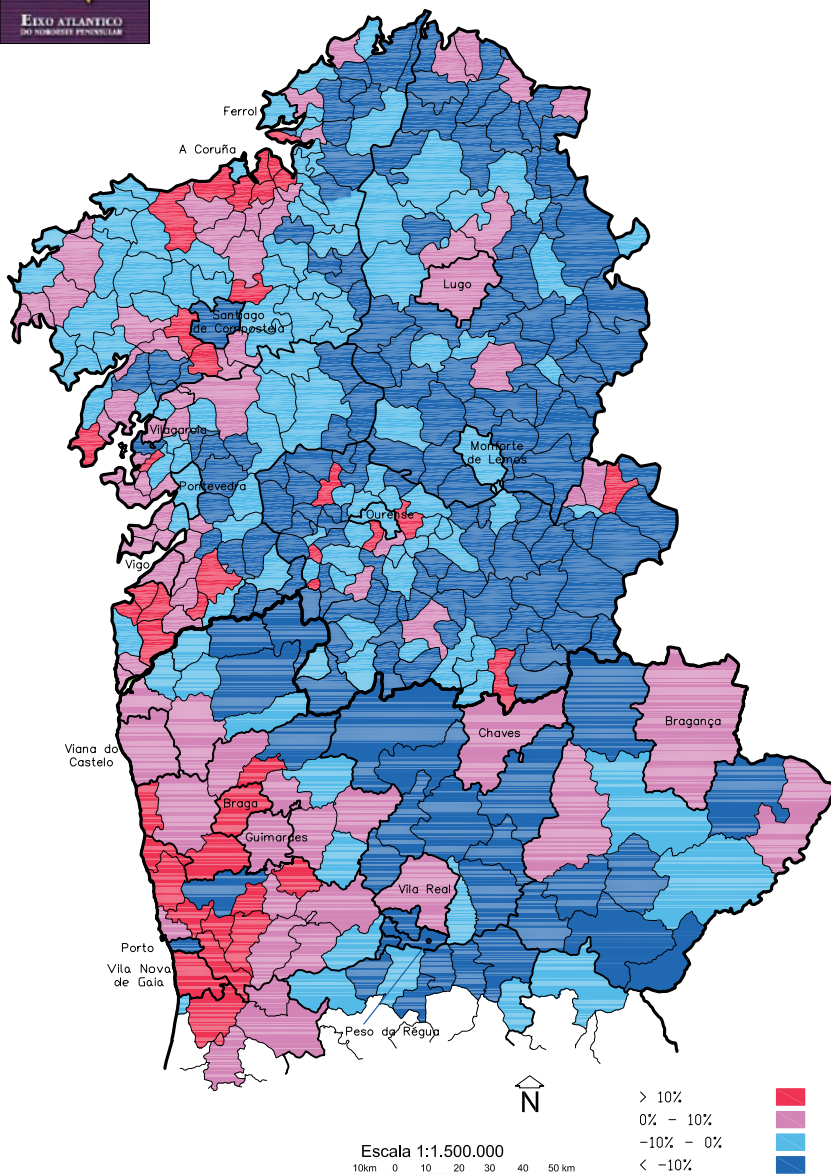
# Poboación Absoluta nos Concellos da Eurorrexión. 9





# Crecedemento da Poboación entre 1991 e 2001

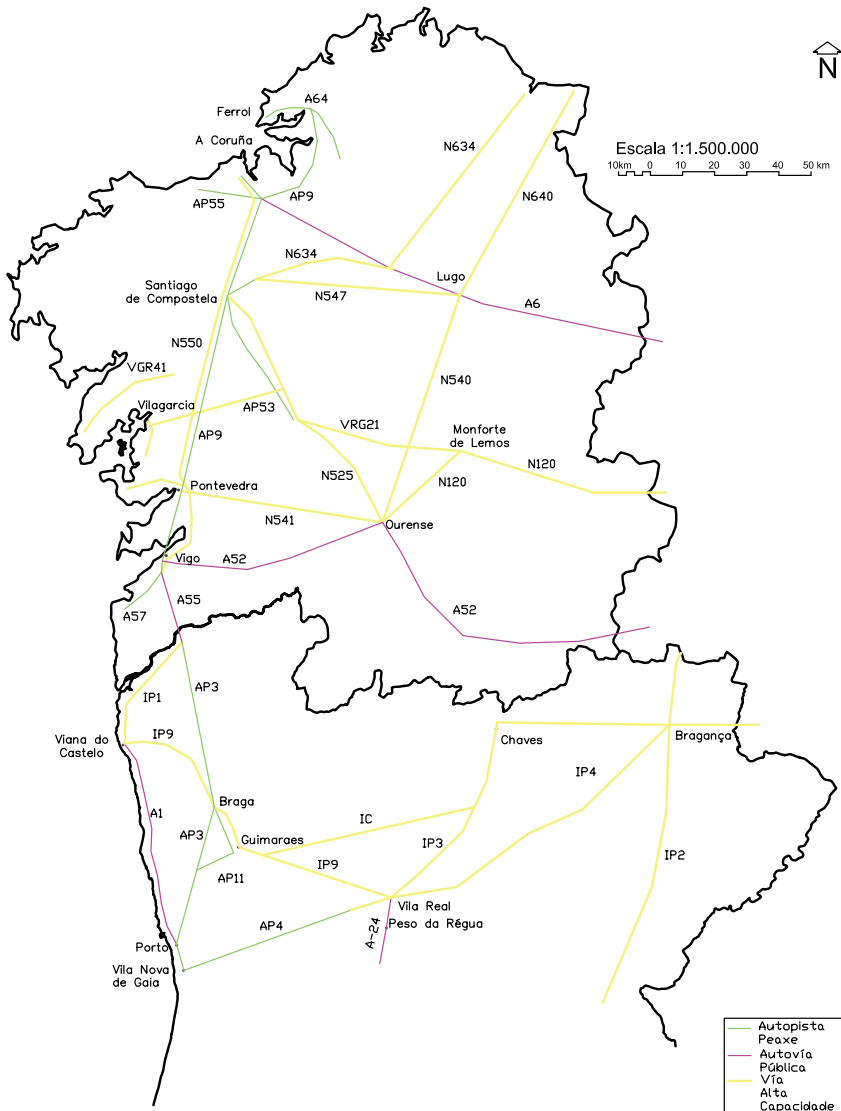
10





# Relación das estradas no E.A.

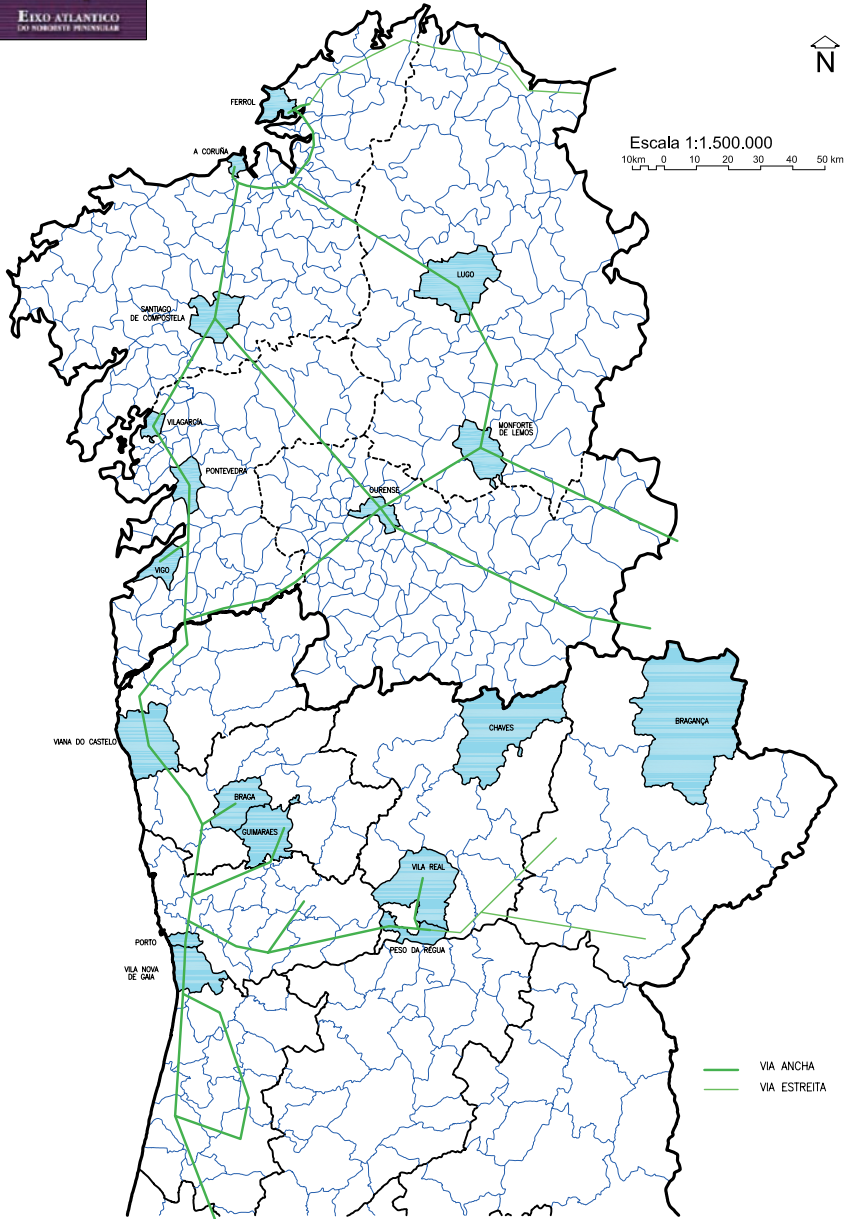
11



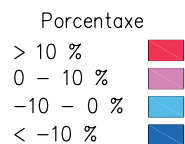
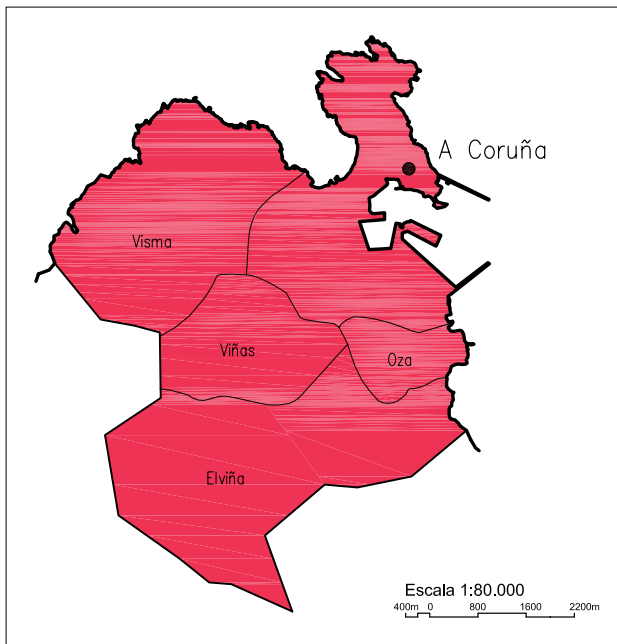
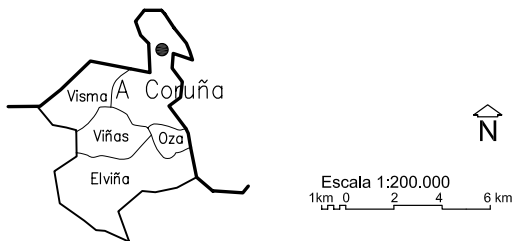


# Ferrocarril no Eixo Atlântico

12



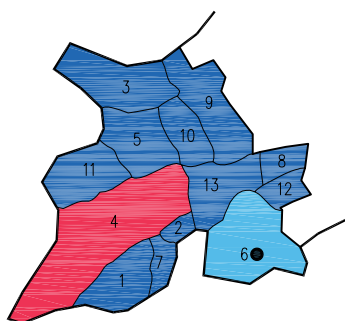
## Crecedemento Demográfico Parroquial no Concello de A Coruña entre 1970 e 2001.





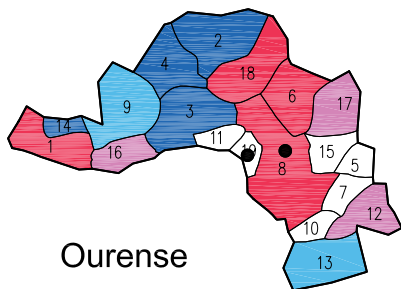


## Crecemento Demográfico Parroquial nos Concellos de Ferrol e Ourense entre 1970 e 2001.



**Ferrol**

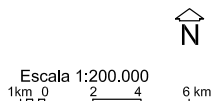
- |               |                         |
|---------------|-------------------------|
| 1. Brión      | 8. Leixa                |
| 2. (A) Cabana | 9. Mandiá               |
| 3. Covas      | 10. Marmacón            |
| 4. Doniños    | 11. S. Xurxo da Mariña  |
| 5. Esmelle    | 12. S. Icí de Trasancos |
| 6. Ferrol     | 13. Serantes            |
| 7. (A) Graña  |                         |



**Ourense**

- |                    |                         |
|--------------------|-------------------------|
| 1. Arrabaldo       | 11. Reza                |
| 2. Beiro           | 12. St. Mariña do Monte |
| 3. Canedo          | 13. Seixalbo            |
| 4. Castro de Beiro | 14. Trasalba            |
| 5. Ceboliño        | 15. Tras Hospital       |
| 6. Cudeiro         | 16. Untes               |
| 7. Montealegre     | 17. Velle               |
| 8. Ourense         | 18. Vilar de Astrés     |
| 9. Palmés          | 19. Vista Fermosa       |
| 10. Rairo          |                         |

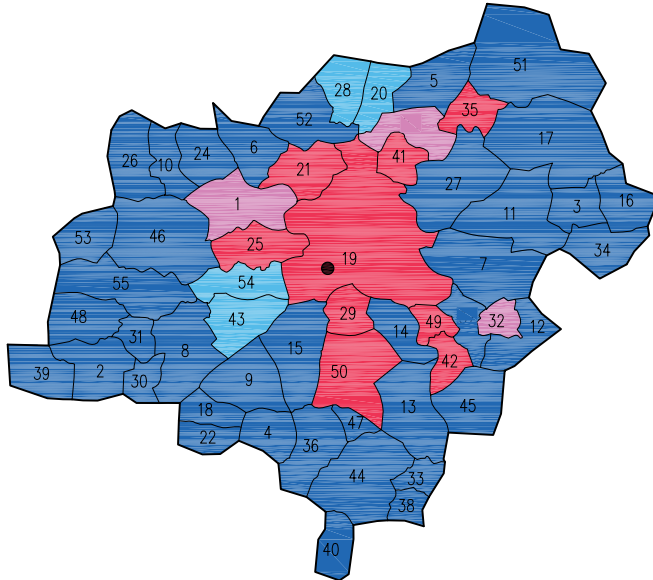
- Porcentaxe
- |           |  |
|-----------|--|
| > 10 %    |  |
| 0 – 10 %  |  |
| -10 – 0 % |  |
| < -10 %   |  |
- En branco sen datos



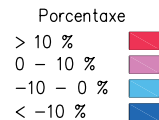
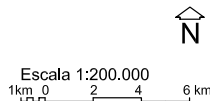




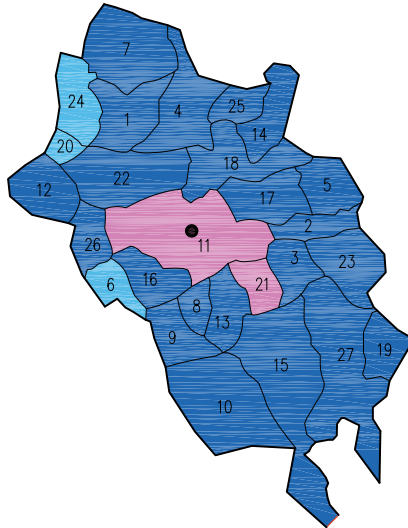
## Crecemento Demográfico Parroquial no Concello de Lugo entre 1970 e 2001.



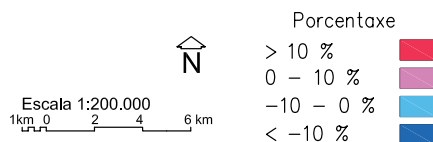
- |                |                              |                           |                                |
|----------------|------------------------------|---------------------------|--------------------------------|
| 1. Adai        | 17. Labio                    | 32. Recimil               | 45. Santa Comba                |
| 2. Bacurín     | 18. Lamas                    | 33. Ribas de Miño         | 46. Santa María de Alta        |
| 3. Bascuas     | 19. Lugo                     | 34. Romeán                | 47. Santa Marta de Fixós       |
| 4. Bazar       | 20. Mazoi                    | 35. Rubiás                | 48. Santalla de Bóveda de Mera |
| 5. Benade      | 21. Meilán                   | 36. Saa                   | 49. Santo André de Castro      |
| 6. Bocamaos    | 22. Monte de Meda            | 37. S. Mamede dos Anxos   | 50. Soñar                      |
| 7. Bóveda      | 23. Muxa                     | 38. S. Martiño de Piñeiro | 51. Teixeira                   |
| 8. Burgo       | 24. Ombreiro                 | 39. S. Pedro de Mera      | 52. Tirimol                    |
| 9. Calde       | 25. Orbazai                  | 40. S. Román              | 53. Torible                    |
| 10. Camoira    | 26. (O) Outeiro das Camoiras | 41. S. Salvador de Muxa   | 54. O Veral                    |
| 11. Carballido | 27. Pedreda                  | 42. S. Xoán de Pena       | 55. Vilachá de Mera            |
| 12. Coeo       | 28. Pías                     | 43. S. Xoán do Alto       |                                |
| 13. Coeces     | 29. Piúgos                   | 44. S. Xoán do Campo      |                                |
| 14. Cuiña      | 30. Poutomillos              |                           |                                |
| 15. Esperante  | 31. Prógalo                  |                           |                                |
| 16. Gondar     |                              |                           |                                |



## Crecedemento Demográfico Parroquial no Concello de Monforte de Lemos entre 1970 e 2001.

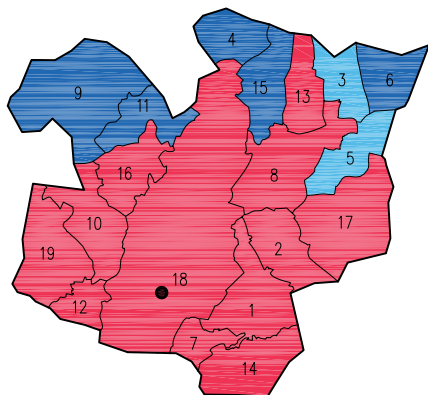


- |                      |                       |                         |
|----------------------|-----------------------|-------------------------|
| 1. Boamorto          | 11. Monforte de Lemos | 21. St. Mariña de Monte |
| 2. Bascós            | 12. Moreda            | 22. Seoane              |
| 3. Caneda            | 13. As Nocedas        | 23. Sindrán             |
| 4. O Chao do Fabeiro | 14. A Parte           | 24. Tor                 |
| 5. Chavaga           | 15. A Penela          | 25. Valverde            |
| 6. Distriz           | 16. Piñeira           | 26. A Vide              |
| 7. Fiolleda          | 17. Reigada           | 27. Vilamarín           |
| 8. Gullade           | 18. Ribas Altas       |                         |
| 9. Guntín            | 19. Rozavales         |                         |
| 10. Marcelle         | 20. San Xillao de Tor |                         |



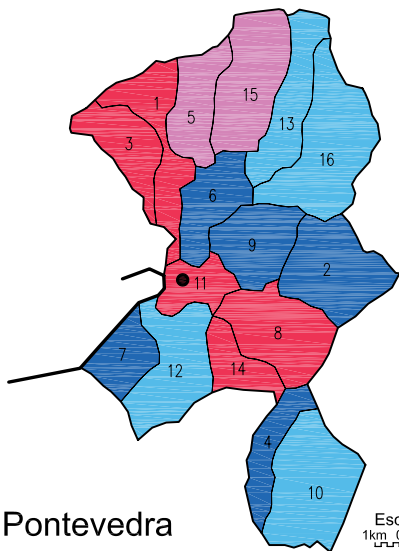


## Crecemento Demográfico Parroquial nos Concellos de Santiago de Compostela e Pontevedra entre 1970 e 2001.



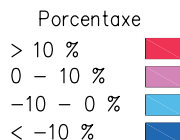
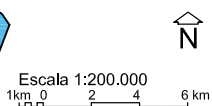
- |                  |                            |
|------------------|----------------------------|
| 1. Aríns         | 11. Grixoa                 |
| 2. Bando         | 12. Laraño                 |
| 3. A Barciela    | 13. Marantes               |
| 4. Busto         | 14. Marrozo                |
| 5. (O) Carballal | 15. Nemenzo                |
| 6. Cesar         | 16. (A) Peregrina          |
| 7. (O) Eixo      | 17. Sabugueira             |
| 8. (A) Enfesta   | 18. Santiago de Compostela |
| 9. Fecha         | 19. Vilvestro              |
| 10. Figueiras    |                            |

**Santiago de Compostela**

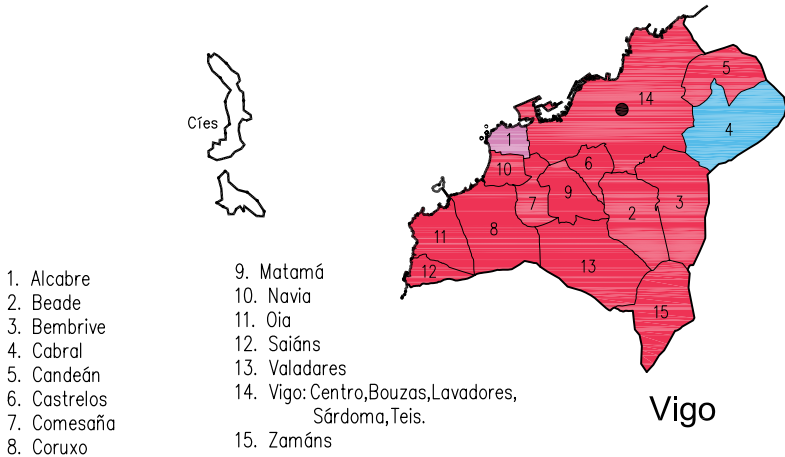


- |                |                         |
|----------------|-------------------------|
| 1. Alba        | 9. Mourente             |
| 2. Bora        | 10. Ponte Sampaio       |
| 3. Campañó     | 11. Pontevedra          |
| 4. A Canicouva | 12. Salcedo             |
| 5. Cerponzóns  | 13. Santa Maria de Xeve |
| 6. Lérez       | 14. Tomeza              |
| 7. Lourizán    | 15. Verducido           |
| 8. Marcón      | 16. Xeve                |

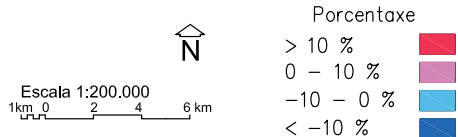
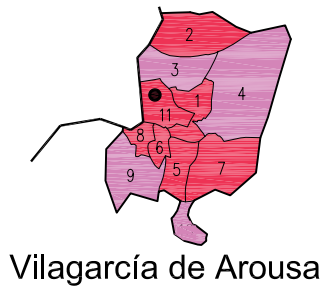
**Pontevedra**



## Crecemento Demográfico Parroquial nos Concellos de Vigo e Vilagarcía de Arousa entre 1970 e 2001.

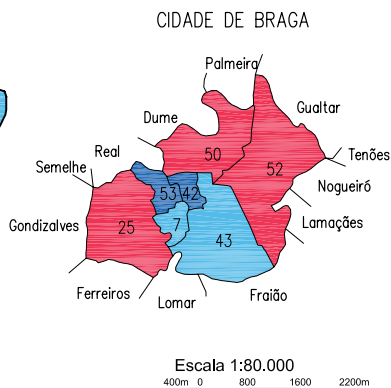
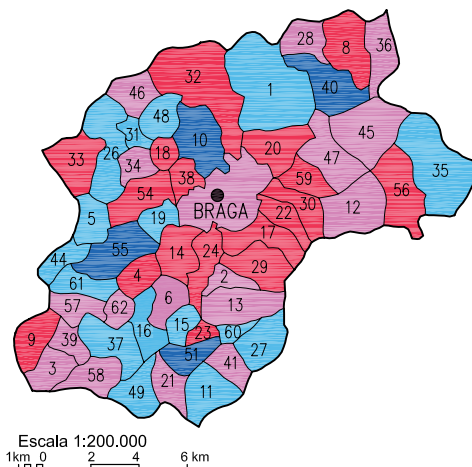


1. Arealonga
2. Bamio
3. O carril
4. Cea
5. Cornazo
6. Fontecarmoa
7. Rubiáns
8. Sobradelo
9. Sobrán
10. Solobeira
11. Vilagarcía

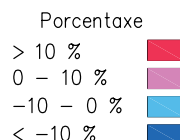




## Crecemento Demográfico nas Freguesias de Braga entre 1970 e 2001.



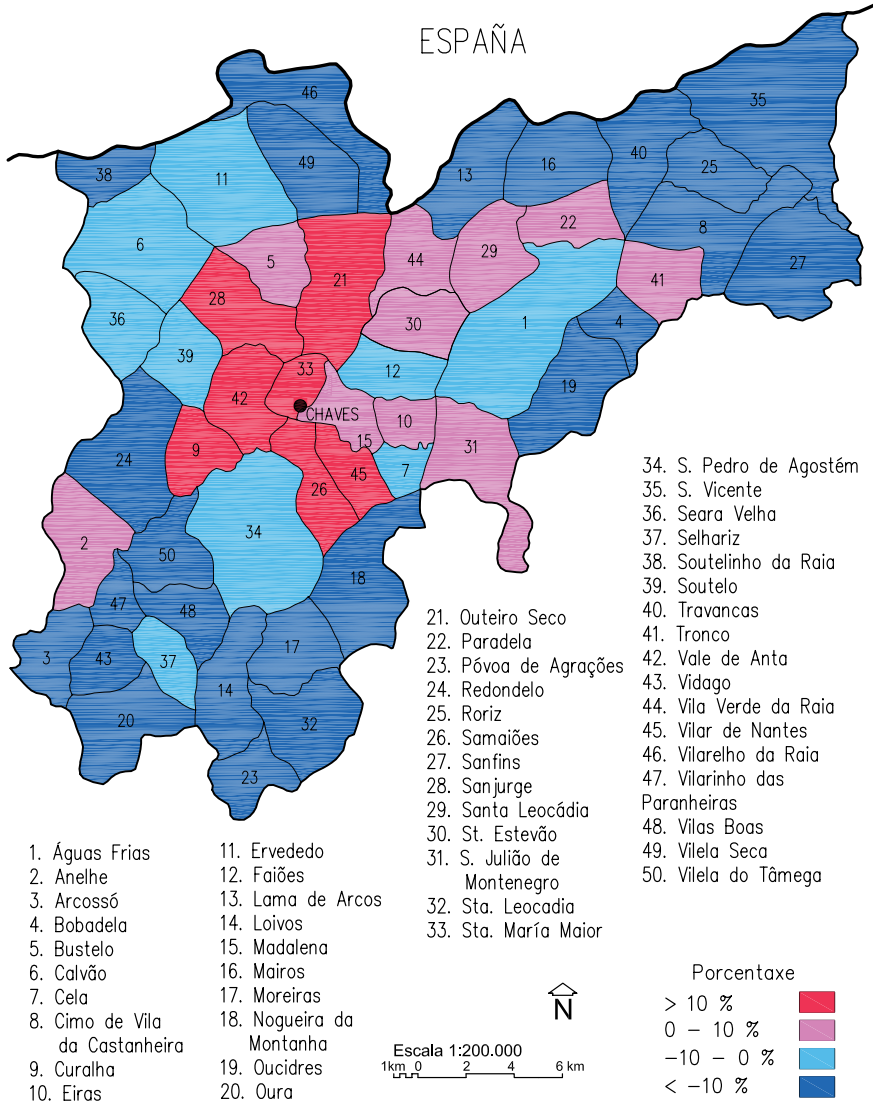
- |                     |                       |                                    |                         |
|---------------------|-----------------------|------------------------------------|-------------------------|
| 1. Adáufe           | 18. Frossos           | 35. Pedralva                       | 51. Penso (São Vicente) |
| 2. Arcos            | 19. Gondizalves       | 36. Pousada                        | 52. Braga (São Vítor)   |
| 3. Arentim          | 20. Gualtar           | 37. Priscos                        | 53. Braga (Sé)          |
| 4. Aveleda          | 21. Guisande          | 38. Real                           | 54. Semelhe             |
| 5. Cabreiros        | 22. Lamações          | 39. Ruilhe                         | 55. Sequeira            |
| 6. Celeirós         | 23. Lamas             | 40. Santa Lucrécia de Algeriz      | 56. Sobreposta          |
| 7. Braga (Cividade) | 24. Lomar             | 41. Penso (Santo Estêvão)          | 57. Tadim               |
| 8. Crespos          | 25. Braga (Maximinos) | 42. Braga (São João do Souto)      | 58. Tebosa              |
| 9. Cunha            | 26. Mire de Tibães    | 43. Braga (São José de São Lázaro) | 59. Tenões              |
| 10. Dume            | 27. Morreira          | 44. Passos (São Julião)            | 60. Trandeiras          |
| 11. Escudeiros      | 28. Navarra           | 45. Este (São Mamede)              | 61. Vilaça              |
| 12. Espinho         | 29. Nogueira          | 46. Merelim (São Paio)             | 62. Vimieiro            |
| 13. Esporões        | 30. Nogueiró          | 47. Este (São Pedro)               |                         |
| 14. Ferreiros       | 31. Padim da Graça    | 48. Merelim (São Pedro)            |                         |
| 15. Figueiredo      | 32. Palmeira          | 49. Oliveira (São Pedro)           |                         |
| 16. Fradelos        | 33. Panoias           | 50. Braga (São Vicente)            |                         |
| 17. Fraiã           | 34. Parada de Tibães  |                                    |                         |



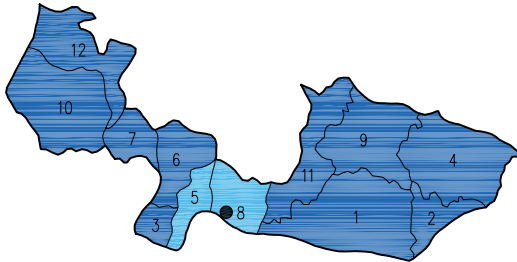




## Crecentamento Demográfico nas Freguesias de Chaves entre 1970 e 2001.



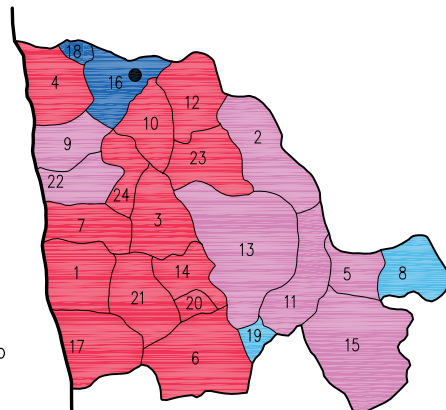
## Crescimento Demográfico nas Freguesias de Peso da Régua e Vila Nova de Gaia entre 1970 e 2001.



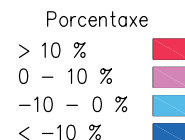
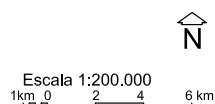
1. Canelas
2. Covelinhas
3. Fontelas
4. Galafura
5. Godim
6. Loureiro
7. Moura Morta
8. Peso da Régua
9. Poiares
10. Sedielos
11. Vilarinho dos Freires
12. Vinhós

Peso da Régua

- |                       |                                      |
|-----------------------|--------------------------------------|
| 1. Arcozelo           | 15. Sandim                           |
| 2. Avintes            | 16. V. Nova de Gaia<br>(Sta Marinha) |
| 3. Canelas            | 17. São Félix da<br>Marinha          |
| 4. Canidelo           | 18. São Pedro da<br>Afurada          |
| 5. Crestuma           | 19. Seixezelo                        |
| 6. Grijó              | 20. Sermonde                         |
| 7. Gulpilhares        | 21. Serzedo                          |
| 8. Lever              | 22. Valadares                        |
| 9. Madalena           | 23. Vilar de Andorinho               |
| 10. Mafamude          | 24. Vilar do Paraíso<br>Marinha      |
| 11. Olival            |                                      |
| 12. Oliveira do Douro |                                      |
| 13. Pedroso           |                                      |
| 14. Perozinho         |                                      |



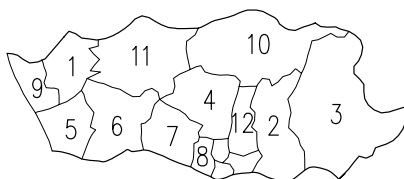
Vila Nova de Gaia







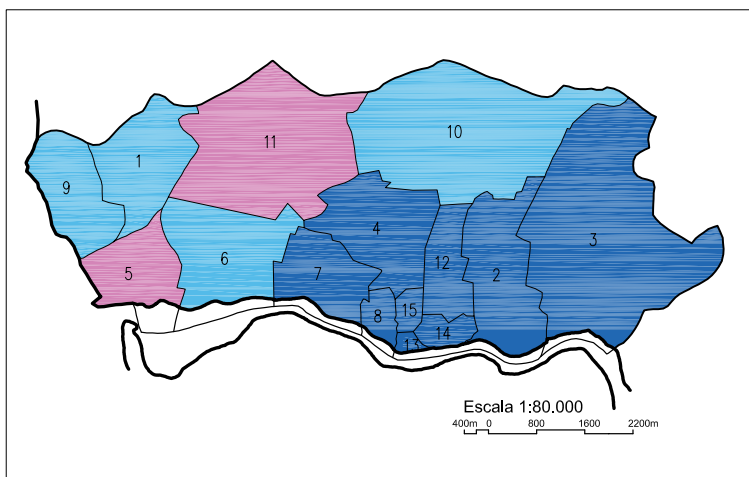
## Crecimento Demográfico nas Freguesias de Porto entre 1970 e 2001.



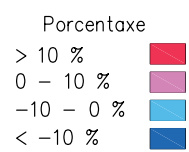
Escala 1:200.000  
1km 0 2 4 6 km

### CONCELHO DO PORTO

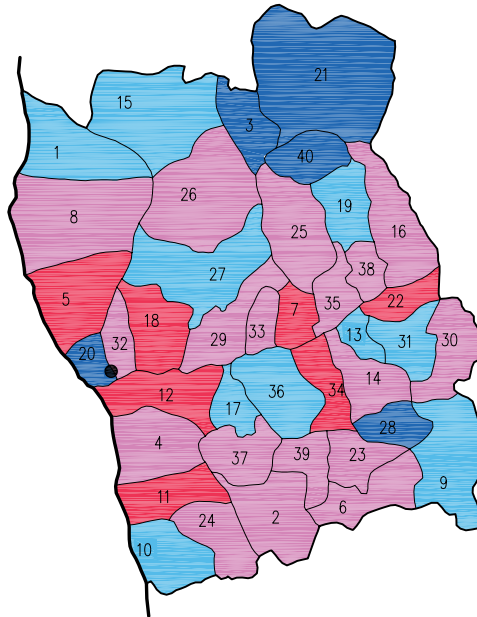
- |                   |               |
|-------------------|---------------|
| 1 Aldoar          | 9 Nevogilde   |
| 2 Bonfim          | 10 Paranhos   |
| 3 Campanhã        | 11 Ramalde    |
| 4 Cedofeita       | 12S. Ildfonso |
| 5 Foz do Douro    | 13S. Nicolau  |
| 6 Lordelo do Ouro | 14Sé          |
| 7 Massarelos      | 15Vitória     |
| 8 Miragaia        |               |



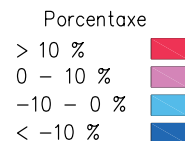
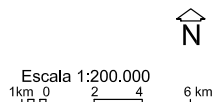
Escala 1:80.000  
400m 0 800 1600 2200m



## Creceamento Demográfico nas Freguesias de Viana do Castelo entre 1970 e 2001.



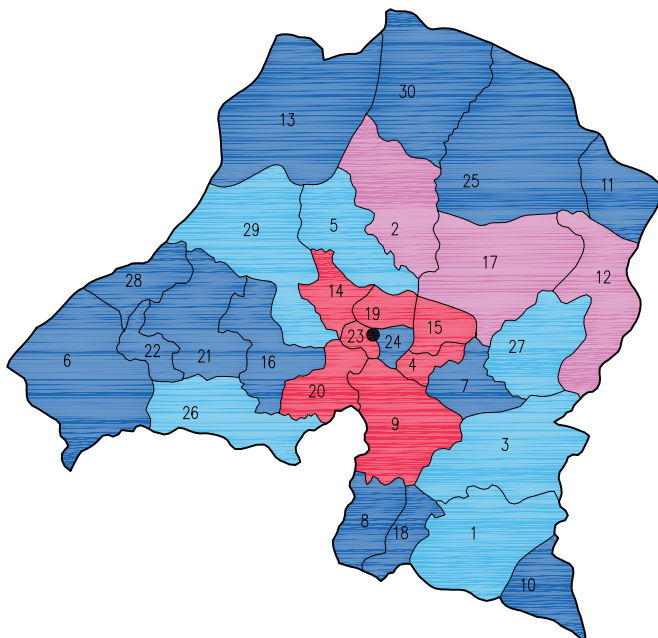
- |                          |                                  |                                 |
|--------------------------|----------------------------------|---------------------------------|
| 1. Afife                 | 18. Meadela                      | 32. V.Castelo (Sta Maria Maior) |
| 2. Alvarães              | 19. Meixedo                      | 33. Serreleis                   |
| 3. Amonde                | 20. Viana do Castelo (Monserate) | 34. Subportela                  |
| 4. Anha                  | 21. Montaria                     | 35. Torre                       |
| 5. Areosa                | 22. Moreira de Geraz do Lima     | 36. Vila Franca                 |
| 6. Barroselas            | 23. Mujães                       | 37. Vila Fria                   |
| 7. Cardielos             | 24. Neiva                        | 38. Vila Mou                    |
| 8. Carreço               | 25. Nogueira                     | 39. Vila de Punhe               |
| 9. Carvoeiro             | 26. Outeiro                      | 40. Vilar de Murteda            |
| 10. Castelo do Neiva     | 27. Perre                        |                                 |
| 11. Chafé                | 28. Portela Susã                 |                                 |
| 12. Darque               | 29. Portuzelo                    |                                 |
| 13. Deão                 | 30. Geraz do Lima (Sta Leocádia) |                                 |
| 14. Deocriste            | 31. Geraz do Lima (Sta Maria)    |                                 |
| 15. Freixeiro de Soutelo |                                  |                                 |
| 16. Lanheses             |                                  |                                 |
| 17. Mazarefes            |                                  |                                 |





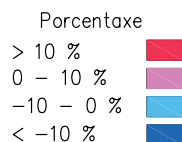
13.14

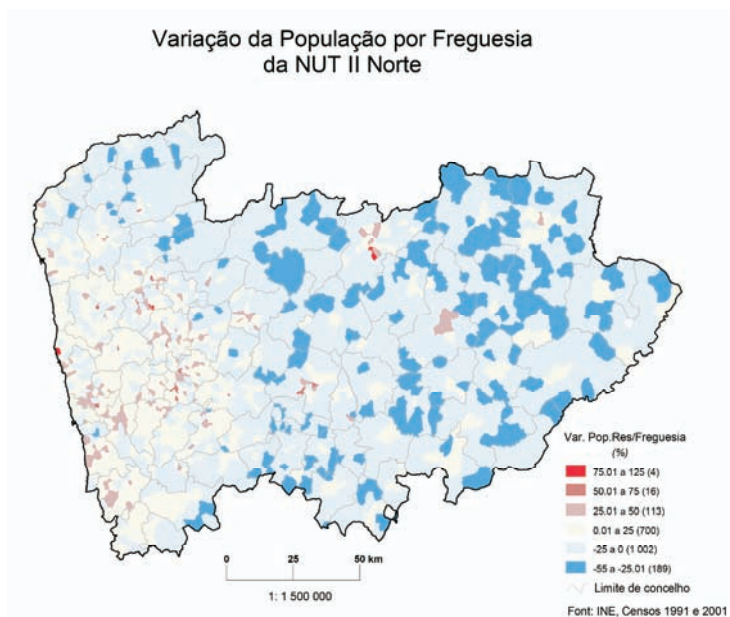
## Crecentamento Demográfico nas Freguesias de Vila Real entre 1970 e 2001.



- |                  |                                   |                          |
|------------------|-----------------------------------|--------------------------|
| 1. Aباças        | 15. Mateus                        | 25. São Tomé do Castelo  |
| 2. Adoufe        | 16. Mondrões                      | 26. Torgueda             |
| 3. Andrões       | 17. Mouços                        | 27. Vale de Nogueiras    |
| 4. Arroios       | 18. Nogueira                      | 28. Vila Cova            |
| 5. Borbela       | 19. Vila Real (N.Sr da Conceição) | 29. Vila Marim           |
| 6. Campeã        | 20. Parada de Cunhos              | 30. Vilarinho de Samardã |
| 7. Constantim    | 21. Pena                          |                          |
| 8. Ermida        | 22. Quinta                        |                          |
| 9. Folhadela     | 23. Vila Real (São Dinis)         |                          |
| 10. Guiões       | 24. Vila Real (São Pedro)         |                          |
| 11. Justes       |                                   |                          |
| 12. Lamas        |                                   |                          |
| 13. Lamas de Olo |                                   |                          |
| 14. Lordelo      |                                   |                          |

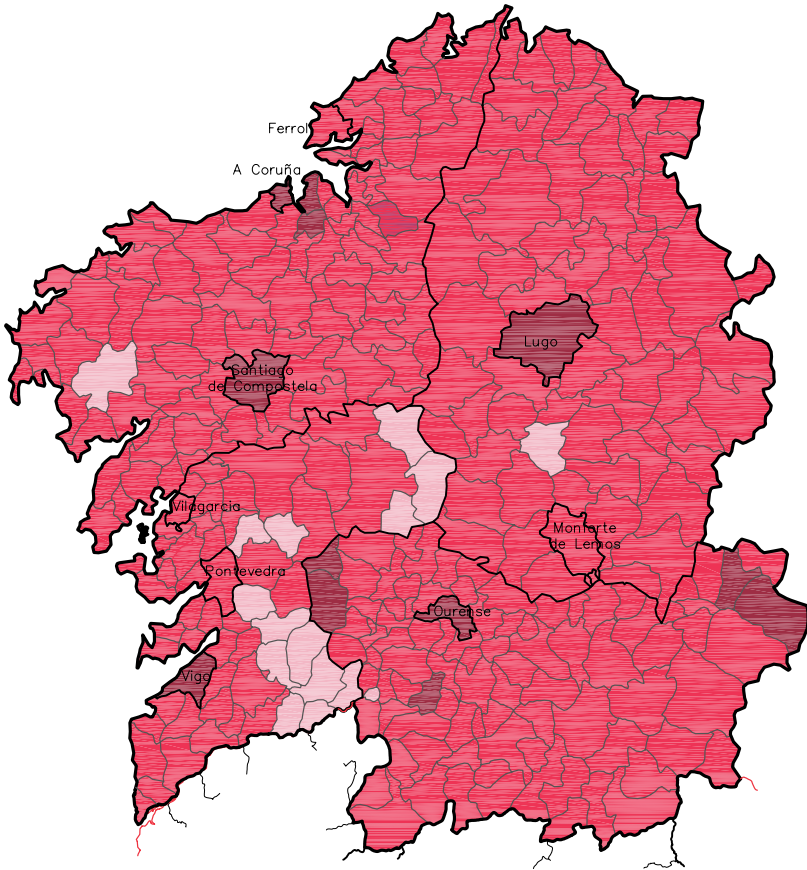
Escala 1:200.000  
1km 0 2 4 6 km







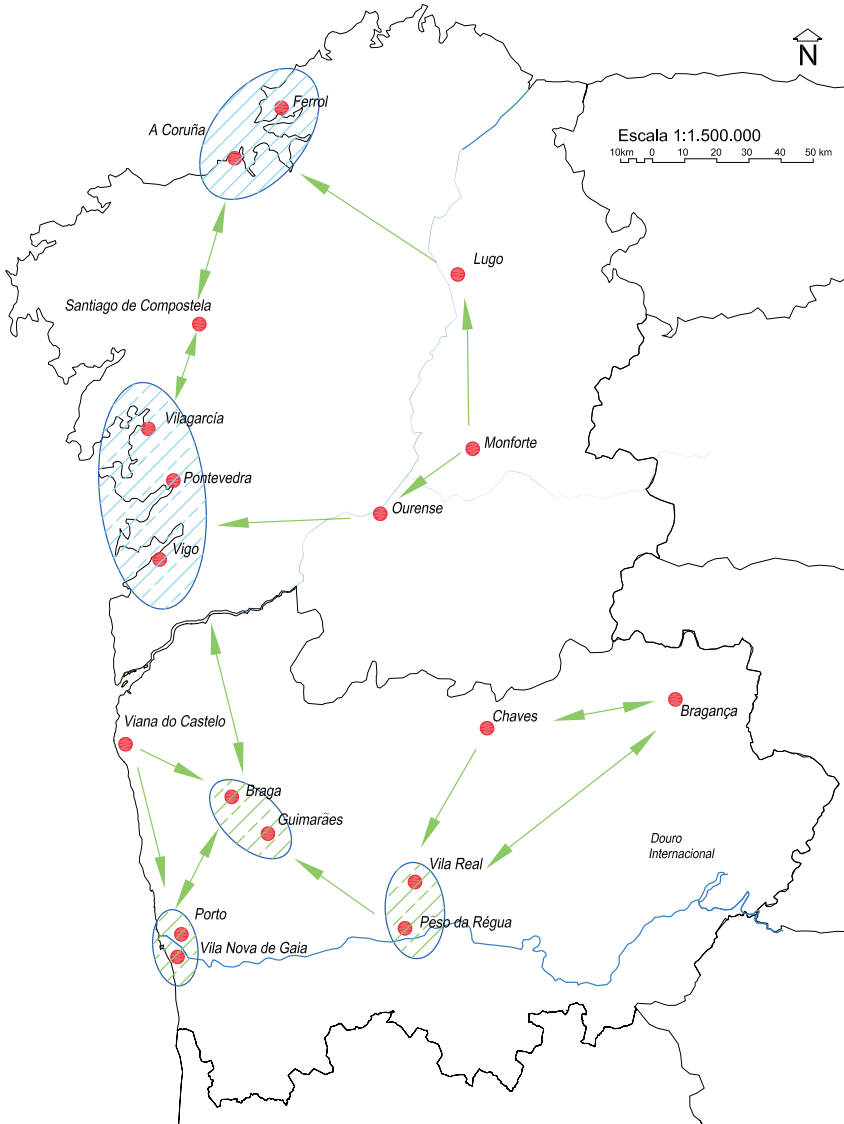
### Renda per cápita en Galiza 1996







## Relación funcional nas cidades do E.A. 17





# Vivendas Baleiras nas Cidades do Eixo no 2001.

